

Leandro Braga de Andrade

Senhor ou Camponês?

Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX.

Mariana: 1820-1850

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas –UFMG

Abril de 2007

Leandro Braga de Andrade

Senhor ou Camponês?

Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX.

Mariana: 1820-1850

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura

Orientador: Prof. Dr. Douglas Cole Libby
--

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas –UFMG

Abril de 2007

**Aos meus pais:
Salvador e M. de Lourdes**

Agradecimentos

Dedicar parte da juventude à formação acadêmica não é apenas um investimento profissional. É antes uma aposta, quase uma crença. Aliás, a produção do conhecimento deve ser encarada como um compromisso urgente e necessário: o de promover o desenvolvimento, a formação humana e a igualdade.

A jornada que agora concluo é também uma aposta na possibilidade de participar da construção do conhecimento histórico do meu país e de oferecer à sociedade, através da educação, minha contribuição para transformar e construir a justiça.

Muitas pessoas, que consideram ou não pueris estes meus sentimentos, tornaram possível a escrita dessa dissertação, através da gentileza, do carinho e da amizade. Agradeço, antes do todos, o amor, o apoio e, sobretudo a confiança dos meus pais: Salvador Andrade e Maria de Lourdes, que mesmo estando longe acreditam o tempo todo nas minhas escolhas e nos meus projetos. Aos meus irmãos e cunhados: Sérgio/Andréa, Simone/Marco e Loilson, além do meu sobrinho, Yan, todos eles torcendo por mim lá da minha querida Governador Valadares.

Aos meus amigos e colegas de trabalho, honrosos professores da Escola Estadual São João da Escócia, no Bairro São Benedito (especialmente Nilda, Élcia e Lílian Soares), e aos meus queridos alunos com quem eu aprendo todos os dias tantas lições que a universidade não ensina.

Agradeço o apoio dos meus amigos da graduação na UFOP: Caio, Arnaldo, Francisco Daniel e David. Aos meus amigos do mestrado: Fabiano Baiano, Janaína, Isnara, Renato e João Paulo, pelas discussões e sugestões. Aos meus queridos amigos dos cafés e bares “filosóficos” de BH: Juliana, Magali, Lílian, Maísa, Érika e Oriane. Agradeço especialmente a elas que se valeram por minha família nesta imensa cidade: Magali, Lílian e Juliana.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais pela confiança em meu projeto e à CAPES pelo financiamento, no primeiro ano do curso. Manifesto também meu sincero apreço ao meu orientador, professor Douglas Cole Libby, por ter dado apoio e demonstrado confiança no meu trabalho.

Essa pesquisa não teria sido finalizada sem o apoio e a gentileza de algumas pessoas que dedicaram um pouco de seu tempo e ofereceram importante contribuição. Agradeço profundamente a professora Andréa Lisly Gonçalves – UFOP – minha orientadora da graduação e incentivadora no mestrado. À pesquisadora do CEDEPLAR/UFMG, Maria do Carmo Salazar Martins, pela concessão dos bancos de dados referentes às listas nominativas, ao professor Marcelo Godoy – CEDEPLAR/UFMG – pelas Relações de Engenho e Casas de Negócios e à professora Clotilde Paiva – CEDEPLAR e CEM/UFMG – pelas sugestões e apoio técnico imprescindíveis no trato com os bancos de dados. Agradeço também as sugestões da professora Júnia Furtado –UFMG– e do professor Afonso Graça Filho – UFSJ – ambos membros da banca de qualificação.

Ao meu amigo e colega do mestrado, Fabiano Gomes da Silva, agradeço as sugestões, as leituras críticas e o socorro técnico nas horas difíceis. Aos meus amigos e pesquisadores, David Patrício Lacerda e Maykon Rodrigues dos Santos, pelos meses despendidos no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana na coleta de dados dos inventários *post-mortem*. Sem essa contribuição tudo teria ficado muito mais difícil. Agradeço também à minha amiga Lílian Teixeira pela correção lingüística.

Por fim, agradeço à educação pública do Brasil, onde eu realizei todas as etapas dos meus estudos, até aqui, e manifesto o meu desejo de que a mesma possa oferecer novas oportunidades e provocar a transformação das injustiças e das desigualdades deste país.

*“Essa cova que estás
com palmos medidas,
é a cota menor
que tiraste em vida.
É de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
neste latifúndio”*

Morte e vida Severina –
João Cabral de Melo Neto

Resumo

A abordagem da propriedade e do trabalho na economia de Minas Gerais no século XIX é o principal esforço empreendido no presente estudo. O novo perfil da economia mineira, onde predominou as atividades agropecuárias, manteve a estrutura escravista, porém também mostrou formas de organização do trabalho calcadas na mão-de-obra livre. O trabalho camponês é a principal delas e por isso está no centro da discussão que evidenciamos. As unidades produtivas que utilizavam majoritariamente o trabalho livre ou um pequeno número de escravos se assemelhavam em suas características econômicas, demográficas e produtivas. Por outro lado, a pesquisa, que teve como foco espacial o termo da cidade de Mariana, mostrou uma significativa capacidade de acumulação da elite escravista local, composta por fazendeiros, como na Freguesia Furquim, e de grandes comerciantes, como na vila sede do termo.

Abstract

The principal interesting of this study was to approach the question of the property and the economy in Minas Gerais during the 19th century. The economy in Minas Gerais in that period was predominantly agrarian with a slaving structure, but the free labor was also recognized principally in the rural activities. The free labor in the rural activities is focused in this study. We predict that some productive unities based in the free labor showed economy, demography and production close to others with a small number of slavers. By other side, the research realized in Mariana city showed a significant capacity of capital accumulation by the slaver's owners who were farmers at the countryside (e.g. Freguesia Furquim) and big traders at downtown.

Lista de Abreviaturas

AHCMM- Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana

ACSM- Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

APM- Arquivo Público Mineiro

A N- Arquivo Nacional

CEDEPLAR/UFMG- Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade
Federal de Minas Gerais

Sumário

Introdução	01
1- A formação econômica de Minas Gerais e a perspectiva regional	15
1.1 Minas e a mudança das estruturas econômicas (?)	15
1.2 Diversidade regional e atividades mercantis no oitocentos mineiro	19
1.3 Uma abordagem regional	29
1.4 As fontes e a metodologia	38
2- Aspectos Demográficos da diferenciação social.	43
2.1 População e região no Termo de Mariana	43
2.2 Mariana: Uma nova vocação econômica	51
2.3 Estratificação social em uma economia rural: A freguesia de Furquim	55
2.4 Distribuição e origem dos escravos segundo o tamanho da posse	71
Anexos – capítulo 2 –	81
3- Aspectos econômicos e produtivos da diferenciação social	90
3.1 Metodologia e setores da riqueza	90
3.2 Distribuição da riqueza e processo produtivo	97
3.3 Estratificação social e mão-de-obra escrava	103
3.4 Por dentro das unidades produtivas: processo produtivo e caminhos trilhados	108
3.5 Distribuição e composição da riqueza em Mariana	120
Anexos – capítulo 3 –	131
4- Engenho e Comércio: Riqueza e Trabalho no Termo de Mariana	135
4.1 O complexo canavieiro da freguesia de Furquim	135
4.2 Trabalhadores polivalentes	152
4.3 O comércio em dois espaços: Urbano e Rural	162
4.4 Entre a taverna e o grosso trato: Comércio e riqueza no termo de Mariana	171
Anexos – capítulo 4 –	186
Conclusão	196
Fontes e Bibliografia	201

Introdução

A pesquisa que colocamos em tela visa, a partir do panorama sócio-econômico de Minas Gerais na primeira metade do século XIX, apresentar um estudo micro-regional da estratificação social e da aplicação do trabalho livre e escravo em unidades escravistas e/ou camponesas.

Tributário da crise do ouro, o predomínio da agropecuária na economia mineira manteve a estrutura escravista, porém também mostrou formas de organização do trabalho calcadas na mão-de-obra livre. O trabalho camponês é a principal delas e por isso está no centro da discussão que evidenciamos no presente estudo.

Concentramo-nos em duas localidades do Termo de Mariana, tradicional região mineradora, que apresenta, principalmente na primeira metade do século XIX, a consolidação de um novo e diversificado perfil sócio-econômico, com predomínio das atividades agropastoris. A freguesia de Furquim, com características tipicamente rurais, foi o nosso principal foco, tendo como contraponto o distrito da cidade de Mariana, ou seja, o povoamento nuclear do município.¹ As principais fontes utilizadas foram as listas nominativas de habitantes de 1819-1822, 1831-1832 e 1838-1840, os inventários *post-mortem* de chefes de domicílios e as Relações de Engenhos e Casas de Negócio.

A historiografia que corrige a idéia de decadência generalizada de Minas Gerais, a partir do contexto da crise da mineração, apresenta um perfil produtivo, comercial e regional diversificados para a economia mineira. A economia mercantil de abastecimento teve

¹ A abordagem de dimensões regionais segue uma já consolidada corrente da historiografia que utiliza esse tipo de diferenciação como um importante instrumento nos estudos da sociedade e da economia mineira no século XIX. Ver GODOY, 2004; PAIVA, 1996; ANDRADE, 1995; LIBBY, 1888; MARTINS, 1980. Valiosa também para as pesquisas dessa natureza é definição de *escala* da Micro-história italiana. Giovanni Levi defende a microanálise não apenas como um exemplo do macro, mas, sobretudo como *um ponto de partida para um movimento mais amplo em direção á generalização* (LEVI, 1992, p. 138).

capacidade de acumulação suficiente para gerar uma hierarquia social e econômica; ou seja, produziu uma elite social escravista responsável pela grande circulação de mercadorias e riquezas no período colonial e imperial.

O forte apego à escravidão pela agropecuária mineira se fez acompanhar do robusto crescimento da população livre. Dessa forma, uma importante camada de livres pobres, não proprietário de escravos, e de pequenos proprietários se formou nas várias regiões da capitania/província.

Sendo assim, qual seria o lugar social que esses homens e mulheres tinham na economia escravista mercantil de abastecimento? Ou seja, quais os elementos sócio-econômicos que poderiam estabelecer os contrastes sociais? Quais as características das unidades produtivas tipicamente familiares e daquelas que utilizavam a pequena propriedade de escravos? Quais os níveis de fluidez do perfil social e econômico entre aqueles que dependiam do trabalho escravo e das unidades camponesas?

A população das áreas rurais do termo de Mariana era majoritariamente negra e mestiça, diferentemente dos povoamentos do Sul e Sudoeste de Minas. Este dado, revelado pelas listas de habitantes, é importante, pois, revela que o campesinato da região central de Minas foi formado, principalmente, por ex-escravos e seus descendentes das antigas zonas de mineração que migraram para as áreas florestais, onde se desenvolvia a agricultura. Considerando que era a minoria branca quem concentrava a posse de terras e escravos na região, qual seria o papel dos camponeses na economia e na estratificação social local?

Do ponto de vista sócio-econômico, os lavradores que utilizavam a pequena posse de escravos seriam camponeses ou escravistas? O estudo que apresentamos mergulhou neste problema, trazendo à tona as dificuldades de definição do campesinato mineiro. Encontramos uma elite escravista, totalmente engajada na produção abastecedora (incluindo o comércio) e

homogênea em seus atributos demográficos e econômicos. Mas também homens e mulheres, moradores dos arraiais e dos campos, que viviam no limite da pobreza e da sobrevivência.

No interstício desses dois pólos, pequenos artesãos, prestadores de serviço, pequenos comerciantes e, principalmente, pequenos lavradores transitavam entre a prosperidade e a penúria. Eram eles donos de propriedades pouco complexas e que contavam com o trabalho escravo, seja como complemento ou como principal braço da lide.

Percebemos também que a formação de um núcleo familiar, a diversificação produtiva e o contato com o comércio eram os caminhos a serem trilhados para a busca da sobrevivência e/ou do sucesso. Na primeira metade do século XIX, tanto em Mariana (distrito sede do termo) quanto em Furquim, a indústria doméstica (tecelagem, fiação e costura) e os serviços de ofícios manuais cresciam na medida em que o comércio e o setor agropecuário também se deslanchavam, mas era no campo que se encontravam as principais oportunidades. As pequenas, médias e grandes propriedades produziam milho, arroz, feijão, café, cana, além da produção beneficiada da farinha (de milho), da aguardente e outros derivados da cana. Havia também a criação de porcos e bois para o comércio local e de cavalos, éguas, mulas e bois de carro para o transporte.

A tentativa de reconstruir e definir os grupos produzidos pela hierarquia sócio-econômica no Brasil escravista já moveu os esforços de várias pesquisas. A questão do homem livre que não possuía escravos, ou seja, o *homem livre pobre*, suscitou importantes debates na historiografia.

Em estudo sobre Capivary, região cafeeira não exportadora do Rio de Janeiro no século XIX, Hebe Mattos defendeu que a definição de *homem livre pobre*, na estrutura econômica escravista, não teria na *dependência pessoal* seu elemento homogeneizador como afirmou Maria Silvia de Carvalho Franco. Sítiantes escravistas também mantinham laços de

subserviência aos grandes proprietários da região, portanto, as características fundamentais seriam a produção para a subsistência, a utilização tangencial do trabalho escravo e as relações comerciais de caráter local (MATTOS, 1987 p. 76).

Ainda segundo a autora:

Não buscamos de forma alguma concluir que os “homens livres pobres” se constituíram de populações “caípiras” voltadas para a subsistência, fechadas em algum tipo de “economia natural”. Tentamos apenas partir da hipótese de que as camadas sociais que formavam a “pobreza agrícola”, tantas vezes mencionadas em fontes de época e análises historiográficas, apenas tangencialmente se utilizavam do trabalho escravo e, fundamentalmente, não tinham suas lavouras e criações voltadas para a produção de excedente comercial e realização de lucros. Dedicavam-se antes, ao suprimento de suas necessidades de subsistência, que, apesar disso, pressupunham a troca, com a multiplicidade das pequenas “vendas” voltadas a reduzidos mercados locais (MATTOS, 1986, p. 82).

Baseando-se em uma profunda discussão sobre o campesinato na tradição marxista,² Ciro Cardoso propôs uma definição econômica para o *modo de produção camponês*, segundo ele, subsidiário ao *modo de produção escravista*.

(...) 1) acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar (o que não exclui, em certos casos, o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar); 3) economia fundamentalmente de subsistência, sem excluir por isto a vinculação

²Um exemplo é o clássico debate iniciado pelos populistas russos. Segundo Alexander Chayanov, o trabalho familiar seria o elemento fixo da unidade de produção. Aqui, se trata não apenas de laços consanguíneos, mas do fato desse núcleo de pessoas comungarem a mesma subsistência e moradia na unidade produtiva. O autor ainda ressalta que a unidade camponesa não se restringe às atividades ligadas a terra. O artesanato, o comércio e outros meios de sobrevivência compõem em uma relação mútua com a agricultura, a renda familiar (CHAYANOV, 1974 p. 99). Na Rússia pré-revolucionária os partidários dessa interpretação tenderam a romantizar a vida do camponês. Sustentavam que não havia uma tendência do capitalismo se desenvolver no interior das comunidades camponesas, pela ausência da relação de exploração entre os próprios camponeses, transformando-as em símbolo da resistência (BOTOMORE, 1981. p. 42).

Lênin respondeu criticamente à essa linha de raciocínio ao verificar, em sua análise do campesinato russo no final do século XIX, que a concorrência levava ao empobrecimento da grande maioria dos camponeses, ao mesmo tempo em que uma pequena minoria ampliava seu controle sobre as terras. Dessa forma, o autor considerou a produção camponesa como base para o desenvolvimento do capitalismo e não como elemento distinto dele como queriam os populistas russos (LÊNIN, Apud. BOTOMORE, 1981. p. 42).

eventual ou permanente com o mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja nas decisões essenciais sobre o que plantar e de que maneira, como dispor do excedente, etc (CARDOSO,1979 p.52).

A definição de Cardoso para o trabalho camponês aplica-se à sociedade escravista na medida em que considera *o recurso a uma força adicional, externa ao núcleo familiar*. Certamente o autor se referia ao complemento do trabalho escravo à unidade familiar. Todavia, é justamente o conhecimento dos níveis de colaboração da mão-de-obra cativa, não considerados pelo autor, e a identificação social do proprietário que representam os nossos desafios. Ou seja, como diferir o pequeno produtor escravista do camponês?

Para Hebe Mattos, o recurso ao trabalho da família e a *lógica de auto-subsistência* (gestão da produção e do excedente que tem como limite a sobrevivência do núcleo familiar) caracterizariam o campesinato brasileiro do período escravista. Pelo menos até 1850, as facilidades de acesso a terra teriam permitido larga margem de autonomia do camponês em relação aos poderes estabelecidos. Dessa forma, os camponeses poderiam se transformar, dependendo dos seus investimentos, em pequenos produtores escravistas ou reproduzirem essa forma de sobrevivência (MATTOS, 1999. p. 399-340).

Ainda assim tanto as definições conceituais de *homens livres pobres* e/ou *camponeses* não contemplam a indagação do lugar social de pequenos proprietários de escravos, que dependiam, predominantemente, ora do trabalho cativo, ora do braço livre.

Para Sheila de Faria, os *homens esquecidos* do Brasil escravista se caracterizariam pelo movimento espacial na busca pela sobrevivência e pela distância do seu passado marcado pela escravidão. Segundo a autora, pretos, pardos e forros (ex-escravos e seus descendentes) tinham menos condições de aceitação e por isso migravam em busca da terra livre e da vida nova (FARIA, 1998). Apesar de significativos, os elementos sócio-culturais levantados pela

autora também não suprem a lacuna que estamos identificando. Isto porque, como veremos, alguns mestiços e pretos poderiam ter acesso a escravos e terras, enquanto havia brancos vivendo na mais absoluta penúria.

Procuraremos demonstrar que, para o caso de Minas Gerais e, especificamente para a região do termo de Mariana, o setor camponês não pode ser entendido sem uma análise desses grupos intermediários, da elite escravista, dos níveis de concentração da riqueza e das possibilidades de movimento na estrutura social. O nosso propósito tenta alcançar o indistinto, aquele que não se enquadra nas categorias construídas a partir de elementos que não convergem, que não se cruzam.

Analisando os dados censitários de 1831-1840 de toda a província de Minas Gerais, Douglas Libby demonstrou que 66,7% dos domicílios analisados não possuíam escravos. Além disso, 2/3 dos proprietários detinham no máximo 5 cativos. Utilizando-se desses dados Manolo Florentino e João Luís Fragoso defenderam que

Tal perfil de posse denota a coexistência do trabalho escravo e do trabalho livre de base familiar. Ora, se considerarmos que Minas Gerais era a maior capitania escravista do Brasil no século XIX, teremos que este tipo de senhor-camponês representava um dos principais pólos de demandas por cativos. (FRAGOSO J.L e FLORENTINO, M. 2001. p. 153)

Em *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, João Luís Fragoso identificou Minas Gerais como uma das regiões do *mosaico das formas não-capitalistas de produção*.³ A capitania/província, ao apresentar um

³ A reiteração do modo de produção escravista colonial (dominada pelo setor agro-exportador) engendraria outras formas de produção, comercialização e alocação da mão-de-obra que teriam como foco principal o mercado interno. Citando exemplos como o do interior do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio de Grande do Sul, além de Minas Gerais, Fragoso sugere que tanto a pequena produção escravistas quanto a camponesa dessas regiões alimentariam o mercado abastecedor das áreas de *plantations* e centros urbanos. Dessa forma, parte da rede que compõe a economia agroexportadora não seria

crescimento da população livre e da população escrava, demonstrava a consolidação das unidades agropastoris voltadas para um dinâmico abastecimento do mercado interno.

Fragoso propõe que o *modo de produção camponês*, presente na estrutura econômica de Minas Gerais, estaria ligado ao mercado interno colonial, o que se demonstraria pelo fato de que parte da produção abastecedora não utilizaria o escravo como principal braço. Assim: *Em unidades econômicas com menos de cinco escravos, mesmo considerando que todos estariam em atividade produtiva, não seria de estranhar que, ao lado do trabalho cativo, surgisse o trabalho familiar* (FRAGOSO 1998. p. 131).

A vastidão de terras, as pequenas posses de escravos e a produção voltada para a subsistência seriam os sinais da existência do trabalho familiar camponês. Ainda quanto à problemática da existência do trabalho cativo, Fragoso explica que a unidade pode ser considerada camponesa

... desde que a contribuição dos de fora [escravos, servos domésticos, jornaleiros etc.] seja inferior à dos membros da família na produção. Nesse caso, portanto, a presença do trabalho escravo na pequena produção de Minas não seria um elemento suficiente para caracterizá-lo como escravista, sendo necessário compará-la com o peso do trabalho familiar (FRAGOSO 1998. p. 133).[grifo nosso]

O que se deve avaliar não é apenas o número, mas sim a função daqueles cativos, no cotidiano do trabalho e na lógica de reprodução da economia e da estratificação social. Além disso, talvez não seja possível definir com critérios fixos qual unidade produtiva seria escravista ou camponesa. É possível encontrar fronteiras, mas onde os elementos sociais, culturais e econômicos fluem sem uma definição exata.

resultado de relações capitalistas de produção – como o *peão* das estâncias gaúchas e o *camponês* da agropecuária mineira – (FRAGOSO, 1998).

O fato dos escravos não serem maioria dentro do sistema não confirma a inexistência de um escravismo voltado para o setor abastecedor. Segundo Douglas Libby a compreensão de qualquer aspecto da história de Minas no século XIX deve-se levar em conta que a ordem econômica e social foi profundamente marcada pelo escravismo. E explica:

Por escravismo, entendemos um sistema econômico no qual a instituição social da escravidão – um regime de trabalho compulsório – é a forma de trabalho predominante. Como sistema econômico o escravismo determina a estratificação da sociedade. Esta inclui, além da óbvia e essencial dicotomia senhor/escravo, diversas camadas livres e não proprietárias da mercadoria cativa, cujo grau de inserção orgânica no sistema varia de acordo com as possibilidades de engajamento que se faz ou numa economia de subsistência que abastece o setor exportador ou no reduzido aparelho administrativo do Estado (LIBBY, 1988. p. 18).

A escravidão como *forma de trabalho predominante* não diz respeito, necessariamente, ao predomínio numérico do elemento cativo, mas, sobretudo à aplicação da mão-de-obra no centro dinâmico da economia. É bem verdade que as inferências de Fragozo sobre o campesinato mineiro privilegiam as regiões Sul, Oeste e Alto Parnaíba, onde se destacava a pecuária abastecedora do mercado da corte do Rio de Janeiro. Nessas áreas predominou as posses que não superavam 5 escravos. Seriam, dessa forma, unidades camponesas engajadas no comércio inter-provincial, principal atividade econômica de Minas Gerais, no século XIX. Contudo, ainda assim permanecem nossas indagações: como definir se as unidades com 3, 4 ou 5 escravos eram, de fato, camponesas ou escravistas?

Em estudo sobre a economia de Minas Gerais no século XIX, Afonso Graça Filho apresentou um quadro diferenciado para a região de São João Del Rey.

Se para alguns autores, a agricultura mineira de subsistência seria predominantemente camponesa, com diminutos plantéis de escravos ou assentada no trabalho familiar, a distinção que queremos apresentar diz respeito não à existência disseminada dessas formas produtivas em toda Minas Gerais, mas à participação predominante

das grandes unidades escravistas de alimentos no produto total mercantilizado pelo município de São João Del Rei, ou mesmo das exportações do Sul da província (GRAÇA FILHO, 2002, p. 24).

Em passagem pela região central de Minas Gerais, Saint Hilaire diferenciou as propriedades mais ricas daquelas que contavam com poucos recursos: *fazendas, nome reservado às propriedades rurais de certa importância, e em que trabalham numerosos escravos. Quanto às habitações de gente de poucos recursos, chamam-se geralmente sítios* (SAINT HILAIRE, 1938, p. 185).

O viajante francês ainda distinguiu os personagens dos campos mineiros:

Entre os mineiros, os homens de maior consideração são, seguramente, os que habitam o campo, e, sobretudo, os fazendeiros dos distritos auríferos do centro da província. Esses proprietários e particularmente os que exploram minas [e a eles se dá propriamente o nome de mineiros, e chamam-se roceiros, os campônios que se limitam a cultivar], são geralmente superiores pelo trato e pureza da linguagem, não só aos nossos simples campônios como ainda aos nossos mais ricos lavradores; e, como já tive ocasião de dizer-lo, existem mesmo vários deles que fizeram alguns estudos. Quase todos são homens brancos; não trabalham pessoalmente, e contentam-se em dirigir escravos (SAINT HILAIRE, 1938, p. 185).

Francisco Eduardo Andrade, a partir dessa passagem, sugere que os roceiros comporiam o grupo desprivilegiado da hierarquia do espaço rural mineiro.

O que é silenciado, mas paradoxalmente é dito de outra forma, parece ser o seguinte: os roceiros, relativamente aos fazendeiros mineiros, não eram tão poderosos, cultos ou ricos quanto estes últimos; nem formavam um grupo composto de tantos indivíduos brancos ou de possuidores de escravos desobrigados de trabalhar diretamente os seus cultivos (ANDRADE, 1995, p. 96).

As listas de habitantes da Freguesia de Furquim do ano de 1821, estudadas por Francisco Andrade apresentam três categorias ocupacionais para os habitantes que se ligavam à agricultura: *roceiros*, donos de *roça* e *agricultores*. A tendência apresentada pelos dados é a de que os *agricultores* comporiam a elite escravista do meio rural (a maior parte brancos),

enquanto que *roceiros* e donos de *roça* (a maior parte mestiços e negros livres) formariam a parcela mais pobre da população.

Estaria descrita na própria lista de habitantes a definição do campesinato mineiro? Este não foi o resultado encontrado pelo autor, ao analisar a propriedade de escravos. A maior parte dos *roceiros* e donos de *roça*, de fato, não possuíam cativos ou detinham apenas 1 ou 2 escravos, porém também foram encontrados aqueles que eram donos de até 20 escravos (ANDRADE, 1995, p. 96).

Apesar da dificuldade de distingui-las, a unidade camponesa esteve disseminada em Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX, assim como a pequena propriedade de cativos, detida por *roceiros*, pequenos comerciantes ou artesãos. Contudo, as unidades produtivas com maiores sinais de contato com o mercado possuíam uma estrutura diferenciada daquelas consideradas camponesas. Ou seja, o setor responsável pela reprodução da estrutura social era a fazenda/unidade escravista.

O espaço rural marianense foi marcado pela concentração de escravos e terras e pela desigualdade de poder e riqueza que transparece nas distinções de gênero, raça e idade. Francisco Andrade penetrou no ciclo da produção agrícola de fazendeiros e *roceiros*, revelando um complexo agropecuário camponês, mas também identificando *um grupo de homens enriquecidos* (ANDRADE, 1994. p.201).

Os fazendeiros estudados por Francisco Andrade fazem parte de uma camada social enriquecida, que merece especial atenção. Homens que desenvolviam diversas formas de acumulação de riqueza e reprodução da hierarquia social. Além de atividades rurais, desenvolviam o comércio de alimentos básicos, de derivados da cana-de-açúcar e do produto da siderurgia de pequenas forjas; em alguns casos a mineração, conjugada ou não com a agropecuária; a atividade de credores de uma rede informal de endividamento; e, em muitos

casos, estavam ligados a cargos no aparelho administrativo local, principalmente os militares e de ordenanças.⁴ Em Furquim, os fazendeiros que investiam no negócio canavieiro (principalmente a produção de aguardente) compunham a elite escravista regional.

Existem indícios de que os grandes comerciantes também compunham a restrita elite da sociedade oitocentista. Aqueles que se dedicavam ao comércio nos arraiais das áreas rurais, em geral, eram pequenos e médios lavradores da região, que faziam do estabelecimento uma extensão da roça. Por outro lado, na cidade de Mariana, poucos homens enriquecidos centralizavam o mercado atacadista de gêneros da terra e importados, o comércio de escravos, além do domínio do crédito informal, principal investimento deste grupo social. Os negociantes grossistas se distinguiam da maior parte da população por serem brancos e possuírem altas patentes na Guarda Nacional.

Ao estudar a composição sócio-econômica dos envolvidos em revoltas de caráter *restauracionista* (1831-1833) na região dos termos de Mariana e Ouro Preto, Andréa Lisly Gonçalves identificou os líderes conservadores locais, o que não excluía a ação independente das *classes heterogêneas*⁵, como *Homens do Antigo Regime*. Estes possuíam, muitas vezes, cargos e patentes ligados à estrutura política e hierárquica do período colonial. Os valores hierárquicos teriam permanecido após a emancipação política por causa da manutenção da predominância das relações escravistas na formação social (GONÇALVES, 2004).

⁴ Vale lembrar a definição de Fazendeiros de Hebe Mattos de Castro para a região de Capivary que se aproxima bastante dos médios e grandes proprietários de Mariana: *São “fazendeiros” os pequenos “grandes” lavradores de Capivary porque mostraram-se capazes de garantir sua reprodução social e a de suas “fazendas” sem se envolverem diretamente com qualquer tipo de trabalho manual. Porque controlavam politicamente o município e eram capazes de mobilizar uma clientela entre os homens livres da região através das mais diversas redes de dependência pessoal, econômica, política e familiar*(CASTRO, 1986, p. 34).

⁵ *Classes heterogêneas* ou *classes ínfimas*. Terminologia utilizada pela autora, baseada na documentação criminal e administrativa, para se referir aos pobres, pardos livres, libertos e escravos (GONÇALVES, 2004).

A partir destas indagações teóricas, a pesquisa que agora apresentamos pretendeu chegar aos grupos que compõe a estratificação social e no perfil da aplicação do trabalho escravo e livre, através de dois níveis de comparações. O primeiro passa pela perspectiva da abordagem sub-regional que revelou diferenças substantivas entre os espaços rural e urbano, mas também facilitou a compreensão dos grupos sociais e da fluidez existente entre eles, dependendo da região. O outro penetrou no universo sócio-demográfico, econômico e produtivo de pequenos, médios, grandes e não proprietários de escravos na tentativa de traçar os elementos que lhes foram comuns e aquilo que os diferenciavam.

O caráter mais homogêneo e estável da elite sócio-econômica contrasta com a dificuldade de definição das *classes ínfimas* e dos setores intermediários das localidades mineiras. Dessa forma, nossa abordagem sobre Furquim e Mariana (sede do termo) demonstra uma complexa hierarquização social entre a população livre. Apresenta um grupo de indivíduos que não tinha escravos (pretos, crioulos, pardos e também brancos) que se ocupavam como jornaleiros, artesãos e lavradores pobres. Para estes, o trabalho da família era o principal esteio da sobrevivência. Já para um outro grupo com características ocupacionais e demográficas também heterogêneas, nem sempre a pobreza e a exclusão do acesso ao trabalho escravo marcavam sua vida. Este grupo se confunde com o primeiro no nível de complexidade de suas propriedades, nas características sócio-demográficas, mas poderiam, em muitos casos, contar com o trabalho predominante do braço cativo ou mesmo ter escravos e depender do trabalho familiar.

Apesar de utilizarmos os recursos do método quantitativo e da demografia histórica, não pretendemos engessar grupos e categorias. Pelo contrário, procuraremos mostrar a elasticidade e a indefinição que decorrem da tentativa de identificar o setor camponês da economia mineira na primeira metade do século XIX.

No primeiro capítulo apresentaremos a justificativa do recorte espacial e cronológico e da opção pela análise comparativa no interior de um mesmo município mineiro. A localização geográfica somada aos elementos históricos permitiram a sub-divisão do Termo de Mariana em três regiões: a primeira representada por localidades tradicionalmente mineradoras que sentiram os efeitos do esvaziamento dos veios auríferos; a segunda, por distritos e freguesias antigos que, desde o século XVIII experimentaram a convivência da exploração mineral com as atividades agropastoris; e por fim as localidades da região de fronteira agrícola, tardiamente povoadas que se especializaram na produção e no comércio de alimentos, além da cana e do café. Ainda no capítulo inicial apresentamos o perfil social e econômico de Minas Gerais na primeira metade do século XIX, percorrendo os principais debates da historiografia.

Em seguida, no capítulo 2, iniciamos a exploração do perfil demográfico do termo de Mariana, comparando um espaço rural, Furquim, com um espaço urbano, o distrito da cidade de Mariana. As listas nominativas de habitantes nos auxiliaram no intuito de traçar os atributos demográficos e sociais dos chefes de domicílios, tendo como parâmetro a posse de escravos.

No terceiro capítulo estiveram sob nosso foco os aspectos econômicos e produtivos dos proprietários que tiveram seus nomes listados nas listas de habitantes e que deixaram o inventário de seus bens. Os inventariados foram divididos em três faixas de riqueza e então foram feitas análises comparativas da composição dos bens e distribuição da riqueza. Através do cruzamento de fontes foi possível traçar o perfil individual de vários proprietários e perceber as diferenças da estrutura produtiva e da aplicação do trabalho escravo.

No quarto capítulo, uma elite rural foi detectada, através das Relações de Engenhos da freguesia de Furquim. O cruzamento dessa documentação com as listas de habitantes e inventários *post-mortem* possibilitaram a identificação de uma relação direta: o beneficiamento da cana com a grande propriedade escravista. Ainda no capítulo final, a análise

comparada do setor comercial de Mariana e Furquim ofereceu importantes elementos para o entendimento da estratificação social e econômica.

1- A formação econômica de Minas Gerais e a perspectiva regional

1.1 Minas e a mudança das estruturas econômicas (?)

A partir da última década do século XVII, com a descoberta das lavras de ouro, um denso povoamento se formou na região que mais tarde seria Minas Gerais. A estrutura social, econômica, administrativa e política que se estabeleceu no território da Capitania esteve intrinsecamente ligada à dominação portuguesa nos trópicos.

A estrutura da economia mineira no século XVIII é, dessa forma, foco especial das análises que intentam desvendar os ritmos da formação econômica do Brasil. Segundo Caio Prado Júnior, o ouro mineiro se inseria no conjunto de produtos fornecidos à metrópole. Integrava-se ao *sentido da colonização*, sendo durante mais de meio século um dos grandes geradores de riqueza para a economia européia. Para a perspectiva, também externalista, de Fernando Novais, o produto atendia ao mecanismo do chamado *exclusivo metropolitano*. Dessa forma, toda a produção de gêneros alimentícios da região tinha a função de assegurar a subsistência de uma grande massa de pessoas que viviam em torno da economia da mineração direta ou indiretamente, sem gerar excedentes significativos (NOVAIS, 1985 e PRADO JR. 1999).

Coerente com a visão clássica foi a afirmação de decadência dessa região defendida por Celso Furtado. Segundo ele, o decréscimo da extração aurífera gerou um contingente de escravos “semi-ociosos”, o que facilitou a decolagem da economia cafeeira no Vale do Paraíba e o Oeste paulista. Encerrando o ciclo de um produto exportador, a mão-de-obra disponível não teria outro fim senão empregar-se na produção comercializada com o mercado externo (FURTADO, 1982).

Mafalda Zemella e Wilson Cano também enfatizaram a incapacidade da agricultura e das atividades de transformação de gerarem um complexo econômico devido ao seu baixo potencial de acumulação. Para a primeira autora, o desenvolvimento de uma economia agrícola só teria se processado em consequência da decadência do ouro. Para Cano a transferência de escravos para essa atividade teria gerado uma mão-de-obra subutilizada em uma economia em fase de desagregação e regressão à subsistência (ALMEIDA, 2001 p. 17).

O viés metropolitano da interpretação dos ritmos da economia colonial fora questionado a partir das teses de Ciro Flamarion e Jacob Gorender. Esses dois autores elaboraram o conceito de *modo de produção escravista colonial*, subsidiário, porém, dissociado do chamado *modo de produção capitalista*.⁶ As influências desse debate na História Regional foram salientadas por Paiva.

Este debate marcou profundamente os inúmeros trabalhos acadêmicos que surgiram a partir do início dos anos oitenta. As assim chamadas sociedades 'coloniais' passaram a ser objetos de grande interesse acadêmico e deram origem a importantes pesquisas que retomaram como objeto de investigação diferentes regiões do país, quer sejam províncias quer sejam áreas específicas dentro destas províncias (PAIVA, 1996. p. 08).

Em relação a Minas Gerais, o debate se deu no tocante à decadência da economia da capitania. O seu objetivo foi refutar as proposições de que o declínio do ouro e dos diamantes desarticulou a sociedade e a economia mineiras, atrofiando ou mesmo eliminando as relações internas e provocando inclusive queda populacional.

Foram abordados

⁶ O debate no âmbito teórico cercou o conceito de modo de produção, que para Ciro Cardoso, deve passar pela articulação historicamente dada entre as forças produtivas e as relações de produção. A proposição para o sistema escravista da América Portuguesa baseia-se na utilização estrutural da mão-de-obra escrava na reprodução da economia colonial (CARDOSO, 1979).

Assuntos que, até recentemente, pouco haviam ocupado a atenção dos estudiosos, - como o sistema escravista mineiro no século XIX, as unidades produtivas rurais voltadas para a produção de gêneros para o mercado interno, a camada dos pequenos proprietários livres etc.-, foram privilegiados em abordagens que trouxeram de volta o interesse por temas e/ou pelos métodos da História econômica (GONÇALVES, 1998.p. 19).

Contrariando a idéia de decadência e de uma economia com *baixo potencial de acumulação* as abordagens regionais tem consolidado a proposição de que a economia mineira, a partir da segunda metade do século XVIII, entrou em um processo de modificação de sua principal atividade. A queda da extração aurífera não acarretou contração econômica, como afirmava a visão tradicional, mas sim uma transição da *atividade nuclear* anterior, a mineração, para um diversificado complexo de produção de alimentos, atividades artesanais e um vigoroso comércio (PAIVA, 1996).

Enquanto ocorria o auge da mineração na primeira metade do setecentos emergiam as bases das futuras estruturas sociais e econômicas de Minas. A produção de carnes, derivados da cana-de-açúcar e do leite, milho entre outros alimentos cresceu a partir das necessidades de abastecimento, oferecendo importantes oportunidades comerciais.

Em pesquisa sobre a agricultura de alimentos nas Minas setecentistas Liana Reis e Carlos Guimarães trouxeram à luz a existência de paragens, roçarias, ranchos, vendas pelos caminhos mineiros. Além disso, identificaram a concessão de sesmarias aos donos de roça, que, inclusive, utilizavam o trabalho escravo. Dessa forma, a agropecuária teria se desenvolvido desde o início do processo de colonização atingindo o seu máximo, a partir da crise do ouro (GUIMARÃES e REIS, 1988).⁷ O caráter comercial da produção de alimentos

⁷ Ver também GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). *Revista do Departamento de história*. Belo Horizonte, n.2, jun.1986.

em Minas, desde o início século XVIII, vem sendo destacado em pesquisas mais recentes (BERGAD, 2004, LIBBY, 2001, ALMEIDA 2001).

Carla Almeida vem oferecendo as pesquisas mais enfáticas no objetivo de criticar as afirmações da impossibilidade de concomitância da atividade mineradora setecentista com a produção voltada para o abastecimento comercial interno, além de criticar a idéia de decadência econômica. Sua dissertação de mestrado apresentou pesquisa que abrangiu longo período (1750-1850 em Mariana) e comportou o auge minerador, o período de articulação interna da economia mineira e de *acomodação evolutiva*.

Para a autora, desde o auge minerador até o século XIX, a economia mineira manteve sua base sistêmica: a utilização da mão-de-obra escrava; constante incorporação de terras; a diversificação das atividades produtivas; autonomia em relação aos mercados externos; capital mercantil mais lucrativo que o capital produtivo e profunda hierarquização social. Dessa forma, não houve mudança estrutural mas sim um processo de fortalecimento de um tipo de estrutura produtiva peculiar já existente desde os primórdios da colonização (ALMEIDA, 1994).

Em termos da discussão teórica proposta sobre a natureza do *sistema colonial*, o mais importante foi a demonstração de que no período considerado de vínculo máximo entre a economia metropolitana e a colônia (período do auge minerador) os ganhos havidos nas atividades voltadas para o mercado interno superaram os lucros obtidos com as atividades de exportação.

Em tese de doutoramento Carla Almeida revela o universo dos *Homens Bons* de Minas Gerais do período colonial. A análise de inventários das comarcas do Rio das Mortes e de Vila Rica demonstrou que as atividades comerciais e as unidades produtivas mistas eram as mais

lucrativas. A autora destacou mais uma vez a capacidade de acumulação das atividades voltadas para mercado interno e a conseqüente diferenciação social provocada.

As características gerais dos afortunados mineiros seriam, a origem portuguesa, a propriedade de terras e escravos, a endogamia, como manutenção e reprodução do *status* social e da riqueza, a preservação do patrimônio familiar, através de diversos mecanismos, e o destaque social adquirido com cargos, postos oficiais e patentes alcançados pelo acesso às mercês. Dessa forma, além do capital acumulado com as atividades mistas (comércio, agropecuária e mineração), a economia interna teria gerado uma profunda hierarquia baseada em valores aristocráticos (ALMEIDA, 2001).

1.2 Diversidade e atividades mercantis no oitocentos mineiro

Ao final do século XVIII e início do século XIX, uma conjuntura internacional e também interna deu novo fôlego à economia da colônia. As exportações de açúcar, tabaco, cacau, algodão e café e as importações de escravos cresciam, colocando os domínios americanos em destaque no *Império Ultramarino* português. Além disso, o momento foi de crescimento da população livre, já em sua maioria, envolvida com as atividades rurais e comerciais que dinamizavam a economia interna (SCHWARTZ, 2001 p.127).

Sem negligenciar o *fator colonial*, Andréa Lisly Gonçalves cita a seguinte afirmativa de Fernando Novais em *Portugal e Brasil na crise do Antigo sistema colonial: Não era possível explorar a colônia sem, de certo modo, desenvolvê-la*. Para a autora, tais considerações já antecipavam as contribuições historiográficas que, anos mais tarde, iriam chamar a atenção para o fato de que

(...) a conjuntura econômica experimentada pela colônia portuguesa na América, pelo menos desde a década de 1790, apresentava um considerável crescimento, o que, de certa forma explica a

consolidação e dinamização de seu mercado interno, a continuidade, em magnitude nunca antes experimentada, do comércio de escravos com a África etc (GONÇALVES, 2004 p. 30).

Uma realidade que a historiografia mineira sobre o século XIX começou a revelar no início dos anos 1980. As sucessivas pesquisas que surgiram sobre a economia mineira oitocentista alternavam-se na defesa de uma participação maior das determinações externas e na defesa de uma autonomia interna, adquirida no período posterior ao auge da mineração.

Apesar da relevância de todos os estudos que citaremos a seguir, talvez aqueles que relacionam a dinâmica interna com uma mercantilização crescente da economia mineira, que atingia, em níveis diferenciados, as realidades sub-regionais, sejam os mais bem embasados do ponto de vista teórico-metodológico e empírico.

Em trabalho pioneiro, Alcir Lenharo realizou profundo estudo sobre o setor de abastecimento do Sul de Minas Gerais. Em *As tropas da moderação* é apontada a grande produção pecuarista da região voltada para o fornecimento da Corte do Rio de Janeiro. Na primeira metade do século XIX teria emergido uma classe proprietária que, pouco a pouco, passou a ter uma maior projeção política chegando a influir e participar da formação do Estado Nacional, sobretudo no período da regência. Assim, o mercado interno teria tido vigor o suficiente para acumular riqueza, integrar o centro-sul e gerar novos personagens da elite política nacional (LENHARO, 1979).

Utilizando-se de fontes provenientes do século XIX, um dos pioneiros do debate acerca da decadência de Minas Gerais, através das pesquisas regionais, foi Roberto Martins. Ele propôs rediscutir as interpretações convencionais que articulavam a escravidão às economias exportadoras. Minas Gerais foi apresentada como grande importadora líquida de escravos, dona do maior plantel do Império. De acordo com o autor, os produtores mineiros eram

fortemente apegados ao sistema escravista e ao mesmo tempo, a província organizava-se em torno de uma economia de subsistência pouco mercantilizada. A lógica de reprodução da economia mineira baseava-se na produção de gêneros voltados para a auto-suficiência e para os mercados vicinais (MARTINS, 1980).

A evolução da importação de cativos em Minas Gerais demonstra o forte apego da capitania/província à escravidão. Mesmo após 1808, quando o ouro já havia deixado de figurar como principal produto da economia mineira e o café ainda não havia assumido sua importância nas exportações da província, o crescimento foi ainda maior, o que dava segurança a Roberto Martins ao afirmar que a escravidão não estava, necessariamente, ligada à produção de gêneros de exportação (MARTINS, 1996).

Sendo a agricultura uma atividade que exigia bastante mão-de-obra – diferente da criação de gado, que era “solto na natureza” – o autor infere que desde cedo a atividade exigia uma mão-de-obra complementar à familiar. Nesse sentido, a escravidão desde o início do século XVIII já esteve ligada a este setor abastecedor.

Segundo Martins, a demanda por escravos teria sua origem na alta disponibilidade de terras na capitania/província. A população livre, então, se recusava a trabalhar como empregada, preferindo ser pequena proprietária de terras. Depois de receber algumas críticas, o autor passou a considerar a existência de um maior grau de mercantilização da economia mineira. A grande inovação da pesquisa de Roberto Martins foi considerar que o trabalho escravo na modernidade poderia ter forte vigor, mesmo alheio à produção voltada para a exportação. Nesse sentido, o escravismo colonial brasileiro não seria, necessariamente, uma fonte de acumulação do capitalismo europeu.

Robert Slenes desenvolveu um comentário crítico das teses de Roberto Martins, questionando a pouca importância dada em sua obra ao mercado exportador como elemento dinâmico da economia mineira. O autor ressalta o papel da exportação de produtos de Minas Gerais para regiões de *plantation* e para a Corte, no Rio de Janeiro. A comercialização de alimentos como queijo, gado, toucinho estimulava a utilização da mão-de-obra escrava para a produção e transporte de mercadorias. Além disso, a extração de ouro e diamantes ainda tinha um papel importante no emprego de cativos. Dessa forma, a economia mineira não seria de *plantation*, mas estaria ligada à agro-exportação. O setor exportador funcionaria como efeito multiplicador na produção e no comércio internos à Minas Gerais. Para Slenes a mercantilização de alimentos, a oferta de mão-de-obra escrava na primeira metade do oitocentos unidas ao fator Wakefield,⁸ explicitado por Martins, explicariam o apego à escravidão em Minas Gerais (SLENES, 1988).

Também nos anos de 1980, Douglas Libby, ao analisar dados censitários do século XIX, em *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*, destacou uma forte diversificação das atividades econômicas em Minas Gerais (LIBBY, 1988). De acordo com Libby, o setor de agricultura com *certo grau de mercantilização* tinha maior peso no conjunto da economia da província. Havia um comércio para dentro e para fora de Minas dos gêneros cultivados: milho, feijão, farinha de mandioca, aguardente e derivados de porcos. As atividades de transformação tiveram papel importante na dinâmica exposta por Libby, principalmente porque liberavam a província de gastos com a importação de alguns produtos essenciais, entre os quais estariam os artigos têxteis e siderúrgicos.

⁸ SLENES (1988) cita em nota, a hipótese da “terra-livre”, elaborada em MARTINS (1980), baseado em WAKEFIELD (1969) e WAKEFIELD (1967).

Embora não concordando com a noção de desintegração total da economia mineira apontada por Celso Furtado, Libby considera válido recuperar as análises deste autor sobre a capacidade de resistência às crises das estruturas econômicas escravistas (áreas exportadoras). Dessa forma, tendo Minas passado pelo processo de crise da mineração, seria pertinente pensa-la em termos de uma economia em *acomodação evolutiva*, ou seja, um momento de rearticulação interna das estruturas econômicas e consolidação de um novo perfil.

A obra analisada ainda foi fundamental para revelar os padrões mineiros de concentração de cativos. Apesar de não constituir uma realidade de todas as sub-regiões mineiras⁹, o perfil geral da propriedade de escravos em Minas era o de predomínio de pequenos e médios plantéis (1 à 5 e 6 à 10), tanto em número de proprietários quanto em número de escravos. Tais conclusões revelaram a peculiaridade do sistema escravista mineiro, uma vez que os padrões conhecidos pela historiografia até então eram semelhantes aos do nordeste açucareiro.

Previamente pensada por Roberto Martins e Douglas Libby, a diversidade regional de Minas Gerais foi um dos principais focos da pesquisa de Clotilde Paiva. A autora chama atenção para *os inconvenientes de se transpor para o século XIX divisões espaciais que não foram elaboradas tendo em vista a realidade do período estudado* (PAIVA, p. 157).

Em sua tese de doutoramento Clotilde Paiva elaborou uma proposta de regionalização que partiu das informações contidas na literatura de viagem e das características identificadas pelas fontes de caráter quantitativo: *Adotamos uma proposta de regionalização que contempla vários aspectos da realidade oitocentista mineira; as regiões têm sua identidade conformada*

⁹ Na Zona da Mata, na região Metalúrgica Mantiqueira e no Triângulo Mineiro são os proprietários de mais de 30 escravos que possuem a maior parcela de cativos (LIBBY, 1988. p.106).

pela conjunção de múltiplos elementos: físicos, demográficos, econômicos, administrativos e históricos (PAIVA, 1996. p. 157).

A província foi dividida em dezesseis unidades espaciais, integrantes, segundo o critério da intensidade das relações comerciais, de três níveis de desenvolvimento sócio-econômico. A abordagem aqui apresentada interessa-nos especialmente por conta de nosso intento de realizar análise micro-regional.

Cabe sublinhar a participação da pesquisa da autora no debate que colocamos sobre a economia de Minas Gerais no século XIX. Ressaltando que algumas regiões tinham fortes vínculos com o mercado externo e outras não, ela se coloca entre as posições de Roberto Martins e Robert Slenes.

Esta proposta inspira-se no debate entre Slenes e Martins apresentado anteriormente e retoma a formulação apresentada por Slenes (1998) de que Minas, na primeira metade do século XIX, estava longe de ser um sistema fechado, sem no entanto colocar toda a economia interna em posição inteiramente subsidiária ao setor exportador (PAIVA,1996. p. 105).

A rigorosa pesquisa da dinâmica econômica e demográfica feita por Paiva leva em consideração fatores negligenciados por Martins e Slenes. Este busca explicação para as estimativas de importações de escravos do primeiro. Ou seja, Robert Slenes conclui que os recursos para a compra de tão elevado número de escravos foram gerados no dinamismo do setor exportador e em todos os setores, por cadeia, a ele ligados. Os dois autores mencionados subestimam a reposição do plantel via crescimento natural.

Porém estudos regionalizados de Clotilde Paiva, Tarcísio Botelho e Douglas Libby apresentam evidências da reposição vegetativa dos escravos. Portanto, para Paiva

(...) é importante considerar a participação da parcela crioula quando se pensa na dinâmica de reposição do contingente mancipio. Mesmo que a nível provincial a participação de crioulos seja menor ela não é

sem importância e a nível regional ela pode ser muito relevante. (PAIVA, 1996. p 106).

As evidências de crescimento interno do plantel de escravos em Minas Gerais e a conjuntura, na primeira metade do século XIX, de aumento da oferta de africanos principalmente advindos do porto do Rio de Janeiro¹⁰, talvez expliquem a disseminação da propriedade de pequeno número de cativos. Com restrito acesso aos mercados longínquos, mas, evidente inserção no comércio local esses proprietários teriam protagonizado relações econômicas e sociais de ordens diferenciadas, dependendo da localidade.

Todavia, a detalhada pesquisa demográfica e econômica da escravidão mineira nos períodos colonial e imperial realizada por Laird Bergad colocaram novos desafios no debate apresentado. *Escravidão e História econômica: Demografia de Minas Gerais 1720- 1888* procurou abarcar desde as primeiras décadas de povoamento da região, o auge e decadência do ouro e a transição das estruturas econômicas para uma economia de abastecimento. Utilizando o que o autor considera como o maior banco de dados jamais elaborado sobre a população escrava nas Américas, Bergad arrolou censos populacionais e inventários *pós-mortem* aliados a outras referências documentais.¹¹

Os pilares fundamentais da construção argumentativa de Laird Bergad são: Mudanças na estrutura econômica de Minas no final do século XVIII; a mercantilização de vários setores da economia mineira desde o início da colonização, destacando o comércio para fora da capitania, intensificado no século XIX; e a participação predominante da reprodução natural na população escrava a partir da última década do setecentos até o fim da escravidão.

¹⁰ FRAGOSO e FERREIRA, 2001.

¹¹ Trabalhou principalmente com as contagens de população dos anos de: 1776, 1786, 1808, 1821, 1833-1835 e 1872. Já os inventários analisados foram 10.028, abarcando um total de 111.963 escravos nas regiões de Mariana/Ouro Preto, São José/São João Del Rei e Diamantina (BERGAD, 2004.p.30).

A primeira e a segunda não têm implicação inovadora, na medida em que diversos outros trabalhos já haviam encontrado tal perfil. No entanto, a questão do incremento natural parece ser a principal contribuição da obra. A análise das séries quantitativas dos inventários *pós-mortem* indicam que, pelos menos, a partir da década de 1790, a população cativa crioula ultrapassou a africana, seguindo em um quadro estável de crescimento absoluto e relativo até a década dos anos setenta do oitocentos.

Os períodos em que o número de africanos, em idade de trabalhar, cresceu mais do que o de brasileiros – principalmente entre 1820 e 1840 – são para Bergad pontuais e irrelevantes no conjunto do crescimento do contingente mancipio. Porém, Segundo Manolo Florentino, entre *a segunda metade da década de 1820 e a primeira da seguinte, Minas Gerais (...) aparecia como pólo de absorção de 40% a 60% dos escravos que saíam do Rio de Janeiro.* (FLORENTINO 1997. p. 38). Além disso, Libby afirma que na década de 1830, (...) *na comparação dos dados de Bergad e Paiva, as diferenças, apontando para uma maior presença africana nos dados reunidos por esta autora, variam de 7,6% a 13,5%* (LIBBY, 2001, p.293). Considerando que o universo do número de escravos foi bem maior nos dados utilizados por Clotilde Paiva, seus dados apresentam-se mais confiáveis e confirmam uma subestimação por parte do brasilianista para com a presença africana em Minas.

O desprezo de Bergad pela importação de cativos parece estar envolvido no seu objetivo de contrapor às teses – principalmente as de Roberto Martins – que defendem a reposição externa de escravos pela Província como principal elemento do crescimento demográfico desta população mancipia. O que parece ter centralizado as atenções do autor que chegou a comparar os padrões demográficos mineiros aos do sul dos Estados Unidos (BERGAD, 2004. p.312).

Considerado por Robert Slenes e Alcir Lenharo como o grande estimulador do dinamismo de Minas no século XIX, o comércio de alimentos voltado para o abastecimento da cafeicultura fluminense e a Corte do Rio de Janeiro foi fundamental na redefinição na geografia sócio-econômica da província.

A comarca do Rio das Mortes emergiu no século XIX como a principal região onde se desenvolviam estas atividades. Segundo Afonso Graça Filho, as atividades dinâmicas da economia mineira, que teriam participado indiretamente da economia exportadora, realimentaram o aparecimento de outras zonas produtoras na província de Minas Gerais. O autor de *A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais* demonstrou a alta capacidade de acumulação proporcionada pelo setor de abastecimento, analisando as grandes riquezas de São João Del Rey no século XIX (GRAÇA FILHO, 2002).

A elite mercantil do município, cabeça de comarca, estava envolvida em uma rede de relações sociais, guiadas pelas atividades comerciais e creditícias, que produzia e reproduzia prestígio e poder. *A apropriação de capitais pelo comércio sanjoanense foi um dos caminhos para o enobrecimento de algumas famílias* (GRAÇA FILHO, 2002.p.65). A endogamia também fazia parte de uma estratégia matrimonial com o objetivo de garantir a perpetuidade das riquezas e a solidez das empresas.

Valorizando as especificidades regionais Marcelo Godoy apresentou o complexo mercantil de *elevado nível de capilaridade dos fluxos, diversidade das mercadorias em circulação e alto número de agentes* na economia mineira oitocentista (GODOY, 2004.B. p. 12). Para o autor o problema do abastecimento interno de Minas no século XVIII, por causa do isolamento, gerou uma desconcentrada rede comercial.

Diante dessa necessidade interna é que se mobilizaram os recursos para a montagem de engenhos de cana, o principal objeto de sua detalhada pesquisa de tese de doutoramento. Para

o autor a produção voltada para os mercados locais, o isolamento geográfico e os altos custos de transporte explicam a persistência no tempo e o ritmo lento de modernização da agroindústria canavieira de Minas Gerais.

Marcelo Godoy procurou demonstrar a relevância da produção de derivados de cana em Minas, segmento, segundo ele, relegado pela historiografia à condição de *objeto menor*, quando não incluído em categorias como de *economia de autoconsumo* ou *economia de subsistência*.

Vislumbrado o vigor temporal da produção tradicional de derivados de cana buscou-se estabelecer a posição relativa dos grandes espaços canavieiros do Brasil antes do decurso do processo de modernização do setor. A expansão da produção mineira de açúcar, rapadura e aguardente, fortemente estimulada por regular crescimento demográfico a assente em hábitos de consumo vinculados pelo excesso de ingestão de açúcares e destilados de cana permitiram que durante aproximadamente um século Minas Gerais ocupasse posição de liderança na produção brasileira. As evidências empíricas reunidas e os confrontos estatísticos realizados convergem para a demonstração da proeminência mineira na maior parte do século XIX e primeiros anos da centúria seguinte, superando inclusive todos os grandes espaços canavieiros do litoral (GODOY, 2004.B. p. 10).

Apoiando-se no modelo proposto por Clotilde Paiva, Marcelo Godoy sublinha que as relações entre o setor exportador e atividades orientadas para o mercado interno caracterizavam-se pela interdependência, ainda que os vínculos com mercado externos abrissem maiores perspectivas de acumulação.

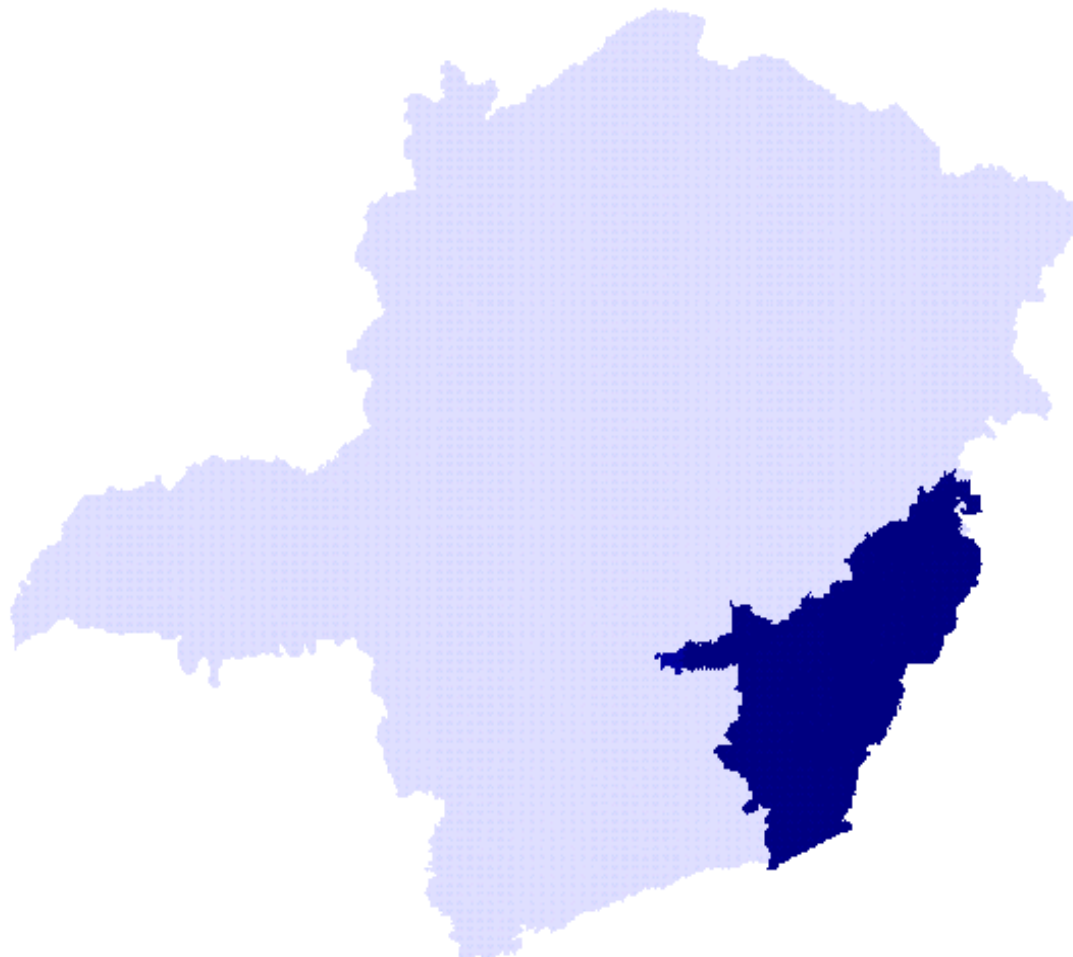
O monumental trabalho empírico de Paiva e Godoy para revelar os contrastes regionais são as marcas deste modelo de entendimento da economia mineira no século XIX. As diferenciações sócio-econômicas demonstram realidades heterogêneas no tocante à dinâmica comercial e ao predomínio de mão-de-obra (livre ou escrava).

Diante de tal diversidade, a análise local relacionada com a dinâmica ampla da sociedade mineira oitocentista se mostra pertinente. O caminho percorrido no estudo que

apresentamos converge para o esforço de, em uma análise micro-regional, traçar o perfil da utilização da mão-de-obra livre e escrava e da diferenciação social.

1.3 Uma abordagem sub-regional

O termo de Mariana constitui uma subdivisão político-administrativa, sediada pela Câmara Municipal de Mariana, fundada em 1711, com a criação da Vila do Carmo, às margens do Ribeirão do Carmo. Em 1745 a Vila do Carmo foi elevada à categoria de cidade e passou a se chamar Mariana. A pedido de D. João V, o papa Bento XIV criou o primeiro bispado de Minas Gerais (BARBOSA, 1971). A colonização da região iniciou-se em 1696, com as primeiras descobertas de ouro na futura capitania de Minas. Na primeira metade do século XVIII, formaram-se muitos povoados em torno do centro geo-econômico da mineração: Vila Rica/Mariana. Os distritos e freguesias que nasceram se dedicavam ou a atividades de exploração do ouro ou à produção de alimentos.

Mapa I – Área aproximada do Termo de Mariana no final do Século XVIII ¹²

Fonte: DATASUS

O mapa demonstra que o Termo de Mariana abrangia um grande território, incluindo regiões da Zona da Mata. Pequenos arraiais, freguesias ou distritos que pertenciam a Mariana no final do século XVIII se emanciparam ao longo do século XIX, ou se desmembraram para pertencer a outras vilas. Mesmo assim, pelo menos até meados do século a abrangência administrativa de Mariana ainda alcançava muitas localidades da região de fronteira agrícola. Segundo Joaquim Ribeiro Costa:

¹² Mapa confeccionado por Renata Romualdo Diório, a partir dos dados de CARVALHO, Teophilo Feu. *Comarcas e Termos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1922, p.71-96.

Mariana, a antiga Vila do Carmo, teve sua primitiva jurisdição limitada pela sua posição geográfica, próxima a Vila Rica, cabendo-lhe as vertentes do Rio Doce, desde as nascentes, formadas entre outros pelos rios Piracicaba, Carmo, Piranga e Casca, até Cuieté; e ao Sul, os rios Pomba e Muriaé, até os limites com a antiga província do Rio de Janeiro (COSTA, 1970. p. 78).

A região que colocamos em tela se localiza a leste da Serra da Mantiqueira/ Espinhaço. Este aspecto é importante para situarmos geograficamente a região, pois a parte oriental da capitania/província de Minas fazia limite com uma região de floresta. Portanto, uma região de fronteira aberta, apta para as atividades agrícolas. Em sua dissertação de mestrado, Francisco Eduardo Andrade trabalhou com a perspectiva de aliança da Geografia com a História para entender o processo de ocupação e utilização dos recursos naturais. Segundo o autor:

O enfoque ecológico de uma dada região, aqui no caso, uma determinada região de Minas Gerais, contribui para um maior aprofundamento da análise das relações sociais que naquele espaço foram constituídas; e, além disso, é um dos elementos conformadores dos limites da própria região. (ANDRADE, 1995. P. 16)

Nesse sentido, apesar do centro minerador não possuir características de clima, relevo e vegetação favoráveis à agricultura, a região encontra-se “*de frente*” para uma vasta área de florestas possuindo clima úmido e quente, apto ao cultivo de alimentos.

Sendo Mariana o município mais antigo, além disso, a sede do arcebispado, os povoados formados ao longo do século XVIII se declaravam pertencer à Mariana, subordinando-se ao Senado da Câmara, constituindo assim uma grande circunscrição jurídica. Até meados do século XIX, Mariana continuaria a acumular essas importantes funções de centro religioso, educacional e administrativo. Assim, embora tendo nascido e prosperado em função da exploração do ouro, mesmo com o declínio da produção deste metal a cidade continuaria a desempenhar um papel de destaque no contexto da capitania e mais tarde da província (ALMEIDA, 1995. p. 48).

Clotilde Paiva elaborou uma regionalização da província de Minas Gerais no século XIX que leva em conta os níveis de desenvolvimento das meso-regiões. A *mineradora central oeste*¹³, em que a parcela mais antiga do Termo de Mariana está inserida, apresentou alto nível de desenvolvimento econômico na primeira metade do século. Exportava para o Rio de Janeiro ouro, pedras preciosas, tecidos, doces, além de produzir alimentos para o mercado intra e inter-regional. A região se caracterizava por ser um importante entreposto comercial sinalizado pelo grande número de casas de negócio (PAIVA, 1996).

A tabela 1.1 abaixo demonstra a população de escravos da região e sua inserção no tráfico de africanos em 1831/1832 e 1838/1840. A *mineradora central oeste* era a maior possuidora de cativos de Minas Gerais e nem mesmo outras regiões prósperas da província no século XIX (a Sudeste, Diamantina e a região da Comarca do Rio das Mortes – Intermediária Pitangui-Tamanduá) a alcançavam em número de africanos. Seu laço com o tráfico de escravos também foi comprovado por possuir, ainda, 44% do seu plantel vindo da África, conforme demonstra a tabela 1.1 que apresenta a distribuição da população escrava de Minas Gerais.

¹³ Esta sub-região inclui os municípios de Sabará, Queluz, Ouro Preto e parcelas dos municípios de Caeté e Mariana. Quanto às localidades abordadas na presente pesquisa, os distritos de Mariana e Furquim localizavam-se dentro dessa sub-região. Porém, a capela do distrito de Ponte Nova, aqui analisada como pertencente à freguesia de Furquim, fora incluída na sub-região vizinha, a *Mineradora Central Leste* (Ver PAIVA, 1996, p. 171). Porém, elementos como a concentração de escravos, o número de engenhos e casas de negócio aproximam o distrito do perfil da *Mineradora Central Oeste*, que possuía nível de desenvolvimento mais alto.

Tabela 1.1**Distribuição da população escrava de Minas Gerais por origem. 1831.**

Região¹⁴	Es. Brasileiros	Es. Africanos	Total
Min. Central Oeste	56%	44%	40.015
Intermediária Pitangui	58%	42%	19.947
Sudeste	51%	49%	14.599
Sul central	52%	48%	14.589
Mata	47%	53%	6.600
Min. Central leste	34%	66%	5.655
Médio-Baixo R. Velhas	71%	29%	5.650
Outras	64%	36%	20.311
Província	57%	43%	127.366

Fonte: PAIVA, 1996. p. 210

Com essa grande população cativa, a *Mineradora Central Oeste* desenvolveu um importante setor comercial, inclusive de alimentos. A mesma foi classificada por Paiva como de *alto nível de desenvolvimento*. Possuía a maior população da província (23,5 %), o maior número de engenhos (23,6%) e o maior número de casas de negócio (26,7%) (PAIVA, 1996. p. 85). Por apresentar um vasto território, Mariana foi um dos mais importantes municípios dessa região, alcançando os melhores índices dentro da *Mineradora central oeste*.

O termo se estendia até a região de Floresta Atlântica. Limitava-se ao norte da sede com as freguesias de Catas Altas, ao leste até Furquim e Barra Longa e ao sudeste até Ubá, S. João Batista do Prezídio e Rio Pomba, passando por Guarapiranga, Ponte Nova e Santa Rita do Turvo. A posição geográfica, a situação administrativa e sua tradição na economia mineradora

¹⁴ Os critérios para esta regionalização foram detalhados por Clotilde Paiva (1996). Eles levam mais em conta os níveis de desenvolvimento econômico e comercialização do que a regionalização administrativa.

possibilitaram ao município diversificar suas atividades econômicas mantendo-se como uma importante região de Minas no século XIX.

A região possuía rios importantes: o Ribeirão do Carmo que cortava toda a região mineradora, entre os ramos da Serra de Ouro Preto/Itacolomi e desaguava no Rio Doce; e o próprio Doce, que nasce na Serra da Mantiqueira e cortava toda a região de mata no leste da Capitania/Província, de Minas Gerais.

O que se percebe é que a região foi, no contexto da decadência da mineração, uma área com amplas possibilidades de expansão das atividades por ter essa enorme fronteira aberta. Segundo Carla de Almeida, no final do século XVIII, houve ocupações de novas regiões na tentativa de encontrar ouro em abundância. Contudo, não se demorou a perceber o engano e a população passou a aproveitar a qualidade e a quantidade de novas terras para se dedicarem a outras atividades (ALMEIDA, 1995 p. 55).

È importante estar alerta para que as generalizações não prejudiquem uma definição mais completa da metodologia de trabalho, para estudar a região. Segundo Francisco Andrade: *Dependendo da localização geográfica e das condições ecológicas específicas dos núcleos de habitantes, diferenciavam-se o peso da herança mineradora e as possibilidades econômicas das práticas de atividades agropecuárias* (ANDRADE, 1995.p. 55).

Dessa forma podemos trabalhar com três grupos de localidades conforme suas características geográficas e sócio-econômicas. O primeiro grupo era constituído por localidades como Mariana (a sede), Passagem de Mariana, Camargos, Antônio Pereira e outros que ainda apresentavam muitas atividades ligadas à mineração, mas com indícios de uma grande concentração de pobreza, com exceção da sede do município, que tinha diversas atividades próprias de centros urbanos e políticos (muitos negociantes, mineiros, profissionais de serviços e cargos públicos).

A vila de Mariana, por ser a sede administrativa do Termo, centralizava o recebimento de impostos, o que mantinha um certo nível de circulação de renda nessa comunidade, além, é claro, de ser referência para o estabelecimento de entrepostos comerciais. Nesse novo perfil econômico da região, onde as atividades agropecuárias se destacavam, torna-se importante investigar quais as características de acumulação de riqueza ou de sobrevivência em um “centro urbano” cercado por senhores e camponeses da terra.

O segundo grupo de localidades é representado pelas localidades que experimentaram a extração aurífera, mas que desde o século XVIII, já se dedicavam à produção de alimentos e outras atividades. Guarapiranga, Catas Altas, Furquim e São Caetano se localizavam em uma região intermediária entre a zona aurífera e a Zona da Mata.

O terceiro grupo de localidades que podem ser estudadas no interior do Termo de Mariana são as que estavam na região de expansão agrícola ou seja, povoados tipicamente rurais surgidos no interior da Zona da Mata mineira, desbravando uma região de fronteira aberta e terras devolutas. Dentre as principais localidades que se enquadram nesta delimitação estão: Ponte Nova, Santa Rita do Turvo, Ubá, Nossa Senhora dos Remédios, São João Batista do Prezídio e outras.

No século XIX as atividades agropecuárias já predominavam nas duas últimas regiões. Dessa forma, nosso foco de análise centrou-se, além da sede do Termo, na freguesia de Furquim, a qual alguns florescentes distritos da Zona da Mata se ligavam.

Furquim é um dos locais mais antigos de Minas Gerais. A exploração do ouro começou aí desde as primeiras descobertas das Minas. Em 1706 a localidade já era paróquia e se tornou freguesia de Mariana em 1724, de onde se distanciava 31 Km. Ainda no século XIX, muitas capelas de numerosos arraiais pertenciam à paróquia do *Bom Jesus do Monte do Furquim*. Em 1823, incluíam-se na freguesia de Furquim os seguintes distritos: Furquim, o da

sede da paróquia, Gualaxo do Norte, Conceição do Turvo, São Gonçalo do Ubá e Ponte Nova (ANDRADE, 1994 p. 35).¹⁵

O recorte regional de nossa pesquisa torna-se especialmente valioso, quando percebemos que a região escolhida encaixa-se perfeitamente nas discussões da historiografia acerca da decadência da mineração e da economia de Minas Gerais no século XIX. A região do Termo de Mariana é um exemplo de migração de eixo econômico, passando da mineração para uma agricultura mercantil de abastecimento¹⁶. As abordagens específicas que analisam determinadas localidades no interior do Termo têm demonstrado esse perfil, contribuindo para as interpretações gerais sobre a economia mineira no oitocentos.

Carla Almeida elaborou uma periodização que delimita o processo de auge e decadência do ouro, e o de consolidação da economia agrícola de subsistência, para a região de Mariana. O primeiro sub-período corresponde aos anos entre 1750 e 1770. Segundo a autora, apesar do auge da extração do ouro ter tido o seu ponto máximo entre 1735-1739, somente em 1770 a queda foi realmente brutal. Nessa primeira fase, ainda a economia mineira tinha como principal eixo econômico a mineração do ouro aluvional. O segundo sub-período proposto está entre os anos de 1780-1810. Segundo a autora, pode ser caracterizado (...) *como o período em que a economia mineira deixou de ter a mineração como a atividade principal e as atividades agropecuárias passaram a ser seu eixo central.* (ALMEIDA, 1995 p. 102). As unidades

¹⁵ Sabemos que na década de 1830 algumas capelas e/ou distritos do termo de Mariana passaram a pertencer a diferentes freguesias e paróquias ou constituíram sede própria (como é o caso de Ponte Nova em 1832), No entanto, utilizaremos, durante a apresentação da pesquisa, o termo “Freguesia de Furquim” para designar o conjunto de localidades rurais analisadas. Este critério foi adotado pelo fato de que na lista nominativa de habitantes de 1821 os moradores dos povoamentos foram registrados em um mesmo documento.

¹⁶ Não é demais sublinhar que os níveis de riqueza encontrados para Mariana não estão entre os mais vultuosos de Minas Gerais no oitocentos. A praça mercantil de São João Del Rey e as fazendas e sítios agropecuaristas do sul da província centralizavam grande parte do comércio com a corte do Rio de Janeiro, além das atividades financeiras e atacadistas (GODOY, 2004 e GRAÇA FILHO 2002).

produtivas estariam caminhando para uma auto-suficiência na produção de alimentos e na manufatura têxtil.

A diversificação da economia, pela existência de uma demanda interna de subsistência, acabou gerando a possibilidade de comercialização desses produtos, o que levou Carla Almeida a identificar um novo sub-período, 1820- 1850, como consolidação da economia mercantil de subsistência. Esse último período interessa em nossa análise por não se tratar de período transicional, ou seja, constitui recorte ideal para a análise das atividades camponesas e escravistas na economia agropecuária.

A metodologia utilizada por Carla de Almeida, não leva em conta as especificidades sub-regionais existentes na região administrativa do Termo de Mariana. As fontes analisadas, principalmente inventários *post-mortem*, correspondem a todo o Termo, que possui diferenças significativas entre seus distritos e freguesias. A classificação, já apontada, mostra que o Termo não era homogêneo em suas características sócio-econômicas, tornando arriscado colocar no mesmo plano, espaços tão diversos.

A abordagem regional tem sua principal contribuição na possibilidade de se estudar espaços homogêneos, reduzidos, mas que permitam uma análise ampla. As análises gerais dependem, assim, das especificidades regionais. Contudo, só é possível conceber uma História Regional se realizarmos um recorte espacial inserido numa temporalidade determinada. As conjunturas temporais, resultado dos processos históricos, devem determinar a construção do espaço a ser delimitado. Segundo Ângelo Priori, a delimitação do espaço e das fontes deve ser um exercício levado a cabo pelo historiador a partir do conhecimento prévio adquirido. Para tanto, alguns critérios básicos podem ser estabelecidos para contribuir na escolha do pesquisador: fronteiras político-administrativas; critérios econômicos; base físico-climática; características da vegetação e distribuição demográfica (PRIORI, 1994).

Dessa forma, mesmo priorizando a análise da propriedade, do trabalho e da estratificação social em uma área rural (Furquim), estabelecemos algumas comparações com a área urbana do termo mostrando as relações e diferenças existentes.

1.4 As fontes e a metodologia

As listas nominativas de habitantes fornecem um importante conjunto de informações para a temática de nossa pesquisa. Datada principalmente de 1831/1832 e 1838/1840, essa documentação foi elaborada para atender as determinações do governo provincial de Minas Gerais. Os objetivos podiam ser desde levantamentos eleitorais, para o recrutamento militar ou para a tributação. A elaboração das listas em questão era de responsabilidade dos Juizes de Paz de cada distrito dos diversos municípios mineiros¹⁷.

Um dos pioneiros trabalhos com esse corpo documental foi o de Douglas Libby que pesquisou a temática do trabalho na economia mineira no século XIX. Ele utilizou mapas de população dos anos de 1831/32 e 1838/40, além do recenseamento de 1872. A quantificação elaborada foi possível porque as listas possuem informações importantes como: lista nominal dos habitantes de cada fogo (domicílio), qualidade (cor), condição (livre, cativo, forro e outras), idade, estado conjugal e ocupação (LIBBY, 1988.p. 30), embora tenha que se ressaltar a falta de uniformidade das listas disponíveis para pesquisa. Isto geralmente ocorre pela falta de compromisso com o formulário oficial exigido pelo governo, por parte dos Juizes de Paz ou até mesmo pela omissão dos entrevistados.

Pesquisadores do CEDEPLAR/UFMG têm feito, desde o início da década de 1980, uma sistemática análise do conteúdo das listas e mapas de população do acervo existente no

¹⁷ Um estudo da origem das listas e da sua utilização como fonte histórica pode ser encontrado em PAIVA, 1996.

Arquivo Público Mineiro. Tal esforço resultou na elaboração de um banco de dados que contém as listagens, possibilitando a consulta digital. Para os anos de 1831 e 1832 estão disponíveis as listas de 40 distritos do Termo de Mariana compondo uma população total de 42662 pessoas.

Apesar de serem estes os mais completos levantamentos nominais de habitantes de Minas Gerais, muito antes houve a preocupação de contar a população. Um exemplo é o estudo feito por Iraci Costa a partir de mapas de população de 1804 de alguns distritos mineiros. Outro importante corpo documental é o das listas de 1819, 1821 e 1822 encontradas no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, em geral foram organizadas também por distritos, apesar de terem sido encomendadas por motivos diferentes.

As listas de 1821-22 foram confeccionadas pelos párocos das freguesias. Francisco Andrade, em sua pesquisa com algumas listas de habitantes, aventou uma possibilidade de motivação para tais levantamentos.

Não conseguimos saber de onde partiu a ordem de elaboração dos levantamentos das freguesias e nem as motivações de sua origem. É lícito pensar que resultam de algum anseio dos governantes coloniais portugueses de conhecer a realidade sócio-econômica da população para poder tomar medidas mais racionais e compatíveis com ela (ANDRADE, 1995. p. 58).

As relações nominais de habitantes de 1819, específicas ao termo de Mariana, tiveram uma origem diferente daquelas de 1821-22. O desabamento de pontes *carcomidas* e o estado precário das remanescentes na região, causou transtornos ao abastecimento de Mariana e Vila Rica e fez com que o rei D. João VI, em alvará de 1818, desse permissão à câmara de Mariana para cobrar um *imposto extraordinário* (chamado de *finta*) da população do termo. Estas relações de população deveriam conter observações sobre os distritos, bem como a circunstância e as possibilidades de cada habitante da localidade, para assim se ter uma idéia

do montante a ser arrecadado. Portanto, por ordem de 4 de maio de 1819, o levantamento populacional foi feito em cada distrito de ordenança do termo de Mariana (ANDRADE, 1995).

Este conjunto documental, ainda datado do período colonial, também recebeu atenção dos pesquisadores ligados ao CEDEPLAR/UFMG. O banco de dados organizado reuniu as listas de 1819, 1821 e 1822 de vários distritos e freguesias do Termo de Mariana¹⁸. Ao todo são 29 listas de habitantes compondo uma população de 27307 pessoas¹⁹.

Na pesquisa que apresentamos, as listas de habitantes nos permitiram analisar a composição social e econômica dos domicílios das localidades estudadas. A ocupação, idade, cor, condição e estado conjugal dos membros do fogo dão um panorama das atividades econômicas ali desenvolvidas e da representação social que homens e mulheres, livres e escravos, estavam inseridos²⁰.

Tomando como base as informações sobre os chefes de domicílios, analisamos suas ocupações para delimitarmos as principais atividades econômicas das duas localidades em tela. A sede do Termo, como era de se esperar, mostrou uma certa importância das atividades burocráticas, eclesiásticas, mas também do importante papel das atividades artesanais, do comércio e ainda das atividades mineradoras. Já a freguesia de Furquim, revelou a predominância dos empreendimentos rurais e das atividades de fiar.

Pelo critério de tamanho da posse de escravos foi possível definir os grupos sociais e aprofundar na análise interna à freguesia, assim como na diferenciação sócio-econômica que marcam nossa análise.

¹⁸ Estamos trabalhando com os dados cedidos pela pesquisadora do CEDEPLAR/UFMG Maria do Carmo Salazar Martins.

¹⁹ Muitos distritos do termo de Mariana não foram listados ou o foram dentro do documento referido à freguesia a que pertencia.

²⁰ Para um aprofundamento das possibilidades metodológicas de análise econômica, social e demográfica das listagens nominais de habitantes ver PAIVA, 1996, ANDRADE 1995 e LIBBY. 1988.

Para o aprofundamento do estudo do funcionamento das unidades produtivas, da distribuição da riqueza entre os proprietários e o perfil sócio-econômico do comércio local foram utilizados os inventários *post-mortem* do Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. O cruzamento dos nomes dos chefes de domicílios com os inventariados nos possibilitou o conhecimento da riqueza acumulada de alguns. Os inventários também permitiram a análise do processo produtivo e do perfil da escravaria dos proprietários de diferentes setores da riqueza local. Foi possível também traçar a trajetória de alguns proprietários perpassando as diferentes fontes ao longo do recorte temporal. Esse procedimento permitiu uma análise mais completa e complexa, aprofundando as questões emergidas dos dados quantitativos.

As relações de *Engenhos e Casas de Negócio* de 1836 contribuíram para revelar o perfil local de atividades que tanto poderiam servir como única forma de sobrevivência para uns (pequenos vendeiros e proprietários de rústicos e simples engenhos) ou como sinal do desenvolvimento de uma atividade rentável para grandes proprietários escravistas (importantes negociantes locais e donos de fazendas voltadas para o fabrico dos derivados da cana-de-açúcar).

Esses mapas *de 1836* estavam inscritos em (...) *tradição tributária que, desde meados do século XVIII, tendia a associar as imposições fiscais que recaíam sobre os produtores de derivados de cana, mormente aguardente, com as que oneravam comerciantes em geral* (GODOY, 2004.B. p.11).

O cruzamento e superposição dessas fontes com as listas de habitantes de 1831/32, 1838/40 e inventários *post-mortem* podem revelar importantes traços dos proprietários e também dos trabalhadores livres e escravos das localidades em tela. Sobretudo, porque, Mariana foi, nesse período, o município mineiro com o maior número de engenhos e casas de

negócio da província. Eram 297 unidades de transformação da cana, quase 15% do total e 525 vendas, 11,5% (PAIVA e GODOY, 1992, p. 38).

Por fim, foi realizada uma sondagem aos despachos e remessas de escravos da polícia da corte do Rio de Janeiro no intuito de detectar a passagem de negociantes de Mariana que atuavam no comércio negreiro. Essas fontes, originais do Arquivo Nacional, estão disponíveis em banco de dados do IPEA que inclui registros das décadas de 1810, 1820 e 1830²¹.

²¹ Para o detalhamento sobre as fontes, ver FRAGOSO e FERREIRA, 2002.

2- Aspectos demográficos da diferenciação social.

2.1 População e região no Termo de Mariana

Alguns historiadores mostraram na prática de suas investigações a importância que cabe às fontes de caráter censitário nos estudos de história social e econômica do Brasil. No caso de Minas Gerais do século XIX, os conjuntos documentais de listagem de habitantes já serviram tanto às abordagens gerais quanto às locais, demonstrando o abrangente campo de sua utilização.

Vários distritos e freguesias do termo de Mariana foram listados nas contagens de população de 1819-21 e de 1831. O distrito sede apresentou características sócio-demográficas diferentes das localidades do interior rural do termo.

A dinâmica demográfica do termo de Mariana está diretamente relacionada às diferenças espaciais, característica da região. Do mesmo modo, a estratificação social denunciada pelos dados demográficos também se mostrou diversa, dependendo da sub-região, em análise. A diferença mais notável refere-se ao distrito sede do município em relação às áreas interioranas ou espaços rurais.

Mariana surgiu tal como vários arraiais mineiros (embriões de cidades) que emergiram em torno das primeiras datas minerais. Talvez essa também tenha sido a origem do arraial sede da freguesia de Furquim, mas essa regra não cabe para outros povoados que nasceram em situação distinta à exploração aurífera. Eles se formaram em torno de uma capela e da movimentação religiosa que acompanha a sua existência.

A diferenciação da gênese dos povoados foi elaborada por Sérgio da Mata, em estudo sobre o catolicismo popular e a proto-urbanização em Minas Gerais. Ao pesquisar relatos de viajantes, o autor identificou que o padrão básico da formação dos arraiais é a construção de

várias casas em volta de uma capela. Ou seja, o espaço sagrado da igreja foi o embrião da proto-urbe mineira, a partir do qual se desenvolveram outros tipos de relações e intercâmbios, além dos religiosos: culturais, comerciais, políticos e étnicos (DA MATA, 2002).

Assim, do mesmo modo que o catolicismo popular demonstra inexistência de fronteiras claras entre o sagrado e o profano, a definição espacial de urbano e rural também carrega uma fluidez não dicotômica, sobretudo no século XIX, quando a vida dos arraiais e cidades esteve mais estreitamente relacionada ao campo e suas atividades econômicas.

O distrito sede da paróquia do Bom Jesus do Monte do Furquim, assim como outros arraiais da freguesia, apresentou características muito semelhantes aos espaços rurais. Em geral, nesses povoados viviam alguns comerciantes, clérigos, militares e artesãos (a maioria fiandeiras). Suas principais funções eram as de sediar algumas trocas comerciais e os eventos religiosos, sem existência de um aparato administrativo mais completo.

Já a paróquia da Sé, ou a vila sede de Mariana, possuía um conjunto de funções e relações mais complexas (centro administrativo, sede do arcebispado, profissionais liberais, funcionários da justiça, além das relações comerciais de grande monta e do contato aproximado de diferentes grupos étnicos e culturais), aproximando-a do perfil das cidades definidas por Da Mata: (...) *perfil da produção para a troca e do comércio, difusão e intercâmbio de bens culturais e religiosos, nível mais elevado de complexidade social (crescente divisão do trabalho) e eventualmente étnica* (DA MATA, 2002, p. 48).

Desde que foi elevada à categoria de cidade, Mariana tornou-se um local de intenso comércio, de festejos religiosos e de movimentada vida social. Além de ser a sede do Arcebispado, Mariana também era um centro educacional para onde vinham jovens de todas as partes de Minas para estudar no Seminário. Sônia Magalhães destacou a visão dos viajantes

que caracterizaram a cidade como um importante centro religioso e administrativo, mesmo após o declínio da mineração (MAGALHÃES, 2004 p. 60).

No entanto, existem indícios de que, no alvorecer do século XIX, Mariana perdeu um considerável contingente populacional para os distritos agrícolas do Termo, resultado direto do declínio da mineração. Segundo Sônia Magalhães, nos primeiros anos do oitocentos, houve um despovoamento gradativo da cidade. No rol dos confessados de 1809 possuía 3.249 habitantes, constituídos por 1611 homens e 1637 mulheres, já na listagem de habitantes de 1819 foram contadas 2084 pessoas.

A pobreza e a indigência presentes na área urbana do termo também podem corroborar a idéia de que, nesse período, as oportunidades econômicas estavam concentradas nas regiões agropecuárias. Sônia Magalhães identificou, no rol de confessados, grande número de pardos e pretos livres desocupados vivendo na indigência. Além disso, também foi comum o aparecimento dos termos “indigente”, “pobre” e “vive de esmolas” na relação nominal de 1819.

A sobrevivência de atividades mineradoras, mesmo que restritas a poucos proprietários e faiscadores, a manutenção da cidade como centro religioso e administrativo, a perda de população e a concentração da pobreza diferenciam Mariana do perfil atribuído à Minas Gerais no contexto tipicamente agrícola do século XIX.

As linhas de interpretação da historiografia que rediscutem a antiga visão de retração econômica de Minas Gerais com o definhamento da mineração podem ganhar novos contornos quando os focos de análises forem as micro-regiões. Quando analisamos as relações nominais dos distritos do termo de Mariana percebemos que, nos anos de 1819-1822, conforme a tabela 2.1, aqueles localizados nas regiões agrícolas e/ou de fronteira possuíam contingentes bem

maiores do que os centros tradicionalmente mineradores, como por exemplo, os antigos distritos de Passagem de Mariana, Antônio Pereira e Camargos.

Tabela 2.1
População livre e escrava das principais localidades do termo de Mariana. 1819-1822

Localidade	Livres	Escravos	Total
Mariana (Sé)	1308	776	2084
Passagem de Mariana	717	189	906
Antônio Pereira	651	363	1014
Camargos	227	140	367
Furquim	3401	2042	5443
São Caetano	484	153	637
Paulo Moreira	412	458	870
Catas Altas	1293	901	2194
Santa Rita do Turvo	1103	636	1739
São João Batista do Presídio	2178	503	2681
Rio Pomba	760	333	1093
N. S. Remédios	768	539	1307
Outros	4236	2736	6972
Total	17538	9769	27307

Fonte: Listas nominativas de habitantes 1819-1821. Termo de Mariana. AHCM. Banco de dados CEDEPLAR/UFMG.

Esses indícios sugerem que em algumas localidades mineiras de fato houve desagregação econômica e esvaziamento. Talvez a sede do termo de Mariana, pelas características que lhes eram particulares, não tenha chegado a se tornar uma vila pobre e abandonada, mas sofreu com um certo esvaziamento.²²

²² Eis aqui uma questão que ainda merece atenção dos estudos regionais. Os centros urbanos, mesmo os mais importantes teriam passado por um processo de perda de população nos anos em que a economia mais sentiu a redução das atividades mineratórias, enquanto as áreas agrícolas estavam em processo de crescimento.

Tabela 2.2
População Total. Mariana e Furquim. 1819-1821.

Condição	Mariana		Furquim	
	Número	%	Número	%
Livres	1262	61	3401	62
Escravos	776	37	2042	38
Forros	46	2	00	00
Total	2084	100	5443	100

Fonte: Listas nominativas de habitantes: Distrito da cidade de Mariana, 1819 e Freguesia de Furquim, 1821. AHCMM. Banco de dados CEDEPLAR/UFMG.

Ao compararmos a população de Mariana com a da freguesia do Bom Jesus do Monte do Furquim, uma região tipicamente agropecuária, salta aos olhos a grande diferença populacional, com vantagem para essa última, conforme a tabela 2.2.

A concentração proporcional da população escrava se assemelha nas duas localidades. Ao incluirmos os dados de 1831 percebemos uma tendência de aumento proporcional da população livre²³, realidade comum a toda a capitania/província na primeira metade do século XIX (ver BERGAD, 2004. p. 156).

A disponibilidade de terra livre, a dinamização do comércio de derivados de cana, milho, feijão, café e a criação de animais, além, é claro, da necessidade de sobrevivência, cada vez mais difícil nos antigos centros mineradores, atraiu muitos homens para os distritos agrícolas do termo de Mariana. As proporções de gênero da população livre e escrava também sugerem que, durante a expansão agrícola da primeira metade do século XIX, o distrito sede do Termo de Mariana perdia população enquanto o inverso ocorria nas áreas rurais.

²³ Em Mariana no ano de 1831 os livres eram 67% e em Furquim eram 71%. (Listas nominativas de habitantes de 1831. APM. Banco de Dados CEDEPLAR/UFMG)

Tabela 2.3**Gênero e Razão de masculinidade da população. Mariana e Furquim.1819-1821.**

	Mariana			Furquim		
	Homens	Mulheres	T.M	Homens	Mulheres	T.M
Livres	547	761	71,8	1619	1782	90,8
Escravos	453	323	140,2	1292	750	172,2
Pop. Total	1000	1084	92,2	2911	2532	114,9

Fonte: Listas nominativas de habitantes: Distrito da cidade de Mariana, 1819 e Freguesia de Furquim. 1821. AHCMM. Banco de dados CEDEPLAR/UFMG.

De acordo com os dados levantados por Clotilde Paiva, em 1831, as mulheres representavam a maior parte da população livre mineira, onde a taxa de masculinidade era de 95,3 homens por cada 100 mulheres. Na região Mineradora Central Oeste a diferença era ainda maior. A proporção era de 88,5 homens para cada 100 mulheres. Isto se explica pela presença nessa região dos antigos centros urbanos da mineração, que perdiam população masculina provavelmente migrada para os campos das gerais²⁴.

Em Mariana a perda de população parece ter sido ainda mais brutal. De acordo com a tabela 2.3, 58% da população livre, em Mariana, era de mulheres e a taxa de masculinidade era de 71,8 homens para cada 100 mulheres. Já em Furquim existiam 90,8 homens a cada grupo de uma centena de mulheres. A forte presença de mulheres solteiras e viúvas chefiando domicílios na sede do termo, muitas delas vivendo da produção de doces, do artesanato e da costura, revela a dificuldade da constituição de famílias em uma região que sofria, dessa forma, o impacto do esvaziamento dos veios auríferos.

²⁴ Clotilde Paiva relaciona a população livre e escrava da província de Minas (131.726 homens e 138.190 mulheres) e da região mineradora central oeste (36.192 homens e 40.874 mulheres). A taxa de masculinidade foi calculada para a nossa pesquisa (PAIVA, 210).

Em geral, existiam muito mais homens escravos do que mulheres, sobretudo nesse período, em que a oferta de africanos pelo tráfico era muito alta. No entanto, a taxa de masculinidade em Mariana foi bem menor do que a de Furquim, a primeira era de 140,2 enquanto que a segunda era de 172,2 (2.3). O serviço agrícola demandava muito mais esforço físico, por isso a preferência pelos homens, enquanto que a demanda no serviço doméstico, no artesanato e nas casas de comércio, em Mariana, possibilitava a forte presença de mulheres. Muitos escravos homens também podem ter migrado com os seus proprietários para trabalhar nos novos empreendimentos agrícolas.

Em 1831, 41% da população livre da província de Minas Gerais era de brancos. A proporção foi muito inferior na região Mineradora Central Oeste, onde cerca de 28% das pessoas livres eram brancas (PAIVA, 1996). Essa tendência se repete tanto na área urbana quanto na área rural do termo de Mariana, conforme a tabela 2.4.

Tabela 2.4
Cor da população livre e escrava. Mariana e Furquim. 1819-1821

Cor	Mariana		Furquim		Mariana		Furquim	
	Livres	%	Escravos	%	Livres	%	Escravos	%
Branços	388	30	--	--	1044	31	00	00
Pretos	44	03	284	37	48	01	723	35
Crioulos	199	15	337	43	518	15	1053	52
Pardos	630	49	75	10	1742	52	266	13
Cabras	45	03	80	10	00	00	00	00
Índios	02	00	--	--	48	1	00	00
Total	1308	100	776	100	3401	100	2042	100

Fonte: Listas nominativas de habitantes: Distrito da cidade de Mariana, 1819 e Furquim, 1821. AHCMM. Banco de dados CEDEPLAR/UFMG.

Em 1819, 30% da população livre da paróquia da Sé de Mariana era de brancos, tendência semelhante para Furquim, em 1821. Se somarmos crioulos e pretos, provavelmente ex-escravos, teremos 18% e 16% respectivamente. A proporção majoritária de mestiços (cabras e pardos) também foi semelhante nas duas localidades, atingindo 52% da população²⁵.

A grande população mestiça e negra da região de Mariana talvez se explique pela concentração de ex-escravos da mineração e seus descendentes. A mestiçagem da população esteve fortemente presente nos núcleos urbanos mineiros desde o século XVIII. Em 1776, apenas 22% dos habitantes das Minas eram brancos, pelos dados levantados por Laird Bergad (BERGAD, 2004, p. 156).

O Arraial de Furquim herdou do passado minerador a característica mestiça da sua população, mas a freguesia reunia povoados na região de fronteira com a Zona da Mata, como São Gonçalo do Ubá e Ponte Nova. Os ex-escravos e seus descendentes podem ter deixado as antigas zonas de mineração e buscado uma nova vida na promissora região de fronteira. Isto corrobora a visão de que os moradores dos núcleos mineradores foram quem povoaram as áreas de fronteira da região central e leste da capitania/província de Minas Gerais. No sertão do Rio Doce, apenas 20% dos livres eram brancos, em 1831, enquanto que na região Sudeste eram 54%, Sul Central 65%, e Sudoeste, 69% (PAIVA, 1996, p. 210)²⁶.

²⁵ A distribuição da cor da população de Mariana (Anexo, capítulo 2, – Tabela II) e Furquim (Anexo-capítulo 2, - Tabela XVI) para o ano de 1831 indica tendências proporcionais semelhantes.

²⁶ Sheila de Castro Faria, em estudo sobre a região de Campos dos Goitacazes no Rio de Janeiro, já havia levantado a hipótese de que pardos, pretos, forros e brancos pobres não permaneciam por muito tempo em uma mesma localidade. Viviam sempre na busca pela sobrevivência. A possibilidade de acesso a terra e cativos que as regiões de fronteira agrícola ofereciam mobilizou ex-escravos e seus descendentes a buscarem vida nova e prosperidade (FARIA, 1998, p. 132)

2.2 Mariana: Uma nova vocação econômica

A condição jurídica dos núcleos urbanos constituídos em Minas Gerais trazia consigo diverso e complexo aparelho administrativo que gradativamente se instalou com o objetivo de tributar a atividade econômica principal e interiorizar os interesses e valores do Império Português.

Nos últimos anos da colonização, além de sediar a câmara de um município com cerca de 27.000 (considerando somente os distritos relacionados nas listas de habitantes de 1819-1821) habitantes, moravam na Paróquia da Sé, muitos escrivães, advogados, tabeliães, tesoureiros, cobradores, meirinhos, dizimeiros e alcaides. Na grande maioria dos casos, esses homens eram brancos com significativo prestígio social e muitos deles não se furtaram em possuir escravos. Como centro religioso, a cidade também reunia muitas autoridades da igreja que, somadas aos clérigos locais, tinham importante participação na vida social e até mesmo econômica da cidade.

As atividades econômicas das áreas urbanas em Minas Gerais, desde o século XVIII, estiveram concentradas na extração do ouro, no comércio e nos ofícios mecânicos. A emergência da agropecuária como centro dinâmico da economia pôde, em um primeiro momento, ter redirecionado os recursos para o campo, mas, à medida que o mercado interno de alimentos, animais, tecidos, derivados de cana e outros crescia, aumentava significativamente a importância das cidades como centro comercial e político.

Sérgio da Mata considera que a visão das Minas ruralizadas no século XIX é questionável. Para ele

O surto urbano não só não declinara, mas na verdade seguira de perto a evolução demográfica mineira (...). O fenômeno urbano oitocentista reflete este novo momento. Sua formação acompanha agora o ritmo lento da vida das fazendas, e não a atividade febril que fora a marca das vilas do ouro (Da Mata, 2002. p. 22).

Depois de ter passado por um momento de rearticulação econômica Mariana parece ter assumido ao longo da primeira metade do século XIX, um novo perfil. As listas de habitantes de 1819 e 1831 oferecem alguns elementos que sinalizam para esse processo de dinamização. A população total partira de 2084 para 2972, sendo que o incremento de livres foi de 61,9% e o de escravos foi de 9,8%²⁷. Ou seja, crescimento baseado na população livre e liberta que, como veremos, sobrevivia em geral do artesanato doméstico, do comércio e da prestação de serviços.

As principais modificações na distribuição da ocupação entre as duas listagens se referem ao setor de artesanato. Mesmo sendo tão grande a ausência de informações para o ano de 1819 é possível notar que desse ano para 1831 houve um aumento da importância numérica e proporcional dos chefes de domicílios envolvidos com a transformação doméstica de mercadorias²⁸.

²⁷ Ver em anexo a tabela com a população total de livres e escravos em Mariana em 1831 (Anexo capítulo2 - Tabela I)

²⁸ Ocupação dos chefes de domicílios em Mariana, 1819 (Anexos – capítulo 2 - Tabela III)

Tabela 2.5

**Ocupação dos chefes de domicílios segundo o tamanho da propriedade de escravos.
Mariana. 1831.***

Setor/Ocupação	0	%	01-05	%	06-10	11-20	27-43	Total	%
Agricultura	06	02	10	05	03	04	01	24	04
Artesanato	231	61	71	40	02	--	--	304	51
Transporte	06	02	04	02	--	--	--	10	02
Comércio	23	06	35	19	06	02	--	66	11
Jornaleiro	18	05	--	00	--	--	--	18	03
Prof. Autônomos e eclesiásticos	21	06	40	22	04	02	--	67	11
Mineração	25	07	10	05	02	--	02	39	07
Outros	37**	09	06	03	02	01	01****	47	08
Sem informação	06	02	08	04	03	02	--	19	03
Total	373	100	184	100	22	11	04	594	100

Fonte: Listas nominativas de habitantes: Distrito da cidade de Mariana, 1831. Arquivo Público Mineiro. Banco de dados CEDEPLAR/UFMG.

*Porcentagem dos não proprietários de escravos e da faixa de 1 – 5 na vertical.

**20 são lavadeiras

*** vive do jornal de seus escravos alugados

Em 1831 a paróquia da Sé tinha, somente entre os chefes de domicílios, 116 costureiras, 80 fiandeiras, 20 alfaiates, 18 sapateiros, 15 carpinteiros, 13 ferreiros e 11 saboeiros. Todas essas atividades unidas a outras do mesmo setor equivaliam à 51% dos chefes de domicílios. O aumento da circulação de riqueza, e conseqüentemente da demanda, advinda do comércio interno pode explicar a proliferação desses ofícios. Em geral, as pessoas mais pobres viam nessas tarefas uma oportunidade de sobrevivência e de ascensão econômica e social, demonstrada pelo fato de 40% dos chefes de domicílios que possuíam até 5 escravos estarem incluídos no setor de artesanato.

É evidente que o dinamismo gerado pela produção agropecuária e pelo comércio não pode ser identificado através daqueles que se ocupavam com a agricultura. Isto porque, como se vê na tabela 2.5, o setor representava somente 4% dos chefes de domicílios, o que corrobora a idéia de que a produção estava mesmo presente nos distritos rurais do termo de Mariana. Em Mariana, moravam donos de chácaras localizadas na periferia da cidade que forneciam alimentos para as vendas e armazéns, mas também antigos e atuais mineradores que realocaram seus recursos para fazendas em outras paragens. A maior parte deles possuía escravos, o que sugere a prosperidade do setor, mesmo para os habitantes da cidade.

O esgotamento dos veios auríferos provocou uma forte queda dos investimentos em mineração. Em 1831 existiam apenas dois grandes proprietários mineradores. Maximiano e Antônio Fernandes Barroso eram os administradores de duas lavras que empregavam 33 e 43 escravos respectivamente. Dos 39 chefes de domicílios do setor de mineração 20 eram faiscadores que não possuíam escravos. A mineração escravista ainda estava presente em Mariana, mas diminuía de importância a cada ano.

Muitos clérigos e profissionais autônomos ligados à burocracia possuíam escravos. Isto reflete a manutenção, ainda no século XIX, da propriedade de cativos como elemento de diferenciação social e de destaque perante a sociedade. Vale destacar o papel dos clérigos na vida social e econômica, pois, muitos deles também se ocupavam como médicos, escrivães, lavradores, mineiros e comerciantes. O seminário de Mariana possuía 7 escravos, além dos 11 cativos listados em nome do bispo D. Frei José da Santíssima Trindade.

O setor do comércio abarcava quitandeiras, taverneiros, vendeiros e negociantes. De acordo com a tabela 2.5, dos 66 chefes de domicílios identificados no setor 43 tinham escravos. Mesmo para os donos de vendas mais simples a dinamização do mercado interno significou a ampliação das oportunidades de acumulação. Entre os vendeiros, 19 não possuíam

escravos e 17 possuíam. Já entre os chefes de domicílios listados como negociantes, apenas 2 não possuíam escravos e 17 possuíam.

O desenvolvimento de um intenso mercado local possibilitou a difusão da propriedade de escravos entre as várias categorias ocupacionais. Assim, em Mariana, não havia apenas um setor econômico definidor da concentração dos bens e da estratificação social, o comércio, a mineração e até mesmo a agricultura, talvez abarcassem os homens mais abastados da cidade. Não se pode ignorar o acesso de sapateiros, alfaiates, pintores, costureiras e fiandeiras à pequena propriedade de cativos, o que lhes conferia certo posicionamento social. Portanto, não era apenas a atividade econômica exercida pelos indivíduos que definia o seu lugar social, mas a forma como eles se introduziram nas redes de relacionamentos, de prestígio e no acesso ao aparelho administrativo e religioso da região.

O gênero, a cor, o estado conjugal e o perfil dos escravos são elementos importantes no objetivo de traçar o perfil da diferenciação social, porém, é necessário compreender que dependendo dos espaços em que ocorrem, tais características podem ter significado diverso. A seguir, traçaremos o perfil dos chefes de domicílios, proprietários ou não de escravos, ressaltando a comparação do espaço urbano (Mariana) com a região agrícola (Furquim).

2.3 Estratificação social em uma economia rural. A freguesia de Furquim.

Se o distrito sede do termo de Mariana foi marcado pelas características de tradicional centro minerador, religioso e administrativo, Furquim, na primeira metade do século XIX, expandiu suas atividades econômicas em função da produção agrícola.

A freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte do Furquim aparece nos conjuntos de listas do início da década de 1820 e também nas relações da década seguinte. Porém, os

grandes desafios para a utilização dessas fontes são as inflexões sofridas pelas áreas administrativas das localidades e a cobertura da região analisada pelas listas.

O pároco responsável pela listagem de 1821 não delimitou no documento a sub-divisão dos distritos arrolados. Já em 1831, os distritos da freguesia foram arrolados em documentos separados. Assim, através do cruzamento dos nomes de chefes de domicílios listados em 1821 com a listagem de 1831 foi possível identificar pelo menos 3 distritos: o distrito sede da freguesia, o distrito de São Gonçalo do Ubá e Conceição do Turvo. Os dois últimos por sua vez já identificados por pesquisas anteriores como pertencentes à Furquim no período.

Portanto, estiveram sob nosso foco de análise 597 domicílios em um total de 5443 habitantes na listagem de 1821. Já os dados que apresentaremos sobre o ano de 1831, apesar da aproximação do número de domicílios, foram 559, a população total somou 3423, um número bem inferior ao da listagem anterior. Mais uma vez cruzando as informações qualitativas, inclusive com a listagem de 1838, podemos supor que a diferença refere-se ao distrito de Ponte Nova. Na listagem de 1831 esse distrito não aparece especificado, mas muitos chefes de domicílios arrolados em 1821 possuíam bens inventariados naquela localidade ou estavam presentes na lista de 1838.

Ponte Nova era um florescente distrito da Zona da Mata. No período que colocamos em tela nesta pesquisa tinha característica predominantemente agrícola e se destacava na produção de milho, feijão e café, derivados da cana, além da criação de bovinos e suínos. De acordo com Waldemar Barbosa, a capela situada em Ponte Nova passou à condição de Matriz e o povoado foi elevado à Paróquia, em 1832. O crescimento do arraial e o desenvolvimento da economia agrícola na região explicam as motivações do decreto regencial (BARBOSA,

1971, p.265)²⁹. Ao apresentarmos os dados censitários das respectivas datas levaremos em conta a ausência desta localidade para o ano de 1831³⁰

Passemos às características sócio-econômicas dos chefes de domicílios de Furquim de acordo com o parâmetro principal da posse de escravos.

Na primeira metade do século XIX, apenas cerca de um terço da população mineira era escrava. Essa proporção tendeu a cair, ainda mais, com o pujante crescimento da população livre, com o aumento do preço do cativo e o definitivo fim do tráfico atlântico. Em Furquim, na comparação dos dois conjuntos de listas de habitantes, essa proporção caiu de 38% para 33% em 10 anos. Em Mariana, houve queda mais brusca da participação proporcional da população cativa, de 37% para 29%, entre os anos de 1819 e 1831.

Foi mais acelerado também o processo de concentração da mão-de-obra cativa na área urbana do Termo. Enquanto que em Furquim a proporção de domicílios que possuíam escravos caiu de 40% para 27%, em Mariana a queda foi mais acentuada de 59% para 37%.

Pelo menos localmente a base de sustentação do escravismo parecia se estreitar com o passar da década de 1820 quando a oferta do tráfico de africanos foi grande. Porém, esse fenômeno só iria se consolidar de fato a partir de 1850 com o fim do tráfico³¹. Mesmo que tenha sido tão comum não possuí-los, a propriedade de escravos mostrou-se fundamental, como veremos, para o entendimento da diferenciação social e econômica existente naquelas localidades.

²⁹ Mesmo que tenha havido tal mudança, como adiantamos no capítulo anterior, continuaremos a tratar a região estudada como Freguesia de Furquim, denominação utilizada nas listas de 1821.

³⁰ Tudo indica que o não aparecimento de índios em 1831 possa ser explicado pela ausência dos dados de Ponte Nova (Anexos capítulo 2 – Tabela XVI). Isto porque em 1838 foram listados 72 indígenas nesse distrito. A aproximação dos limites fronteiriços do distrito de Ponte Nova com a região dos grandes presídios de índios da Zona da Mata (distritos de São Januário do Ubá e São João Batista do Presídio) talvez explique o aparecimento dos indígenas, embora não tenhamos evidências sobre a existência ou não de algum presídio na localidade.

³¹ Essa possibilidade foi levantada por LIBBY, 1988, p. 105.

Tabela 2.6

Ocupação dos chefes de domicílios segundo o tamanho da propriedade de escravos.

Furquim. 1821.*

Setor/Ocupação	0	%	01-05	%	06-10	11-20	21-30	31 e +	Total	%
Agricultura	135	38	79	56	28	25	07	10	284	47
Artesanato	99	28	28	19	07	01	--	--	135	23
Transporte	10	3	04	3	--	--	--	--	14	2
Comércio	12	3	12	8	04	02	--	--	30	5
Jornaleiro	47	13	02	1	--	--	--	--	49	8
Prof. Autônomos e eclesiásticos	03	1	07	5	02	02	--	01	15	3
Mineração	06	2	06	4	03	02	01	01	19	3
Outros	10	3	--	--	--	--	--	--	10	2
Sem informação	33	9	06	4	01	--	--	01	41	7
Total	355	100	144	100	45	32	08	13	597	100

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Freguesia de Furquim. 1821. AHCMM. Banco de dados CEDEPLAR/UFMG.

*Porcentagem dos não proprietários de escravos e da faixa de 1 – 5 na vertical.

Tabela 2.7**Ocupação dos chefes de domicílios segundo o tamanho da propriedade de escravos.****Furquim. 1831.***

Setor/Ocupação	0	%	01-05	%	06-10	11-20	21-30	31 e +	Total	%
Agricultura	114	28	53	50	21	16	--	07	211	38
Artesanato	212	53	30	28	02	--	--	--	244	44
Transporte	14	3	09	8	--	01	--	--	24	4
Comércio	16	4	09	8	01	--	--	--	26	5
Jornaleiro	31	8	02	2	--	--	--	--	33	6
Prof. Autônomos e eclesiásticos	03	1	03	3	01	01	--	--	08	1
Mineração	08	2	--	--	--	--	--	--	08	1
Outros	04	1	01	1	--	--	--	--	05	1
Total	402	100	107	100	25	18	00	07	559	100

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Freguesia de Furquim. 1831/1832.. Arquivo Público Mineiro. Banco de dados CEDEPLAR/UFMG.

*Porcentagem dos não proprietários de escravos e da faixa de 1 – 5 na vertical.

As ocupações do setor agrícola representavam importante maioria entre chefes de domicílios da freguesia, principalmente quando se trata daqueles que possuíam escravos. As médias e grandes propriedades de Furquim em geral se dedicavam às atividades rurais, pela ocupação do seu membro principal, apesar dessa característica não eliminar a possibilidade de uma diversificação produtiva.

As tabelas 2.6 e 2.7 revelam que o conjunto de domicílios que não possuíam escravos era mais heterogêneo em suas ocupações. Tanto em 1821 quanto em 1831 aparecem, entre outros, muitos tropeiros, comerciantes, arrieiros, carpinteiros, alfaiates, sapateiros e fiandeiras. Os setores mais pobres da população se dedicavam ao artesanato e ao pequeno comércio, além

daqueles que possuíam pequenas roças familiares ou trabalhavam como jornaleiros em outras propriedades.

Nos dois arrolamentos populacionais é perceptível o aumento proporcional da diferença do setor agrícola para os demais entre aqueles que possuíam escravos. Em 1821, por exemplo, entre os não proprietários de escravos, 38% eram deste setor, já entre aqueles que tinham entre 1 e 5 escravos a proporção era de 56%. Dessa forma, em Furquim, era nas atividades voltadas para a agropecuária é que estavam as melhores oportunidades para a ascensão econômica, considerando a propriedade de escravos como medida.

Em 1831, o setor de artesanato superou a agricultura entre as ocupações arroladas nas listas. Eram 23% dos chefes de domicílios envolvidos com o setor em 1821 subindo para 44% dez anos mais tarde. O crescimento desse setor no ano de 1831 pode revelar o aumento da diversificação das atividades econômicas nos setores mais pobres da sociedade, ao passo que os povoados tornavam-se mais importantes como centros locais das atividades comerciais. Tais mudanças também ocorreram no mesmo período, até em maior escala, no distrito sede do termo de Mariana, reforçando os indícios de aumento da demanda de serviços como o de carpinteiros, pedreiros, ferreiros, sapateiros e principalmente da produção artesanal de tecidos.

Mesmo se considerarmos que a possível ausência do distrito de Ponte Nova, em 1831, possa ter influenciado na menor proporção de lavradores, roceiros e agricultores, não parece pouco relevante que o setor de artesanato tenha crescido tanto.

A ocupação de maior destaque individual, tanto em 1821 quanto em 1831, foi a de fiandeira. Na primeira data, 205 mulheres foram assim listadas, quase 34% de todas as pessoas livres que tiveram a ocupação arrolada. Já em 1831, 764 mulheres, ou 33,5% da população livre total se ocupavam com o ofício de fiar. Ademais, das 197 escravas fiandeiras que representavam 17,2% dos cativos da freguesia. Em geral, as fiandeiras de Furquim estavam

presentes tanto dentro quanto fora dos arraiais, o que demonstra que essa atividade estava conjugada com aquelas tipicamente agrícolas (ANDRADE, 1995).

A atividade de fiar se concentrava na população mais pobre, tinha caráter doméstico e familiar, apesar dos sinais de estarem presentes também em fazendas escravistas. Em 1821, 25,3% dos domicílios chefiados por fiandeiras possuíam escravos e em 1831 não passaram de 10,4%. No entanto, não apenas o número de fiandeiras que chefiavam domicílios aumentou, de 79 para 137, mas também a proporção desse perfil domiciliar no total de fogos, de 13,2% para 24,2%. A importância das fiandeiras de Furquim indica uma tendência comum a todo o século XIX, em Minas Gerais, apresentada por Libby, de disseminação das atividades domésticas de transformação, principalmente nas mãos de mulheres, livres e escravas (LIBBY, 1988).

Vale lembrar que apesar do perfil mais modesto dos domicílios chefiados por homens e mulheres ligados ao setor de artesanato, esses também estiveram presentes entre os proprietários de cativos. Da mesma forma acontecia com os chefes de domicílios ligados ao setor de comércio e transportes. Vendeiros, taverneiros, negociantes, arrieiros e tropeiros aparecem listados tanto no arraial quanto nas fazendas, sítios e estradas da freguesia. Em 1821, a metade deles não possuía cativos e, em 1831, 60% não tinham acesso à mão-de-obra escrava.

O caso dos jornaleiros não seguia a mesma tendência, uma vez que, praticamente todos eles, nos dois arrolamentos da população não tinham escravos. Comparando o “mundo do trabalho” de localidades rurais do termo de Mariana, Francisco Andrade chamou a atenção

para a especificidade de Furquim quanto à existência de muitos jornaleiros³². O momento de expansão das atividades agropecuárias (cultivo de alimentos, criação de animais, beneficiamento da cana, etc) na região pode ter gerado uma maior demanda por mão-de-obra e por conseqüência *um tipo de mercado de trabalho*. Indivíduos livres pobres, diante da dificuldade de garantir a sua subsistência e/ou do seu núcleo familiar, valeram-se da venda da sua força de trabalho para fazendas e sítios da freguesia. Em Mariana, somente em 1831 aparecem 18 jornaleiros, o que também poderia ser explicado pelos indícios de recuperação econômica do núcleo central do município (ver tabela 2.5).

Em Furquim, mesmo em 1831, fazia a diferença ter como principal atividade, as agrícolas. Os proprietários de escravos eram, em sua maioria, sitiantes e fazendeiros da região. Além deles, somente alguns comerciantes, tropeiros, fiandeiras e eclesiásticos possuíam uns poucos cativos (tabelas 2.6 e 2.7).

A constituição de família, chefiada por um homem que gerisse a unidade agrícola, era necessária para a sobrevivência da maioria dos lares furquienses. A atividade agropecuária estava majoritariamente concentrada nos domicílios chefiados por homens. Além disso, a posse de escravos também esteve mais acessível aos homens do que às mulheres.

³² Nossos dados consideram somente os chefes de domicílios que em 1821 somavam 49 jornaleiros ou 8% do total. Já os dados levantados por Andrade somaram 114 jornaleiros, abarcando todas as pessoas livres que tiveram ocupação declarada na lista nominativa de 1821. Ver (ANDRADE, 1994. p. 78).

Tabela 2.8**Gênero dos chefes de domicílios segundo o tamanho da posse. Furquim. 1821.***

Posse	Homens	%	Mulheres	%
0	254	72	101	28
01-05	107	74	37	26
06-10	33	73	12	27
11-20	25	78	07	22
21-30	05	62	03	38
+de31	12	92	01	08
Total	436	73	161	27

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Furquim. 1821. AHCMM.CEDEPLAR.

*Porcentagem do sexo dos chefes de domicílios na horizontal

Tabela 2.9**Gênero dos chefes de domicílios segundo o tamanho da posse. Furquim. 1831***

Posse	Homens	%	Mulheres	%
0	255	64	146	36
01-05	83	78	24	22
06-10	21	81	05	19
11-20	11	61	07	39
21-30	00	00	00	00
+de31	06	86	01	14
Total	376	67	183	33

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Furquim. 1831/1832. APM. CEDEPLAR

*Porcentagem do sexo dos chefes de domicílios na horizontal

Mais de 2/3 dos chefes de domicílios de Furquim eram homens, em 1821, proporção ampliada para 73% transcorrida uma década. De acordo com as tabelas 2.8 e 2.9, a presença proporcional de mulheres foi maior entre os proprietários de escravos, 28% em 1821 e 36%

em 1831. Se considerarmos os domicílios que possuíam até 5 escravos a participação feminina cai para 26% na primeira data e apenas 22% na segunda³³.

A comparação desses dados com os referentes ao distrito sede do Termo de Mariana revela que o caráter mais rural de Furquim explica a predominância masculina. Na Paróquia da Sé, em 1819, 53% dos domicílios eram chefiados por mulheres e em 1831 essa proporção foi de 46%. Entre os domicílios que não possuíam escravos a presença feminina foi ainda mais forte, 61%, em 1819, e 53% na listagem seguinte³⁴.

O imperativo da formação de família para a sobrevivência econômica torna-se ainda mais evidente nas áreas camponesas quando é considerado o estado conjugal dos chefes de domicílios. Em Furquim, 57% dos chefes de domicílios eram casados no ano de 1821, enquanto que em Mariana somente 27% foram assim listados, em 1819. O ciclo da vida familiar acompanhava as possibilidades de acumulação e prosperidade da unidade produtiva³⁵. Em todas as faixas de posse de escravos a proporção de casados foi maior que a proporção de solteiros, tanto em 1821 quanto em 1831; tendência inversa ocorria para o distrito sede de Mariana³⁶. A unidade familiar numerosa (filhos e parentes) era fundamental para a garantia da sobrevivência dos camponeses e fazendeiros de Furquim, onde a média de moradores livres

³³ Três dos oito chefes de domicílios na faixa “21-30” escravos, em 1821, eram mulheres. O baixo número total influenciou a alta proporção de mulheres (38%).

³⁴ Distribuição do gênero dos chefes de domicílios em Mariana, 1819 (Anexo Capítulo 2- Tabela IV) e 1831 (Anexo Capítulo 2- Tabela V).

³⁵ A necessidade da formação da família na zona rural também foi destacada por Sheila de Castro Faria: *A busca de enriquecimento e/ou autonomia e de melhores condições de sobrevivência gerava a migração. Paradoxalmente, entretanto, era a constituição de uma família o princípio básico de funcionamento de unidades em zonas agrárias. Casamentos e recasamentos legais orientavam a estabilidade. Dificilmente um homem ou uma mulher sozinha poderia sobreviver na zona rural. Buscar a estabilidade no matrimônio era a solução priorizada. Quando não conseguia invariavelmente o(a) lavrador(a) era obrigado a se agregar a uma outra unidade doméstica* (FARIA, 1998, p. 134).

³⁶ Ver em anexo as tabelas sobre o estado conjugal dos chefes de domicílios em Mariana (Anexo capítulo 2- Tabelas XI e XII) e Furquim (Anexo Capítulo 2- Tabelas XVII e XVIII).

foi de 6,4 nos domicílios chefiados por casados e de apenas 3,2 naqueles chefiados por solteiros (ANDRADE, 1994. p. 208).

Casados ou solteiros, os chefes de domicílios de Furquim e Mariana só conseguiam consolidar a propriedade de escravos após uma certa experiência de vida. Segundo a tabela 2.10, a média de idade dos proprietários de mais de 10 escravos foi de 52 anos, enquanto que os que possuíam somente 1 escravo a média foi de 43,5 em Furquim e 46,8 e Mariana.

Tabela 2.10

Média de idade dos chefes de domicílios de acordo com a posse de 1 e mais de 10 escravos. 1819 e 1821.

	Furquim	%	Mariana	%
Posse	1	43,5	1	46,8
Média de idade	10+	52,6	10+	52,8

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Freguesia de Furquim. 1821. AHCMM.

Para garantir prosperidade no ciclo camponês, como vimos argumentando, o trabalho do núcleo familiar era de singular importância. No entanto, é difícil calcular quais os níveis de participação da mão-de-obra livre e escrava quando falamos das pequenas propriedades de cativos. Seriam as quantidades absolutas de escravos e livres em uma unidade produtiva que determinariam a proporção de trabalhadores na lide? Muito provavelmente aqueles que contribuíam diretamente com o seu braço na lavoura ou em outra atividade desenvolvida pela unidade produtiva não eram todos os moradores do núcleo domiciliar.

As tabelas 2.11 e 2.12 constituem uma tentativa de aproximação da quantidade média de indivíduos que atuavam na lide agrícola, de acordo com o número de escravos representados pela faixa de posse³⁷. A primeira tabela calcula a média de pessoas livres (em idade produtiva) por domicílio, de acordo com a faixa de posse em que o mesmo se encontra.

³⁷ A faixa de posse leva em conta todos os escravos, inclusive aqueles fora da idade produtiva. Por isso, a necessidade de comparação das médias de trabalhadores livres e escravos em idade produtiva.

Já a segunda, expressa a média de escravos em idade produtiva, também de acordo com a faixa de posse. Se considerarmos a idade produtiva de livres e escravos entre 15 e 45 anos, teremos os seguintes resultados de médias de trabalhadores por domicílio, de acordo com a posse de cativos:

Tabela 2.11

Média de pessoas livres em idade produtiva por domicílio de acordo com o tamanho da posse. Furquim. 1821

Posse	Livres	Domicílios	Média
0	900	355	2,5
01	150	52	2,8
02	99	37	2,6
03	33	16	2,0
04	54	24	2,2
05	27	15	1,8

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Freguesia de Furquim. 1821. AHCMM.CEDEPLAR.

Tabela 2.12

Média de escravos em idade produtiva por domicílio de acordo com o tamanho da posse. Furquim. 1821.

Posse	Escravos	Domicílios	Média
1	37	52	0,71
2	51	37	1,3
3	36	16	2,25
4	61	24	2,54
5	51	15	3,4

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Freguesia de Furquim. 1821. AHCMM.CEDEPLAR.

A primeira informação que salta aos olhos é o fato de que a partir da terceira faixa de propriedade de escravos o número de cativos supera a quantidade de livres, tanto se considerarmos o número bruto de cativos quanto se levarmos em conta a comparação entre as

médias. Por outro lado, é curioso que tenha havido uma importante redução na média de livres na faixa de 5 escravos (1,8) que por sua vez contava com 3,6 escravos em idade de trabalhar.

Esses dados indicam que, ao contrário do que já se cogitou, os domicílios que contavam com 3,4 ou 5 escravos, tinham no trabalho familiar o complemento ao labor cativo. Dessa forma, em muitos casos, uma diminuta posse de trabalhadores escravos não significava que a unidade fosse camponesa, mas que poderia ser caracterizada como uma pequena propriedade escravista.

De outra forma, o fato dos escravos em idade produtiva serem maioria no domicílio, não sugere definitivamente que a gestão da unidade produtiva dependesse majoritariamente daqueles cativos.

É evidente que a análise subtrai diversas outras variáveis como a possibilidade de crianças com até 14 anos e de adultos com mais de 45 anos participarem da produtividade, o que provavelmente ocorria, assim como a possibilidade da vida produtiva de livres ser mais longa que a dos escravos. O fato é que as tabelas revelam que a definição do proprietário como camponês ou escravista é mais complexa do que os números podem dizer. Em uma determinada situação econômica, regional ou temporal, ter 3 ou 5 escravos poderia significar muito, ao passo que esse mesmo número de escravos, dependendo das condições de saúde, do funcionamento da unidade ou da atividade desenvolvida, poderiam fazer pouca diferença no produto final alcançado.

Assim, se de um lado podemos afirmar que a formação de um núcleo familiar estável e o acesso à mão-de-obra escrava eram importantes para a prosperidade econômica da unidade produtiva, de outro, não se pode definir com clareza quais os limites existentes, na estratificação, entre aqueles que detinham nenhum ou poucos escravos.

Outra característica marcante da diferenciação social na região do termo de Mariana é a forte exclusão de negros e mestiços da propriedade de escravos, sobretudo, da posse média e da grande.

Tabela 2.13

Cor dos chefes de domicílios segundo a posse dos escravos. Furquim. 1821.*

Posse	Branços	%	Pretos	%	Crioulos	%	Pardos	%
0	78	22	07	02	74	21	196	55
01-05	77	54	00	00	05	03	62	43
06-10	35	78	00	00	00	00	10	22
11-20	28	87	00	00	00	00	04	13
21-30	07	87	00	00	00	00	01	13
+de31	11	85	00	00	00	00	02	15
Total	236	40	07	01	79	13	275	46

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Freguesia de Furquim. 1821. AHCMM/CEDEPLAR.

*Porcentagem de brancos, pretos, crioulos e pardos na horizontal.

Tabela 2.14

Cor dos chefes de domicílios segundo a posse dos escravos. Furquim. 1831.*

Posse	Branco	%	Preto	%	Crioulo	%	Pardo	%
0	88	22	11	03	91	23	212	52
01-05	77	71	00	00	03	03	28	26
06-10	22	88	00	00	00	00	03	12
11-20	15	88	00	00	00	00	02	12
21-30	00	00	00	00	00	00	00	00
+de31	07	100	00	00	00	00	00	00
Total	209	37	11	02	94	17	244	44

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Freguesia de Furquim. 1821. APM.CEDEPLAR.

*Porcentagem de brancos, pretos, crioulos e pardos na horizontal.

O que mais chama a atenção nas tabelas 2.13 e 2.14 é a drástica inversão proporcional da participação do elemento branco, comparando a faixa dos que não possuíam cativos com a faixa dos proprietários. Ou seja, para os brancos o acesso ao sistema escravista foi uma possibilidade mais factível do que para o elemento não branco. A cor do indivíduo acompanhava o nível social e econômico, demonstrando-se que a propriedade de escravos é um elemento efetivo na definição de hierarquias nessa sociedade. Em uma sociedade escravista, os brancos, sempre minoria, agregavam mais condições de ter uma aceitação social (através, por exemplo, do casamento em famílias mais ricas) do que os demais. Na região de Campos dos Goitacazes, no Rido de Janeiro, onde também camponeses se dedicavam à produção de alimentos, Sheila de Castra Faria encontrou um perfil social semelhante ao de Furquim para as famílias pobres locais: pretos, crioulos e pardos livres produziam em terras alheias e não possuíam escravos (FARIA, 1998. p. 114).

Em Furquim, para os pretos e crioulos era praticamente nula a chance de possuir mesmo poucos escravos. Já entre os chefes de domicílios que possuíam no máximo 5 escravos, 43% eram pardos, em 1821, mostrando que mesmo com uma exclusão tão marcante, o grupo dos pequenos proprietários ainda guardava certa diversidade. Conforme as tabelas 2.13 e 2.14, a partir das faixas de plantéis maiores reduzia-se a participação de mestiços.

Em 1831 estava ainda mais limitada para os não brancos, a oportunidade de possuir pelo menos 1 cativo. A proporção de brancos, pretos, crioulos e pardos entre os não proprietários de escravos quase não se alterou ao longo dos dez anos que separam os dois conjuntos de listas de trabalhados. Já os chefes de domicílios brancos que possuíam no máximo 5 escravos eram 54% em 1821 e 71% em 1831 (tabelas 2.13 e 2.14). Assim como as

mulheres, os não-brancos tiveram sua participação na propriedade de escravos reduzida em 1831³⁸.

Ao passo que diminuía a base de proprietários de escravos reduzia também as oportunidades das *camadas heterogêneas* da sociedade terem acesso à mão-de-obra escrava.

Em Mariana, a exclusão de negros e mestiços à propriedade de escravos foi semelhante à de Furquim, de acordo com a lista de habitantes de 1819³⁹. Já em 1831, o revigoramento da paróquia da Sé como centro comercial e de serviços ampliou as oportunidades para os setores mais desfavorecidos.

Tabela 2.15

Cor dos chefes de domicílios segundo a posse dos escravos. Mariana. 1831.*

Posse	Branco	%	Preto	%	Crioulo	%	Pardo	%	Cabra	%	S/Inf.	%
0	38	10	22	06	95	26	180	48	21	06	14	04
01-05	91	50	02	01	09	05	78	42	--	--	04	02
06-10	21	91	--	--	--	--	02	09	--	--	--	--
11-20	10	77	--	--	--	--	02	15	--	--	1	--
27-43	04	100	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Total	164	27	24	04	104	18	262	44	21	04	19	03

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Distrito da cidade de Mariana. 1831 APM.CEDEPLAR.

*Porcentagem de brancos, pretos, crioulos e pardos na horizontal.

Enquanto que em Furquim somente 29% dos proprietários de até 5 escravos eram negros e mestiços, em Mariana esse grupo representava 50%, no ano de 1831. Apesar do centro urbano do termo de Mariana ter sido concentrador de pobreza no período, era também

³⁸ A ausência de distrito de Ponte Nova em 1831 pode sugerir que o elemento pardo esteja sub-representado na faixa dos pequenos proprietários de escravos. Isto porque a vocação mais fronteiraça pode ter provocado uma maior proporção de lavradores, roceiros e agricultores, ocupações de chefes dos domicílios que em geral tinham maior acesso ao trabalho escravo.

³⁹ Cor dos chefes de domicílios de Mariana em 1819 (Anexo- capítulo2- Tabela X).

nessa localidade que ex-escravos e mestiços tiveram maior possibilidade de ascensão, passada a crise das primeiras décadas do século XIX. Mais uma vez nos deparamos com uma realidade em que a estratificação social em seus elementos demográficos e econômicos mostrou-se indefinida e fluída.

2.4 Distribuição e origem dos escravos segundo o tamanho da posse

A peculiar característica do sistema escravista mineiro de uma predominante concentração de pequenos plantéis está bem clara nas listas de habitantes analisadas. Cerca de 60%, em 1821, e 69%, em 1831, dos chefes domicílios escravistas possuíam não mais que 5 cativos na freguesia de Furquim. Esse perfil se reforça com os dados provinciais em que Libby demonstra uma participação majoritária, em número de escravos, das faixas de plantéis, 1 a 5 e 6 a 10 (LIBBY, p. 106).

As tabelas 2.16 e 2.17 mostram a proporção da concentração de escravos nos domicílios para Furquim. Elas revelam que tanto em 1821 quanto em 1831 eram os domicílios da faixa de mais de 30 escravos que detinham o maior número de escravos, 36% e 41% respectivamente. Se considerarmos as faixas com mais de 11 escravos, teremos 67% e 64% dos mancipios. Já a pequena propriedade de escravos, apesar de mais comum, somava parcela minoritária dos escravos da região, apenas, cerca de 17% em 1821 e 19% em 1831 dos escravos de Furquim foram arrolados nos domicílios que possuíam até 5 cativos.

Tabela 2.16**Origem dos escravos segundo o tamanho da posse. Furquim. 1821.***

Posse	Domicílios	%	Escravos	%	Africanos	%	Crioulos/Pardos	%
01-05	144	60	345	17	161	22	184	14
6-10	45	19	335	16	109	15	226	17
11-20	32	13	444	22	146	20	298	23
21-30	08	03	190	9	75	10	115	9
31 e +	13	05	728	36	232	33	496	37
Total	242	100	2042	100	723	100	1319	100

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Furquim. 1821. AHCMM. CEDEPLAR/UFMG.

*Porcentagem do total de escravos, de africanos e de crioulos/pardos na vertical.

Tabela 2.17**Origem dos escravos segundo o tamanho da posse. Furquim. 1831.***

Posse	Domicílios	%	Escravos	%	Africanos	%	Crioulos/Pardos	%
01-05	107	69	217	19	79	18	138	20
6-10	26	16	197	17	73	16	124	18
11-20	18	11	260	23	100	22	160	23
21-30	00	00	00	00	00	00	00	00
31 e +	07	04	468	41	194	44	274	39
Total	158	100	1142	100	446	100	696	100

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Furquim. 1831. APM. CEDEPLAR/UFMG

*Porcentagem do total de escravos, de africanos e de crioulos/pardos na vertical.

A freguesia sob nossa análise se localizava na Metalúrgica-Mantiqueira⁴⁰, uma das regiões de Minas detectadas por Libby como exceção no padrão provincial de concentração.

⁴⁰ Na regionalização proposta por Clotilde Paiva, as regiões com maior concentração de escravos são: Mineradora Central Oeste (a qual pertencia a freguesia de Furquim), Mata e Sudeste. As faixas de posses com mais de 20 escravos detinham 39,2%, 42,1% e 42,3% dos escravos das respectivas regiões (PAIVA, 1996.p. 213-214).

Entre as hipóteses levantadas pelo autor para explicar tal realidade talvez a segunda esteja mais próxima da caracterização de Furquim:

No segundo quartel do século XIX, as minerações maiores ainda são basicamente responsáveis pela relativa concentração da propriedade de escravos na região Metalúrgica-Mantiqueira, muito embora as grandes fazendas também tenham seu peso na concentração (LIBBY, 1988, p. 106).

Como vimos nos números relativos à ocupação, somente um chefe de domicílio minerador possuía mais de 31 escravos em Furquim no ano de 1821, enquanto que em 1831 nenhum indivíduo nesse grupo ocupacional detinha escravos. Portanto, Furquim era uma região tipicamente agrícola onde predominavam, em número de escravos, as médias e grandes propriedades. Dessa forma, pelo menos entre os proprietários da freguesia, não eram as unidades camponesas as maiores demandantes de escravos.

Em Mariana ocorria o inverso do padrão da propriedade de Furquim. Os escravos das propriedades com até 5 escravos representavam 45% de toda a escravaria do distrito em 1831. O caráter urbano do distrito confirma o perfil da escravaria que em geral se aplicava no trabalho domésticos para clérigos, profissionais autônomos, artesãos e comerciantes⁴¹.

Analisando os registros de saídas de tropeiros, João Fragoso identificou que a grande maioria dos escravos despachados no Rio de Janeiro (48,4% entre 1825 e 1832) se encaminhava para Minas Gerais. A hipótese do autor é a de que a agropecuária mineira articulada ao mercado interno, com capacidade de *acumulação endógena* sustentou *parte expressiva dos negócios negreiros* da praça carioca. Além disso, segundo Fragoso, *aqueles números insinuam que os camponeses/senhores de cativos* [donos de até 5 escravos] *da*

⁴¹ Origem dos escravos segundo o tamanho da posse em Mariana. Anos 1819 e 1831 (Anexo Capítulo 2- Tabelas VIII e IX)

agropecuária de abastecimento de Minas absorviam mais escravos que o próprio escravismo colonial (FRAGOSO, 1998. p. 123-134).

De acordo com a tabela 2.16, em 1821 o grupo de proprietários com até 5 escravos detinha 22% dos africanos, a segunda maior parcela. Sua diminuta participação entre os crioulos/pardos (14%) também demonstra uma maior dependência desse grupo ao tráfico.

Se considerarmos a proporção de africanos e brasileiros dentro das faixas de plantéis, veremos que 47% dos escravos de pequenos proprietários eram africanos, enquanto nas outras faixas a proporção foi sempre menor e a porcentagem geral não passou de 39%, conforme tabela 2.18. A maior propensão à reprodução natural nos grandes e médios plantéis e o momento de maior oferta do tráfico talvez expliquem esse apego dos pequenos proprietários ao negócio negreiro.

Tabela 2.18

Origem dos escravos segundo a posse. Furquim. 1821*

Posse	Africanos	%	Crioulos/pardos	%
01-05	161	47	184	53
06-10	109	33	226	67
11-20	146	33	298	67
21-30	75	39	115	61
+de31	232	32	496	68
Total	723	35	1319	65

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Furquim. UFMG. APM. CEDEPLAR/UFMG

*Porcentagem do total de escravos, de africanos e de crioulos/pardos na horizontal.

Tabela 2.19
Origem dos escravos segundo a posse. Furquim. 1831*

Posse	Africanos	%	Crioulos/pardos	%
01-05	79	36	138	64
06-10	73	37	124	63
11-20	100	38	160	62
21-30	00	00	00	00
+de31	194	41	274	59
Total	446	39	696	61

Fonte: Listas nominativas de habitantes.Furquim. 1831. APM.CEDEPLAR/UFMG

*Porcentagem do total de escravos, de africanos e de crioulos/pardos na horizontal.

Porém, essas características não se mantêm nas listas nominais de 1831. Aqui, como se percebe na tabela 2.19, os elementos africanos representavam 36% dos escravos dos pequenos plantéis, participação comparativamente menor que as de outras faixas e que a porcentagem geral, 39%. Assim como em 1831 foi menor a base de sustentação do escravismo, observado antes, foi menor também o acesso dos proprietários mais simples a escravos africanos. O aumento do preço do escravo, notório nesse momento, e a anunciada restrição legal do tráfico talvez estejam nas raízes dessa mudança⁴².

O fato é que diante da tão propalada participação no tráfico do chamado *Senhor/Camponês*, em 1821 e 1831, 43% e 44% dos africanos de Furquim, respectivamente, estavam em plantéis com mais de 20 escravos (tabelas 2.16 e 2.17). O que não necessariamente parece se chocar com o fato de que quase 2/3 dos escravos dessas faixas de

⁴² Segundo Douglas Libby, ao analisar os assentos de batismos de escravos africanos de 5 paróquias de Minas Gerais, depois de um interregno que durou de 1790 à 1813, houve um importante crescimento da importação de africanos pela capitania. A retomada da compra de escravos no mercado internacional durou até, aproximadamente, 1830, quando foram injetadas as últimas levas legais de almas cativas. Os dados compilados pelo autor sugerem que houve uma abrupta interrupção da participação dos compradores mineiros na conjuntura do fim do tráfico legal (LIBBY, 2006).

plantéis terem nascido no Brasil (tabelas 2.18 e 2.19). Portanto, talvez o apego mais concentrado dos pequenos proprietários de escravos de Furquim ao tráfico estivesse ligado à conjuntura específica da década de 1820 de ampliação do negócio negreiro, via porto do Rio de Janeiro.

A manutenção, nas duas listagens populacionais analisadas, de mais de 60% de escravos crioulos ou pardos sinalizam para uma consolidação da reprodução natural na região. Além do mais, o perfil da concentração da propriedade de escravos em Furquim sugere uma propensão à constituição de famílias e do crescimento interno dos plantéis. De acordo com a tabela 2.17, os domicílios com mais de 10 escravos representavam 15% do total. Somente esses concentravam 64% dos escravos de Furquim. Ou seja, a economia agropecuária foi capaz de concentrar médios e grandes plantéis escravistas com a presença de africanos, o que indica acesso ao mercado, mas principalmente a possibilidade de reprodução interna.

Enquanto em 1831, 61% dos escravos de Furquim eram nascidos no Brasil, em Mariana a proporção foi de 54%, na região Mineradora Central Oeste 56% e em toda a província de Minas Gerais 57%.⁴³

A predominância de pequenos plantéis e a existência de lavras mineradoras podem ter tornado menores as possibilidades de reprodução dos escravos na paróquia da Sé de Mariana. Para o caso da região Mineradora Central Oeste, também o peso de algumas grandes lavras e, em toda as Minas Gerais, o peso da fragmentação da propriedade de escravos podem explicar essa menor participação proporcional de mestiços e crioulos.

Esses dados sugerem, portanto, que o crescimento interno de cativos pode ter sido mais comum nas regiões onde foi marcante a agropecuária comercial, com especial importância

⁴³ Dados das listas nominais de habitantes para o ano de 1831 (PAIVA, 1996. p. 210). Para Mariana 1819 e 1831 (Anexo Capítulo 2- Tabelas VI e VII)

para os médios e grandes plantéis. Os achados para Furquim corroboram as teses de Libby e Grimaldi acerca da *correlação entre o crescimento natural e as importações* de africanos na primeira metade do século XIX, o que explicaria o *vasto plantel mineiro*. Os autores buscaram desmistificar a idéia de que a reprodução natural e as injeções via o tráfico negreiro são *mutuamente excludentes*. Portanto, é na estabilidade verificada para as regiões onde predominou a agricultura diversificada e a pecuária que se encontraria o terreno fértil para o crescimento interno dos plantéis mancipios (LIBBY e GRIMALDI, 1988).

Os aspectos demográficos dos chefes de domicílios da freguesia de Furquim na primeira metade do século revelam um perfil diversificado na estrutura social. Como vimos, as atividades rurais marcaram a região, oferecendo características deferentes daquelas encontradas para o distrito sede do termo de Mariana. Embora as dificuldades de definição dos possíveis limites existentes entre as camadas sociais sejam comuns tanto aos povoados rurais quando ao centro urbano do termo.

Apesar de embasadas, prioritariamente, no critério da posse de escravos nossas análises permitiram a aproximação de um perfil social dos proprietários da região revelando uma realidade concentradora, mas ao mesmo tempo fluída entre os setores mais pobres e médios.

Os homens mais ricos em geral foram caracterizados, em nossa quantificação, de forma mais homogênea. Eles possuíam mais de 10 escravos, apesar de que a partir da faixa de 6 escravos já se notam as mesmas características dos mais ricos. Em geral as mulheres não faziam parte deste grupo, sendo dominado por homens brancos e casados que na média tinham 52 anos de idade.

Em Furquim a maioria quase que absoluta era de agricultores da região. Plantavam alimentos básicos e, sobretudo, cana-de-açúcar para a produção de aguardente, além de muitos desenvolverem a pecuária suína e bovina (veja no capítulo seguinte). Já em Mariana, eram os

comerciantes, agricultores e ainda um pequeno grupo de mineradores que formavam os homens mais abastados da localidade.

Os médios e grandes plantéis concentravam a maior parte dos escravos, inclusive de africanos em Furquim, onde, ao mesmo tempo, se desenvolveram as maiores possibilidades de reprodução interna dos cativos. Portanto, a agropecuária comercial da região foi capaz de produzir uma elite, que se apresenta, pelo menos nos dados que dispomos até aqui, como concentradora, economicamente, e homogênea, socialmente.

Os mais pobres da região em estudo eram camponeses, jornaleiros, fiandeiras, pequenos vendeiros e artesãos que viviam no campo ou nos arraiais. Eles não possuíam escravos, na maioria das vezes. O que mais marca esse grupo é sua característica heterogênea, tanto nas ocupações, na cor, no gênero e no estado conjugal. Como vimos nos dados analisados, muitos desses chefes de domicílios eram mulheres e homens solteiros, embora a tendência de Furquim era para o casamento. Apareceram brancos, pardos, crioulos, cabras, e pretos (provavelmente ex-escravos) mostrando que a cor, de fato acompanhava o nível social e econômico.

O interesse pela formação da família visando a prosperidade econômica, ao que tudo indica, também foi comum entre os mais pobres. No entanto, sua condição de ex-escravo ou descendente de escravo pode ter dificultado o enraizamento nas comunidades, principalmente na região da fronteira agrícola, onde surgiam novas oportunidades.

Como temos apresentado, não existe uma distinção exata, do ponto de vista das características demo-econômicas entre os setores mais desfavorecidos e aqueles que, apesar de não estarem entre os mais ricos, tinham forte acesso às relações comerciais seja no campo ou nos arraiais. Seria um grupo intermediário, também marcado pela heterogeneidade em seus aspectos sociais. A maior parte era de homens, mas também havia mulheres e a maior parte

era de casados, apesar de se registrarem solteiros. Em se tratando, da cor, pode-se resumir esse grupo entre brancos e pardos, apesar de alguns elementos crioulos e pretos também figurarem. Eram diversas também suas ocupações: lavradores, comerciantes de pequeno e médio porte, tropeiros, mas também profissionais autônomos e artesãos, como sapateiros, carpinteiros e ferreiros.

Em geral esses homens e mulheres possuíam não mais que 5 escravos, o que não necessariamente, como vimos, pode definir se a mão-de-obra predominante na unidade produtiva era escrava ou livre. Eles tiveram, em uma conjuntura específica, maior facilidade de acesso ao incremento africano. Enfim, suas características não se distanciam fundamentalmente dos mais pobres, o que nos sugere que não havia uma distinção segura entre as *camadas heterogêneas* mineiras.

Iraci Del Nero da Costa, na análise de várias localidades do Brasil nos fins do período colonial, notou que apesar das dessemelhanças demo-econômicas, muitas características eram comuns aos grupos de proprietários e não-proprietários e, portanto (...) *não havia hiato absoluto a distinguir proprietários e não detentores de cativos* (COSTA, 1992. p. 115).

Aqui pareceu-nos óbvia a distinção entre escravistas, homens abastados que concentravam a posse de escravos, e os outros dois grupos que, entre eles sim, percebeu-se permeabilidade e indistinção. Assim, nessas condições, o universo que colocamos em tela corrobora as conclusões trazidas por Costa.

Vale lembrar que os dados do distrito sede de Mariana mostraram-se ainda mais heterogêneos que os de Furquim, revelando que nas áreas urbanas ou semi-urbanas havia maior multiplicidade de possibilidades para as chamadas *camadas heterogêneas*.

Apesar das inferências alcançadas com a análise das listas nominativas, a distinção da identificação social pela propriedade de escravos ainda não se mostra definitiva. O perfil

produtivo das unidades econômicas e os níveis de concentração da riqueza também podem ser úteis em tal diferenciação, tão complexa e fluída sócio-economicamente.

Anexo Capítulo 2**Anexos - Mariana****Tabela I****População Total. Mariana. 1831**

Condição	Número	%
Livres	2118	71
Escravos	854	29
Total	2972	100

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Mariana.1819. APM. CEDEPLAR/UFMG

Tabela II**Cor da população livre e escrava. Mariana. 1831**

Cor	Livres	%	Escravos	%
Branços	548	26	--	--
Pretos	61	03	389	46
Crioulos	338	16	268	31
Pardos	989	46	105	12
Cabras	99	05	68	08
S/inf.	83	04	24	03
Total	2118	100	854	100

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Mariana.1819. APM. CEDEPLAR/UFMG

Tabela III

Ocupação dos chefes de domicílios segundo o tamanho da propriedade de escravos.
Mariana. 1819.

Setor/Ocupação	0	%	01-05	%	06-10	11-20	71	Total	%
Agricultura	04	03	05	04	03	05	--	17	06
Artesanato	14	11	13	10	--	01	--	28	09
Transporte	01	01	--	--	--	--	--	01	00
Comércio	16	13	25	19	03	02	--	46	15
Jornaleiro	01	01	--	--	--	--	--	01	00
Prof. Autônomos e eclesiásticos	11	09	29	22	05	--	--	45	15
Mineração	--	--	--	--	02	03	1	06	02
Outros	10	08	--	--	--	--	--	10	03
Sem informação	67	54	62	45	14	03	--	146	50
Total	124	100	134	100	27	14	01	300	100

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Distrito da cidade de 1819.AHCMM. Banco de dados CEDEPLAR/UFMG.

*Porcentagem dos não proprietários de escravos e da faixa de 1 – 5 na vertical.

Tabela IV

Gênero dos chefes de domicílios segundo o tamanho da posse. Mariana. 1819.

Posse	Homens	%	Mulheres	%
0	46	36	72	61
01-05	72	51	69	49
06-10	13	50	13	50
11-20	09	64	05	36
71	01	100	00	00
Total	141	47	159	53

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Distrito da cidade de 1819.AHCMM. Banco de dados CEDEPLAR/UFMG

Tabela V**Gênero dos chefes de domicílios segundo o tamanho da posse. Mariana. 1831**

Posse	Homens	%	Mulheres	%
0	174	47	196	53
01-05	116	63	68	37
06-10	15	65	08	35
11-20	11	85	02	15
27-43	03	75	01	25
Total	319	54	275	46

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Distrito da cidade de 1819.AHCMM. CEDEPLAR/UFGM

Tabela VI**Origem dos escravos segundo a posse. Mariana. 1819.**

Posse	Africanos	%	Crioulos/pardos	%
01-05	131	41	185	59
06-10	57	28	148	72
11-20	46	25	138	75
71	50	70	21	30
Total	284	37	492	63

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Distrito da cidade de 1819.AHCMM. CEDEPLAR/UFGM

Tabela VII**Origem dos escravos segundo a posse. Mariana. 1831**

Posse	Africanos	%	Crioulos/pardos	%
01-05	190	49	193	51
06-10	58	35	109	65
11-20	77	44	97	56
27-43	64	49	66	51
Total	389	46	465	54

Tabela VIII**Origem dos escravos segundo o tamanho da posse. Mariana.1819.***

Posse	Domicílios	%	Escravos	%	Africanos	%	Crioulos/Pardos	%
01-05	141	77	316	41	131	46	185	38
6-10	26	14	205	26	57	20	148	30
11-20	14	08	184	24	46	16	138	28
71	01	01	71	09	50	18	21	04
Total	182	100	776	100	284	100	492	100

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Distrito da cidade de Mariana.1819. AHCMM. Banco de dados CEDEPLAR/UFMG.

*Porcentagem do total de escravos, de africanos e de crioulos/pardos na vertical.

Tabela IX**Origem dos escravos segundo a posse. Furquim. 1831.***

Posse	Domicílios	%	Escravos	%	Africanos	%	Crioulos/Pardos	%
01-05	184	82	383	45	190	49	193	42
6-10	23	10	167	20	58	15	109	23
11-20	13	06	174	20	77	20	97	21
27-43	04	02	130	15	64	16	66	14
Total	224	100	854	100	389	100	465	100

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Distrito da cidade de Mariana. 1831. Arquivo Público Mineiro. Banco de dados CEDEPLAR/UFMG.

*Porcentagem do total de escravos, de africanos e de crioulos/pardos na vertical.

Tabela X**Cor dos chefes de domicílios segundo a posse dos escravos. Mariana. 1819.***

Posse	Branco	%	Pretos	%	Crioulos	%	Pardos	%	Cabra	%
0	9	8	4	3	29	25	68	57	08	07
01-05	81	58	2	1	03	02	53	38	02	01
06-10	22	85	--	--	--	--	04	15	--	--
11-20	12	86	--	--	--	--	02	14	--	--
71	1	100	--	--	--	--	--	--	--	--
Total	125	42	06	02	32	11	127	42	10	03

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Distrito da cidade de Mariana.1819. AHCMM. Banco de dados CEDEPLAR.

*Porcentagem de solteiros, casados e viúvos na horizontal.

Tabela XI

Estado Conjugal dos chefes de domicílios segundo a posse dos escravos. Mariana. 1819.*

Posse	Solteiro (a)	%	Casado (a)	%	Viúvo (a)	%
0	64	54	34	29	20	17
01-05	70	49	36	26	35	25
06-10	08	1	07	27	11	42
11-20	03	21	05	36	06	43
71	01	100	--	--	--	--
Total	146	49	82	27	72	24

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Distrito da cidade de Mariana.1819. AHCMM. Banco de dados CEDEPLAR.

*Porcentagem de solteiros, casados e viúvos na horizontal.

Tabela XII

Estado Conjugal dos chefes de domicílios segundo a posse dos escravos. Mariana. 1831.*

Posse	Solteiro (a)	%	Casado (a)	%	Viúvo (a)	%
0	171	46	132	36	67	18
01-05	83	45	69	38	32	17
06-10	12	52	05	22	06	26
11-20	05	36	06	43	03	21
27-43	01	25	02	50	01	25
Total	272	46	214	36	108	18

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Distrito da cidade de Mariana.1831. APM. Banco de dados CEDEPLAR/UFGM.

*Porcentagem de solteiros, casados e viúvos na horizontal.

Tabela XIII

Faixa etária dos escravos segundo a posse de escravos. Mariana. 1819*

Posse	0-14	%	15-45	%	45+60	%	61 e +	%
01-05	67	21	193	61	40	13	16	5
6-10	39	19	130	63	26	13	10	5
11-20	61	33	93	50	18	10	12	7
71	08	11	38	54	22	31	03	4
Total	175	23	454	58	106	14	41	5

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Distrito da Cidade de Mariana.1819. Arquivo AHCMM. Banco de dados CEDEPLAR/UFGM

*Porcentagem dos grupos etários na horizontal.

Tabela XIV**Faixa etária dos escravos segundo a posse de escravos. Mariana. 1831.***

Posse	0-14	%	15-45	%	46-60	%	61 e +	%
01-05	72	19	222	58	69	18	20	05
6-10	27	16	115	69	19	11	07	04
11-20	49	28	110	64	11	06	04	02
27-43	30	23	81	62	14	11	05	04
Total	178	21	528	62	113	13	36	04

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Distrito da Cidade de Mariana.1831. APM. Banco de dados CEDEPLAR/UFMG.

*Porcentagem dos grupos etários na horizontal.

Anexos - Furquim**Tabela XV****População Total. Furquim. 1831**

Condição	Número	%
Livres	2281	67
Escravos	1142	33
Total	3423	100

Fonte: Listas nominativas de habitantes.Furquim.1831. APM. CEDEPLAR/UFMG

Tabela XVI**Cor da população livre e escrava. Furquim. 1831**

Cor	Livres	%	Escravos	%	Total
Branços	767	34	00	00	767
Pretos	28	01	446	39	474
Crioulos	370	16	568	50	938
Pardos	1116	49	128	11	1244
Total	2281	100	1142	100	3423

Fonte: Listas nominativas de habitantes.Furquim. 1831. APM. CEDEPLAR/UFMG.

Tabela XVII

Estado conjugal dos chefes de domicílios segundo a posse dos escravos. Furquim. 1821.*

Posse	Solteiro (a)	%	Casado (a)	%	Viúvo (a)	%
0	95	27	209	59	51	14
01-05	37	26	85	59	22	15
06-10	14	31	23	51	08	18
11-20	11	34	13	41	08	25
21-30	02	25	03	37	03	38
+de31	05	38	07	54	01	08
Total	164	27	340	57	93	16

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Freguesia de Furquim. 1821. AHCM. Banco de dados CEDEPLAR/UFMG

*Porcentagem de solteiros, casados e viúvos na horizontal.

Tabela XVIII

Estado conjugal dos chefes de domicílios segundo a posse dos escravos. Furquim. 1831.*

Posse	Solteiro (a)	%	Casado (a)	%	Viúvo (a)	%
0	159	39	204	51	41	10
01-05	32	30	61	58	13	12
06-10	06	23	17	65	03	12
11-20	06	36	06	35	05	29
21-30	00	00	00	00	00	00
+de31	04	57	02	29	01	14
Total	206	37	290	52	63	11

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Freguesia de Furquim. 1831. APM. Banco de dados CEDEPLAR/UFMG.

*Porcentagem de solteiros, casados e viúvos na horizontal.

Tabela XIX**Faixa etária dos escravos segundo a posse de escravos. Furquim. 1821.***

Posse	0-14	%	15-40	%	41+60	%	61 e +	%
01-05	64	19	209	60	58	17	14	4
6-10	107	32	163	48	52	16	13	4
11-20	117	26	245	56	68	15	14	3
21-30	32	17	106	55	30	16	22	12
31 e +	149	20	387	54	149	20	43	6
Total	469	23	1110	55	357	17	106	5

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Freguesia de Furquim. 1821. AHCMM. Banco de Dados CEDEPLAR/UFGM

*Porcentagem dos grupos etários na horizontal.

Tabela XX**Faixa etária dos escravos segundo a posse de escravos. Furquim. 1831.***

Posse	0-14	%	15-40	%	41+60	%	61 e +	%
01-05	41	19	143	66	28	13	05	02
6-10	54	27	126	64	13	07	04	02
11-20	54	21	149	57	41	16	16	06
21-30	00	00	00	00	00	00	00	00
31 e +	134	29	256	54	62	14	13	03
Total	283	25	674	59	144	13	38	03

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Freguesia de Furquim. 1821. AHCMM. Banco de dados CEDEPLAR/UFGM.

*Porcentagem dos grupos etários na horizontal.

3- Aspectos econômicos e produtivos da diferenciação social

3.1 Metodologia e setores da riqueza

A caracterização demográfica dos domicílios da freguesia de Furquim em comparação com os dados de Mariana revelou-se importante na identificação da distinção de caráter social existente nas comunidades. No entanto, as indagações da existência de setores sócio-econômicos diferenciados não podem ser respondidas somente com as informações censitárias. As formas de produção no interior das unidades produtivas, a composição dos bens dos proprietários, a natureza da mão-de-obra empregada e os níveis de concentração da riqueza total são meios valiosos para a análise da estrutura econômica e social da região.

A principal fonte que utilizamos para buscar essas informações são os inventários *post-mortem*, documento que contém o arrolamento dos bens após o falecimento do indivíduo. Em geral, eles trazem o montante total da riqueza do inventariado e a discriminação com valores de cada bem possuído. Os problemas metodológicos para a utilização dos inventários não são simples. Primeiro porque o documento representa o acúmulo dos bens ao longo da vida do indivíduo, portanto, aquele montante não se refere apenas ao momento da abertura do processo. Além disso, parcela considerável da população não legou o inventário de seus bens simplesmente porque não havia bens importantes a declarar ou porque a família não detinha numerário para os custos do processo. Somemos a isso os possíveis desaparecimentos que silenciaram para sempre o legado de alguns.

Para termos a certeza que contaríamos com inventários da freguesia de Furquim, cruzamos os dados dos chefes de domicílios da lista nominativa de 1821 com os inventários da

Casa Setecentista de Mariana que não ultrapassassem o ano de 1850⁴⁴. Os nomes dos inventariados e seus familiares foram confirmados na relação de habitantes, o que nos deu segurança para fecharmos o grupo de 50 inventariados.

As tabelas 3.1 e 3.2 informam o perfil sócio-econômico dos inventariados no momento da listagem nominal de habitantes, em 1821. Esse grupo se constituía por 40 lavradores e 10 indivíduos ocupados com ofícios e negócios diversos que exemplificam bem a diversidade profissional encontrada no conjunto total da lista. Eram eles: 1 caldeireiro, 1 jornaleiro, 1 comerciante, 1 taverneiro, 1 tropeiro, 1 sapateiro, 1 ourives, 1 ferreiro, 1 mineiro e 1 cirurgião.

Tabela 3.1
Perfil sócio-econômico dos Inventariados em 1821

Ocupação	Mulheres	Homens	Brancos	Pardos	Total	Escravos
Lavradores	3	37	31	9	40	
Caldeireiro	--	1	1	--	1	2
Jornaleiro	--	1	--	1	1	--
Comerciante	--	1	1		1	11
Taverneiro	--	1	--	1	1	7
Tropeiro	--	1	1		1	4
Sapateiro	--	1		1	1	--
Ourives	--	1	1		1	7
Ferreiro	--	1		1	1	--
Mineiro	--	1	1		1	17
Cirurgião	--	1	1		1	2
Total	3	47	37	13	50	

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Freguesia de Furquim. 1821. AHCMM. Banco de dados CEDEPLAR/UFMG.

⁴⁴ A metodologia utilizada já havia sido trabalhada por Andrade, 1994, com várias freguesias do Termo de Mariana, somente com indivíduos envolvidos na agricultura.

Conforme a tabela 3.2, o número de pequenos proprietários também corresponde a maior parcela, como no conjunto das listas. No entanto, como vimos no capítulo anterior, quase 2/3 dos chefes de domicílios de Furquim não possuíam escravos, dados, com certeza, sub-representados pela nossa amostra que traz apenas 10 indivíduos nessa condição.

Os inventários privilegiam homens e brancos. Em nossa amostra contamos com 47 homens e apenas 3 mulheres. Os pardos somaram 13 indivíduos e os brancos 37. Portanto, no tocante ao gênero e a cor, o número de mulheres e não-brancos também não está compatível com o perfil demográfico denunciado pelas listas de habitantes (veja no capítulo anterior). Tal problema, todavia, não nos impedirá de trazer à tona o universo de diversos grupos dessa população.

Tabela 3.2

Perfil dos lavradores inventariados em 1821.

Posse	Mulheres	Homens	Branco	Pardos	Total
0	--	07	02	05	07
1-5	01	09	08	02	11
6-10	--	09	08	01	09
11-20	01	06	06	01	07
21-30	01	02	03	--	03
31 e +	--	04	04	--	04
Total	03	37	31	09	40

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Freguesia de Furquim. 1821. ACMM. Banco de dados CEDEPLAR

A comparação do perfil das unidades produtivas dos inventariados de Furquim em momentos diferentes (listas de habitantes de 1821, 1831 e 1838 e ano do inventário) foi o instrumento de caráter qualitativo que utilizamos para dirimir as distorções causadas pela quantificação dos inventários, notadamente um tipo de fonte que privilegia a identificação de

homens, brancos e donos de escravos. A trajetória de alguns proprietários dentro dos conjuntos documentais estudados poderá lançar luz sobre as oportunidades e desfechos típicos do período em tela. Assim, apesar de sub-representadas proporcionalmente, as camadas mais simples poderão ser abordadas em seu perfil sócio-econômico.

Passemos agora às características gerais do conjunto de inventários pesquisados. Os inventários correspondem à cerca de 10% dos chefes de domicílios listados em 1821. Abarcam 530 escravos e somam um monte-mor total de 211.968\$445 (duzentos e onze contos, novecentos e sessenta e oito mil e quatrocentos e quarenta e cinco réis).

Como já observamos muitos indivíduos pobres daquela sociedade não deixaram o inventário de seus bens o que torna, pelo menos diretamente, sub-representado um importante grupo em nossa análise. Sabemos que os não proprietários de escravos eram a maior parcela dos chefes de domicílios e, no entanto, são apenas 4 em nossa amostra de inventários, sendo assim, utilizamos o critério do valor da soma dos bens dos inventários para dividi-los em três setores distintos, conforme a tabela 3.3

O primeiro abarca 26 proprietários que não ultrapassaram dois contos de réis na somatória dos seus bens. Eles possuíam, na maior parte dos casos, até 5 escravos e suas unidades produtivas eram bem simples. O segundo setor é constituído por 14 inventariados que legaram uma riqueza superior a 2 contos e inferior a 5 contos. As unidades produtivas desses eram mais complexas, enquanto que a posse de escravos variou bastante, entre 4 e 28 escravos⁴⁵. O terceiro setor é composto por proprietários com negócios mais consolidados em várias áreas: produção de alimentos, criação de animais, propriedade imobiliária e propriedade

⁴⁵ O pequeno número de escravos nos inventários de alguns proprietários do segundo e do terceiro setor é explicado por serem escravos de alto valor e pelo fato dos bens terem sido arrolados no momento de forte alta no preço do cativo (final da década de 1830 e década de 1840).

de escravos, empréstimos e comércio. Esses são 10 inventariados que detinham um monte-mor de 6 a 26 contos de réis.

Tabela 3.3

Composição da riqueza de todos os inventariados de acordo com o setor sócio-econômico. Furquim 1821-2850

Monte- Mor	Escravos	Terras	Fazenda	Casa	Animais	Benfeitorias	Produção	Inst. Trabalho	Bens Pessoais	Dinheiro	Div. Ativas
231.520	0	60.000	0	0	121.000	22.000	0	8.000	20.520	0	0
300.000	300.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
457.170	300.000	40.000	0	0	0	0	0	21.010	16.160	80.000	0
523.154	0	0	151.651	0	246.000	4.800	36.000	0	41.720	0	42.983
643.800	100.000	0	335.000	0	71.000	0	0	4.200	19.600	0	114.000
649.080	310.000	87.000	0	100.000	70.000	0	0	5.300	76.780	0	0
692.720	0	0	600.000	0	30.000	0	32.000	1.760	28.960	0	0
732.875	600.000	110.000	0	0	14.000	2.000	0	2.900	3.975	0	0
803.445	360.000	250.000	0	0	12.700	82.000	0	88.345	10.400	0	0
889.660	600.000	30.000	0	0	91.000	86.000	15.700	21.200	45.760	0	0
892.000	460.000	0	400.000	0	25.000	0	0	7.000	0	0	0
896.210	170.000	475.000	0	0	9.600	125.000	0	86.250	30.360	0	0
899.530	200.000	0	0	200.000	0	100.000	0	17.680	69.570	0	312.280
1.020.626	700.000	42.000	0	0	39.000	0	0	144.680	94.946	0	0
1.056.710	150.000	144.000	0	80.000	131.000	110.000	118.000	15.280	40.430	0	268.000
1.148.000	300.000	600.000	0	40.000	188.000	0	0	20.000	0	0	0
1.171.400	0	55.000	0	200.000	409.000	0	0	42.440	24.960	0	440.000
1.155.095	530.000	0	0	220.000	152.000	0	0	29.350	162.505	0	61.240
1.233.023	713.000	0	0	400.000	21.600	0	0	30.823	67.600	0	0
1.290.000	1.000.000	250.000	0	40.000	0	0	0	0	0	0	0
1.578.120	850.000	500.000	100.000	0	110.000	0	0	9.000	9.120	0	0
1.581.102	390.000	302.000	0	0	84.000	0	36.080	10.120	107.390	651.512	0
1.608.135	580.000	600.000	0	0	76.000	0	25.000	105.325	35.100	0	186.710
1.629.210	710.000	182.000	0	160.000	240.000	112.000	70.000	121.700	33.510	0	0
1.674.000	450.000	360.000	0	100.000	364.000	0	400.000	0	0	0	0
1.779.600	460.000	250.000	300.000	600.000	80.000	0	9.600	66.000	14.000	0	0
26.536.185	10.233.000	4.337.000	1.886.651	2.140.000	2.584.900	643.800	742.380	858.363	953.366	731.512	1.425.213

2.128.440	740.000	800.000	0	0	9.600	370.000	0	43.840	165.000	0	0
2.135.660	1.330.000	560.000	0	100.000	31.500	16.000	0	8.520	89.640	0	0
2.380.965	2.310.000	0	0	0	8.000	0	0	6.320	56.645	0	0
2.423.020	1.050.000	420.000	96.000	55.000	400.000	230.000	0	139.320	32.700	0	0
2.752.400	1.100.000	800.000	550.000	20.000	167.000	0	0	66.760	48.640	0	0
2.878.170	2.490.000	218.070	0	60.000	25.000	50.000	0	3.600	31.500	0	0
2.939.385	1.172.000	240.000	690.000	300.000	228.200	60.000	60.600	140.885	23.100	0	24.600
3.083.396	1.430.000	550.000	0	0	377.875	250.000	131.250	42.750	51.950	0	249.571
3.134.600	3.100.000	0	0	0	19.200	0	0	10.200	5.200	0	0
3.200.316	1.950.000	440.000	0	0	266.000	155.000	0	37.200	281.040	0	71.076
4.502.615	1.680.000	765.000	0	400.000	217.000	218.000	32.000	142.800	843.140	135.050	69.625
4.765.470	2.070.000	348.000	600.000	0	1.162.000	0	57.000	143.400	385.070	0	0
4.862.322	1.740.000	1.299.000	550.000	0	903.000	0	0	89.380	157.000	0	123.942
4.993.400	3.870.000	400.000	0	0	388.000	235.000	0	43.400	3.000	54.000	0
46.180.159	26.032.000	6.840.070	2.486.000	935.000	4.202.375	1.584.000	280.850	918.375	2.173.625	189.050	538.814
6.875.500	4.880.000	600.000	0	400.000	221.800	244.000	0	327.960	201.740	0	0
7.141.100	6.110.000	0	500.000	0	227.700	0	0	45.160	12.140		246.100
8.031.840	3.856.400	1.600.000	2.000.000	0	0	0	0	114.490	460.950	0	0
9.914.361	7.280.000	850.000	800.000	0	319.650	1.575	35.000	280.686	172.750	0	174.700
10.616.877	6.372.000	200.000	2.000.000	0	459.000	100.000	376.250	319.260	224.735	0	565.632
12.158.400	7.750.000	2.600.000	0	60.000	940.000	590.000	0	132.000	86.400	0	0
14.191.944	8.370.000	1.600.000	1.000.000	0	578.950	920.000	378.400	310.440	558.910	0	475.244
19.981.939	3.980.000	820.000	400.000	450.000	1.599.000	0	0	31.880	224.250	760.000	11.716.809
24.086.940	15.270.000	5.000.000	0	1.000.000	594.000	1.174.000	0	504.880	544.060	0	0
26.253.200	15.480.000	6.982.000	0	430.000	1.719.000	856.000	426.000	325.200	35.000	0	0
139.252.101	79.348.400	20.252.000	6.700.000	2.340.000	6.659.100	3.885.575	1.215.650	2.391.956	2.520.935	760.000	13.178.485
211.968.445	115.613.400	31.429.070	11.072.651	5.415.000	13.446.375	6.113.375	2.238.880	4.168.694	5.647.926	1.680.562	15.142.512

Nossa categorização não pretende engessar grupos, mas sim mostrar as características homogêneas e aquelas que denotam certa fluidez entre as camadas mais simples e os setores intermediários, já que, como veremos, a elite inventariada possuía características sócio-econômicas mais uniformes.

A tabela 3.3 contém a composição geral da riqueza de nossa amostra dividida nos três setores. Os bens dos inventariados foram separados em categorias muitas vezes definidas pelo próprio documento. No conjunto dos *bens de raiz* estão as benfeitorias, terras, fazendas ou sítios⁴⁶, e as casas de morada. Os *bens semoventes* foram divididos no quadro entre escravos, animais e a produção⁴⁷. Os *bens móveis* foram divididos em dois grupos, os instrumentos de trabalho e os bens de uso pessoal. Em alguns inventários eles estavam, inclusive, agrupados, o que facilitou a distinção. Somente em 5 inventários apareceu dinheiro em espécie, mas com valores pouco expressivos. As dívidas ativas, correspondentes ao crédito dos inventariados, apareceram em 17 documentos e, com exceção de um processo, se referem a pequenos empréstimos.

3.2 Distribuição da riqueza e o processo produtivo

O resumo dos dados apresentados na tabela 3.3 pode nos oferecer um panorama da distribuição dos bens e dos valores listados nos inventários. A tabela 3.4 apresenta a porcentagem da composição da riqueza em cada setor trabalhado, enquanto a tabela 3.5 trata da concentração da riqueza geral e em cada categorias de bens.

⁴⁶ Dividimos os *bens de raiz* porque percebemos que em muitos casos as *fazendas* ou *sítios* reuniram em um mesmo valor a terra, a casa e, principalmente, as benfeitorias.

⁴⁷ O item produção se refere a parcelas dos produtos já colhidos (*no paiol*) ou ainda plantados.

Tabela 3.4
Porcentagem da composição da riqueza inventariada em cada setor. Furquim. 1821-1850.*

Setor	Escravos	Terras	Fazendas	Casa	Animais	Benfeitorias	Produção	Inst.Trabalho	B. Pessoais	Dinheiro	Dívidas	Ativas	Total
1	39	16	7	8	10	2	3	3	4	3	5		100
2	57	15	5	2	9	3	1	2	5	0	1		100
3	56	14	5	2	5	3	1	2	2	1	9		100
Total	54	15	5	3	6	3	1	2	2	1	7		100

Fonte: 50 Inventários *post mortem*. 1821-1850. ACSM.

* Porcentagem de participação de cada categoria em cada setor na horizontal

Tabela 3.5
Porcentagem da concentração da riqueza em cada categoria dos bens inventariados. Furquim 1821-1850*

Setor	Escravos	Terras	Fazendas	Casa	Animais	Benfeitorias	Produção	Inst.Trabalho	B. Pessoais	Dinheiro	Dívidas	Ativas	Total
1	9	14	17	40	19	11	33	21	17	44	9		13
2	23	22	22	17	31	26	13	22	38	11	4		22
3	68	64	61	43	50	63	54	57	45	45	87		65

Fonte: 50 Inventários *post mortem*. 1821-1850. ACSM.

* Porcentagem de participação de cada setor em cada categoria na vertical

Os escravos compõem parcela majoritária da riqueza de Furquim, conforme a tabela 3.4. Os investimentos em mão-de-obra (54%) e nos imóveis rurais (23%) revelam a predominância do capital produtivo na freguesia analisada. Em toda a Comarca de Vila Rica, no período de 1780 e 1822, a soma dos bens voltados para a atividade comercial e usurária representava quase 32% da riqueza, enquanto a riqueza em escravos somava 27,38% (ALMEIDA, 2001 p. 169-170). Os inventários estudados por Carla Almeida abarcam ao mesmo tempo as localidades rurais e os centros comerciais e políticos da comarca, como Vila Rica e Mariana. Aqui, a atividade comercial e usurária tinha um perfil mais sofisticado e representava investimentos mais vultuosos, enquanto que em áreas tipicamente voltadas para a produção de alimentos e criação de animais, como em Furquim, a atividade comercial foi, muitas vezes, um complemento das atividades agropecuárias. Os empréstimos se caracterizavam mais pela relação pessoal do que um negócio especializado⁴⁸.

Apesar de também representarem parcela majoritária dos bens do primeiro setor, os escravos somaram 39%, uma proporção bem menor do que a dos médios proprietários (57%) e grandes (56%). Se o peso dos valores em escravos na faixa dos pequenos proprietários não foi tão significativa como para os demais, vale refletir, como faremos adiante, a medida em que os poucos escravos desses homens e mulheres tiveram valorização comercial e participação no trabalho cotidiano da lide agrícola.

Outro destaque da tabela 3.4 é a maior importância dos animais para o primeiro e para o segundo setor, enquanto que as dívidas ativas tiveram maior participação entre os grandes proprietários. No entanto, como mostra a tabela 3.3, os empréstimos somente representaram um investimento mais vultoso para uma inventariada, Dona Maria Rosa dos Anjos que deixava viúvo Manoel José Ferreira, em 1842. Para os demais, tudo indica que os empréstimos

⁴⁸ O setor comercial de Furquim será analisado no último capítulo

tinham caráter informal que objetivavam a formação de uma clientela social e política na localidade.

Cerca de 65% de toda riqueza pesquisada estava com os grandes proprietários de Furquim, 22% com os médios e apenas 13% com os pequenos, conforme a tabela 3.5. Maior ainda foi a disparidade da proporção dos valores dos escravos, 9%, 23% e 68%. O baixo nível de participação dos valores em escravos, se comparados com os de outros bens, sugere, como veremos a diante, uma importância comercial reduzida desse bem entre os pequenos proprietários.

A categoria “casa” demonstra uma forte participação do primeiro setor. Isto pode ser explicado pelo fato de muitas moradas dos médios e grandes proprietários estarem incluídas na categoria das “fazendas”⁴⁹. A simplicidade, típica das moradias do espaço rural mineiro oitocentista, pode também ter influenciado na menor diferença entre as casas dos pobres e dos ricos da região.

Os valores das benfeitorias em nossa amostra podem estar sub-representados, porque, como adiantamos, os engenhos, moinhos, monjolos, paióis e senzalas também poderiam estar incluídos nas “fazendas”. Entre os 26 proprietários do primeiro setor, em 5 casos, quando não apareceram as benfeitorias eles possuíam “fazenda” ou “sítio”. Em 8 casos, estavam as benfeitorias, em geral com pequenos valores, e em 12 documentos não foram arroladas fazendas e nem benfeitorias (tabela 3.3). Apenas 11% dos valores dessa categoria pertenciam aos pequenos proprietários. As médias e grandes propriedades, em geral, tinham uma estrutura mais completa para a produção, armazenamento e beneficiamento.

⁴⁹ Entre os dez maiores processos da amostra, 5 não arrolaram as casas separadamente quando descreveram suas fazendas e 4 não arrolaram as fazendas quando descreveram as casas e terras (tabela 3.3).

Com exceção da existência de 3 engenhos de água, um equipamento mais sofisticado que o engenho de bois, tanto em relação às benfeitorias quanto aos instrumentos de trabalho, não havia um investimento mais forte em tecnologia. Em geral, a grande, a média e a pequena unidade produtiva possuíam os mesmos tipos de instrumentos da lide agrícola e de manutenção da fazenda ou sítio; foices, enxadas, machados, tachos de cobre (beneficiamento do milho e da mandioca), tendas de ferreiro, alavancas, martelos, bigornas, agulhões, carros de boi, etc, dependendo da dimensão da propriedade apareciam em quantidade, tamanho e valores diferentes. Talvez essa semelhança explique uma menor disparidade nos valores dos instrumentos de trabalho, 21%, 22% e 57% (tabela 3.5).

Além disso, a pequena participação dos instrumentos de trabalho e das benfeitorias no montante total das riquezas inventariadas (tabela 3.3) revela uma economia mais dependente da incorporação de terras e de mão-de-obra do que de aprimoramento técnico. Segundo Carla Almeida, a prática do processo produtivo de derrubar e queimar a vegetação *para preparar a sementeira*, e a conseqüente deterioração do solo, pode ser explicada pela facilidade de adquirir novas terras. A autora considera o método, que não exigia maiores avanços técnicos, *absolutamente racional diante das condições encontradas pelos agricultores* [a larga oferta de terras e mão-de-obra] (ALMEIDA, 2001, p. 172).

Ademais, na primeira metade do século XIX, a ausência ou lentidão das inovações no campo técnico não impediu certa racionalidade no âmbito da produção demandada pelo crescimento demográfico, econômico e das atividades comerciais. A alocação eficiente, o maior aproveitamento da mão-de-obra escrava e familiar no processo produtivo e a diversificação das atividades indicam essa tendência (FRANK, 2005).

As tabelas 3.6 e 3.7 trazem a distribuição dos animais no conjunto de inventários pesquisados, levando em conta os setores sócio-econômicos⁵⁰.

Tabela 3.6

Distribuição dos animais de acordo com nível de riqueza. Furquim 1821-1850

Setores	Bovinos	%	Suínos	%	Cavalares	%	Muare	%	Ovinos	%
1	103	24	77	22	44	26	08	10	20	80
2	127	30	81	23	40	24	26	33	04	16
3	199	46	187	55	86	50	46	57	01	04
Total	429	100	345	100	170	100	80	100	25	100

Fonte: 50 Inventários *post mortem*. 1821-1850. ACSM.

Tabela 3.7

Valores médios do número de animais por inventário de acordo com o nível de riqueza.

Furquim 1821-1850

Setores	Bovinos	Suínos	Cavalares	Muare
1	3,9	2,9	1,7	0,3
2	9,1	5,7	2,8	1,8
3	19,9	18,7	8,6	4,6
Geral	8,5	6,9	3,4	1,6

Fonte: 50 Inventários *post mortem*. 1821-1850. ACSM.

O rebanho bovino foi mais importante, numericamente, nos três setores. A produção de derivados de leite e a utilização do gado para o transporte de mercadorias (bois de carro) eram as principais atividades. A produção extensiva para o corte foi mais comum entre os grandes proprietários. No terceiro setor havia, em média, 19,9 bovinos por propriedade, a maior média individual de todos os tipos de rebanho (tabela 3.7). A média geral da participação de bovinos foi de 8,5 praticamente a mesma encontrada por Carla Almeida para toda a Comarca de Vila

⁵⁰ Veja o detalhamento do número de animais em anexo capítulo 3 – tabela I

Rica. A autora ressalta que a produção comercial mais especializada de bovinos se concentrou na Comarca do Rio das Mortes, a partir dos fins do período colonial (ALMEIDA, 2001, p. 107).

Já a média encontrada pela autora para o gado suíno foi de 23 cabeças por inventário, demonstrando o caráter mais comercial da criação de porcos nas regiões de Vila Rica e Mariana. Em Furquim a média geral foi de 6,9 cabeças por inventário, o que demonstraria o alcance restrito da produção para a comercialização de porcos. No entanto, se considerarmos somente os doze inventariados da amostra que possuíam porcos, teremos uma média geral de 28,7 cabeças por unidade produtiva, 15,7, no primeiro setor, 40,5 no segundo e 37,5 no terceiro 37,5. Assim, apesar de existirem em poucas propriedades inventariadas, os suínos tiveram importante peso comercial para a freguesia de Furquim.

Outros animais (cavalos, éguas e bestas), em geral utilizados no transporte de mercadorias e de pessoas, somente apresentaram médias significativas na faixa dos médios e grandes proprietários (tabela 3.7). Esses são indícios importantes do contato comercial com destinos longínquos, principalmente, no caso da posse de bestas, mais resistentes aos sinuosos caminhos das Gerais.

Transportar a própria produção era um sinal de autonomia do produtor em relação aos atravessadores e tropeiros. Ademais, tudo indica que os arraiais da própria região absorviam a produção camponesa e que fazendeiros e sitiantes prósperos mantinham contato com os circuitos mercantis mais amplos.

3.3 Estratificação social e mão-de-obra escrava

Como começamos sugerir, a propriedade de escravos é o principal definidor da distinção econômica entre os chefes de domicílios e inventariados de Furquim. Assim,

passemos a conhecer o perfil da escravaria arrolada nos inventários. De acordo com a tabela 3.8, cerca de 75% dos escravos eram nascidos no Brasil e 25% eram africanos. Analisando essa proporção em cada setor da riqueza, vemos que os africanos foram mais importantes proporcionalmente para os pequenos proprietários (38%), corroborando a idéia de que os pequenos plantéis estariam menos propícios a reprodução natural e mais dependentes da reposição externa. A maior participação dos proprietários mais simples no conjunto total de africanos (17%) do que entre os crioulos (11%), conforme tabela 3.9, indica o mesmo caminho, embora o terceiro setor possuísse 72% de todos os cativos oriundos do tráfico internacional.

Tabela 3.8

Distribuição dos escravos africanos e crioulos em cada setor da riqueza.

Furquim. 1821-1850

Setores	Africanos	%	Crioulos	%
1	23	38	37	62
2	15	11	120	89
3	96	29	239	71
Total	134	25	396	75

Fonte: 50 Inventários *post mortem*. 1821-1850. ACSM

Tabela 3.9

Participação de cada setor no número de escravos africanos e crioulos.

Furquim 1821-1850

Setores	Africanos	%	Crioulos	%	Total	%
1	23	17	37	09	60	11
2	15	11	120	30	135	25
3	96	72	239	61	335	64
Total	134	100	396	100	530	100

Fonte: 50 Inventários *post mortem*. 1821-1850. ACSM.

Em que pese o relativo apego ao tráfico pelo grupo dos pequenos proprietários, a valorização dos escravos dos diminutos plantéis apresenta nível mais baixo do que o de outros setores. A média do número de escravos é de 2,72⁵¹ para o primeiro setor, 9,35 para o segundo e 33,5 para os grandes proprietários.

A média dos preços dos escravos revela diferenças significativas, como demonstra a tabela 3.10. O preço médio geral da amostra foi de 218\$138 (duzentos e dezoito mil e cento e trinta e oito réis), mas a média do valor dos escravos do primeiro setor não ultrapassava 170\$550 (cento e setenta mil e quinhentos e cinqüenta réis). Tomamos o cuidado de excluir os processos arrolados na década de 1820 quando o preço dos escravos ainda não havia experimentado o vertiginoso acréscimo das décadas seguintes (ver BERGAD, 2004). Mesmo assim, o valor médio do escravo do primeiro setor esteve cerca de 19% mais baixo que as médias dos outros dois setores (tabela 3.10). Enquanto os escravos dos pequenos proprietários valiam, em média, 203\$529 (duzentos e três mil e quinhentos e vinte e nove réis), os cativos dos médios e grandes valiam, respectivamente, 250\$123 (duzentos e cinqüenta mil e cento e vinte e três) e 255\$040 (duzentos e cinqüenta e cinco mil e quarenta réis).

Tabela 3.10

Valores Médios dos escravos, em mil réis, segundo o nível de riqueza.

Furquim. 1821-1850.

Setores	Preço médio geral	Sem a dec. de 1820
1	170\$550	203\$529
2	192\$829	250\$123
3	236\$860	255\$040
Geral	218\$138	249\$980

Fonte: 50 Inventários *post mortem*. 1821-1850. ACSM.

⁵¹ O cálculo foi feito excetuando os 4 não possuidores de escravos. Somente 3 inventariados desse setor detinham 5 ou mais escravos (Ver tabela I – anexo capítulo 3).

Os escravos dos pequenos proprietários teriam valor comercial mais baixo? Se considerarmos essa hipótese, o peso na participação desses escravos na unidade produtiva familiar pode ter sido menor do que a sua simples presença numérica parece revelar. Analisando o perfil dos 60 escravos desse setor, percebemos que aqueles escravos em perfeitas condições de saúde e dentro da idade produtiva somavam 23 cativos, ou seja, 38,3 % do total (tabela 3.11). Se considerarmos somente os escravos africanos pertencentes aos pequenos proprietários também notaremos que de um total de 23 escravos, 15 estavam em idade produtiva e desses, 4 estavam doentes, restando 11 cativos africanos em boas condições. O valor médio do cativo africano no primeiro setor foi de 257\$500, ao passo que o valor médio do cativo africano no terceiro setor foi de 318\$823⁵².

Tabela 3.11

Faixa etária e condições de saúde dos escravos do primeiro setor. Furquim. 1821-1850.

	0 – 14	15-44	45-59	60 e +	Total
Boas condições	12	23	08	09	52
Doentes	--	07	01	--	08
Total	12	30	09	09	60

Fonte: 26 Inventários *post mortem*:60 escravos arrolados. ACSM.

Dessa forma, apesar da notória existência de escravos em suas unidades produtivas, o grupo dos pequenos proprietários não estaria mais próximo daquela imensa maioria dos domicílios em que o trabalho familiar predominou? Apesar de sub-representadas na amostra de inventários, as unidades tipicamente familiares poderiam ter características econômicas muito próximas do grupo que aqui estamos chamando de primeiro setor.

⁵² Em ambos os cálculos não foram considerados os escravos de inventários abertos na década de 1820.

Mesmo não coincidindo o período e a região, vale citar alguns trechos da lista nominativa de habitantes de 1772 da região de Sorocaba, São Paulo, estudada por Carlos Bacellar: *Possui 3 escravos, uma criança e 2 velhas; Tem 21 vacas e 2 escravos velhos; Escravos tem 3 entre velhos e crianças; Tem dois cavalos e 2 escravas com crias* (Lista nominativa de Sorocaba, 1772 Apud. BACELLAR, 2001. p. 130). Segundo o autor é fundamental considerar a qualidade dos cativos em questão procurando evitar definir a unidade produtiva pelo tamanho do seu plantel. *Pois, afinal de contas, possuir escravos crianças, velhos ou doentes pode causar ao observador uma falsa impressão de prosperidade em um domicílio, que na verdade possuía um plantel fraco e de baixo valor de mercado* (BACELLAR, 2001, p. 129).

Provavelmente, os não proprietários de escravos e aqueles que possuíam apenas 2 ou 3 cativos, muitas vezes com baixo valor comercial, estavam em um nível econômico aproximado. Isto sugere também que, a capacidade de aquisição da mercadoria escrava por parte dos pequenos proprietários deve ser relativizada; ou seja, eles teriam tido acesso a peças desvalorizadas, o que mostra a restrição da participação do chamado Senhor/Camponês na formação da vasta escravaria mineira⁵³.

Apesar disso, a aplicação da mão-de-obra escrava, como complemento ou substituição do trabalho familiar, pode não ter dependido apenas do tamanho do plantel ou de seu valor comercial, mas de como cada proprietário organizava a produção. Por isso, a comparação da estrutura produtiva de pequenas e grandes propriedades pode contribuir para revelar não somente o nível sócio-econômico que se encontrava o indivíduo, mas também o perfil da aplicação do trabalho nas unidades produtivas.

⁵³ No capítulo 2 argumentamos que eram os médios e grandes proprietários da região estudada, os maiores demandantes de escravos.

3.4 Por dentro das unidades produtivas: Processo produtivo e caminhos trilhados

1º setor

Os camponeses, artesãos e vendedores identificados no grupo que aqui chamamos de 1º setor mostraram características heterogêneas em itens como a ocupação, cor, gênero e acesso a mão-de-obra, mas também na composição de seus bens e no processo produtivo. A interiorização da análise permitiu-nos perceber o quanto os caminhos desses homens e mulheres se diferenciaram, mostrando que o universo camponês é mais incerto que os enquadramentos conceituais podem alcançar.

Era raro, entre os pequenos proprietários, a posse de “fazendas” ou “sesmarias”, em geral apareciam: *aporte de terras, porção de terras, sorte de terras, sítio com terras de cultura* ou somente *terras de cultura*. Essas nomenclaturas se referiam à propriedade de dimensões restritas. Normalmente, um *sítio com terras de cultura* não possuía todas as benfeitorias que exigiam investimento de capital e trabalho mais sofisticados. Era pouco comum a existência de paiol, casas de vivenda, moinho, monjolo, engenho, alambique e senzala em uma mesma unidade produtiva. No entanto, esses recursos, quando apareciam, não se diferenciavam tecnicamente daqueles utilizados pelos fazendeiros, a não ser no tamanho, na quantidade e na diversificação.

Os camponeses e pequenos escravistas do 1º setor dedicavam-se à plantação de milho, arroz, feijão, café e cana e à criação de porcos e bois. Francisco Antônio de Lima possuía um *canavial pequeno*, além de *60 alqueires de café* e *120 alqueires de milho plantados*. São exemplares também, os casos de José Martins da Costa, que possuía 12 porcos, Domingos Rodrigues Negrão, que tinha 26 porcos e José Libório dos Santos, que possuía 10 bois. Cavalares e muares não aparecem com frequência, o que indica que esse grupo esteve mais ligado ao comércio local do que aquele com destinos longínquos.

A análise cruzada das listas de habitantes e inventários revelou uma Minas rural, marcada pela dinâmica de possibilidades, pela instabilidade dos pequenos empreendimentos agrícolas e pela diversidade das trajetórias individuais, especialmente para as camadas mais pobres e para os setores intermediários.

Podemos sublinhar o caso do lavrador Luís José Coelho, branco, casado e pai de 4 filhos, além de ter 4 escravos listados em seu domicílio no ano de 1821. Este número de cativos representa uma propriedade razoável, para os padrões mineiros, conquistada no período de maior oferta de africanos para o mercado (possuía 3 africanos). Contudo, cerca de 26 anos depois faleceu deixando apenas *3 alqueires de terras*, 3 cavalos, 2 bois e 1 besta entre os seus bens que não ultrapassavam 231\$520 (duzentos e trinta e um mil e quinhentos e vinte réis). Luis José é o proprietário mais pobre de nossa amostra e sua trajetória mostra a dificuldade dos setores menos abastados de alcançarem e de manterem a propriedade escravista.

Ao mesmo tempo, a agricultura e a criação de animais poderia trazer oportunidades de ascensão econômica às famílias camponesas. De acordo com a lista nominal de habitantes de 1821, Domingos Rodrigues Negrão era lavrador, branco e morava com sua mulher e seus 6 filhos na freguesia de Furquim. Os seus bens foram inventariados em 1830, em decorrência do seu falecimento. Entre eles, foram listados *terras de cultura*, engenho de cana, alambique, 26 porcos e 4 escravos crioulos. Essas informações indicam que a diversificação produtiva, levada a cabo pela família, possibilitou a importante aquisição de 4 cativos no período de 9 anos. O conjunto dos bens de Domingos Rodrigues somava a pequena quantia de 803\$445 (oitocentos e três mil e quatrocentos e quarenta e cinco réis). O caso do lavrador sugere que os desafortunados da região viveram nesse período uma situação dinâmica, em que aqueles que souberam aproveitar obtiveram êxito no desenvolvimento de suas unidades produtivas.

Houve também o caso daqueles que conjugaram os seus ofícios e ocupações com a atividade agrícola, na busca por prosperidade e/ou reconhecimento social. Em 1821, Manoel Pereira de Queiroz era pardo, solteiro e se ocupava com o ofício de ferreiro. Na contagem populacional de 1838, o ferreiro continuava solteiro, possuía 2 escravos e dessa vez havia sido listado como *lavrador e ferreiro*. Apesar da sua origem negra, era no valor apresentado pela ocupação de lavrador que Manoel Pereira se apegava, além é claro do investimento econômico que, provavelmente, lhe rendeu frutos. Cerca de 10 anos depois encontramos listados no inventário de seus bens, 1 *escravo africano oficial de ferreiro*⁵⁴, 1 *sorte de terras*, 3 enxadas, 2 foices, tachos de cobre, 1 boi, 1 vaca, entre outros bens (monte-mor: 1:020\$626, um conto e vinte mil e seiscentos e vinte e seis réis). O agora lavrador, Manoel Pereira, tinha a posse de um escravo africano de alto valor, provavelmente responsável pela atividade de ferreiro. Manoel Pereira de Queiroz não tinha filhos nem esposa e infelizmente não é possível saber quem cultivava a sua *sorte de terra*, se ele mesmo ou trabalhadores a jornal.

O mesmo percurso foi trilhado pelo sapateiro João Francisco de Macedo, crioulo, casado, pai de uma filha e sem escravos, de acordo com a listagem de 1821. Já em 1831, possuía uma unidade produtiva com uma certa estrutura: 2 escravos africanos, 1 crioulo, *uma morada de casas, um rancho, um aporte de terra*, 1 foice, 1 enxada, 10 bois, entre outros bens. Está claro que João Francisco conseguiu, em 10 anos, trilhar um caminho incomum para os homens e mulheres na condição de ex-escravos ou descendentes de escravos. Porém, sua situação econômica não permite considerá-lo um privilegiado; o monte-mor de seu inventário somou o pequeno valor de 649\$080 (seiscentos e quarenta e nove mil e oitenta réis). Entre os 3 escravos que possuía, somente o único adulto trabalhava na lavoura, realidade indicada pelo número de instrumentos de trabalho, 1 foice e 1 enxada. João Francisco de Macedo, que pode

⁵⁴ Honório Cambinda, oficial de ferreiro, valia nada menos que 700\$000 (setecentos mil réis).

ter continuado a se dedicar ao ofício de sapateiro, parece fazer parte do grupo de detentores de mão-de-obra escrava, mas que ainda dependiam do próprio braço para o sustento da família. Por outro lado, se somente o seu único escravo adulto trabalhava na lavoura, como definir João Francisco, camponês ou escravista? Talvez ele fizesse parte de um grupo intermediário entre a pobreza absoluta e o aproveitamento das oportunidades do crescimento agrícola⁵⁵.

São excelentes exemplos para a nossa análise os casos como o do caldeireiro José Moreira Coelho, do médico Boaventura José da Silva (pardo) e dos lavradores Manoel Caetano de Barros, José Martins da Costa, Francisco Xavier da Silva e Manoel da Silva Rosa. Todos eles eram proprietários de origem humilde que de alguma forma diversificaram e ampliaram seus negócios, adquirindo escravos no período em tela, mesmo fazendo parte do setor mais pobre da amostra inventariada.

Comparando os dados das listas de habitantes com os inventários, entre os 26 proprietários do 1º setor, 10 obtiveram ampliação ou nova aquisição de escravos, 7 mantiveram o mesmo número e 9 deles perderam escravos. O período de exploração das áreas de fronteiras ofereceu mais oportunidades aos camponeses e pobres da região, demonstrado pelo número dos que mantiveram, ampliaram ou adquiriram escravos (17). De outra forma, aqueles que perderam não passaram, necessariamente, por crise ou penúria econômica. O fato é que no momento da lista de habitantes a inserção de africanos era bem maior do que nos anos posteriores a 1830, quando houve uma rearticulação dos plantéis escravistas tornado-os

⁵⁵ Dos 22 inventários de donos de escravos dos 1º setor, em 7 casos havia mais instrumentos de trabalho do que escravos, já em 9 casos o número de instrumentos de trabalho era igual ao de escravos e enquanto, para 6 casos, havia mais escravos do que instrumentos da lide agrícola. Considerando essas duas últimas situações, temos 15 unidades em que o trabalho livre não poderia superar o trabalho escravo, mesmo se tratando de posses diminutas (as inferências são apenas especulativas, uma vez que não levam em conta a existência de escravos, crianças e doentes).

mais concentrados, principalmente entre os grandes proprietários. Nessa conjuntura, as unidades produtivas menos estruturadas foram as que perderam mão-de-obra.

Isto parece ter ocorrido com o lavrador Manoel Alves Fragoso, branco, casado que tinha 3 escravos africanos e 3 escravos crioulos no ano de 1821. Dez anos mais tarde fora listado no seu inventário 1 *sítio de terras*, 1 vaca, 1 cavalo, 1 *escrava velha* e 2 africanos. Outro lavrador que, claramente, perdeu escravos foi José Pinheiro de Macedo, viúvo, listado em 1821 com 5 escravos africanos e 4 crioulos e que em 1829 tinha apenas 2 africanos. Além do caso mais extremo, o da lavradora Ana Clara de Jesus, solteira dona de 16 crioulos em 1821 e de apenas 4 crioulos seis anos depois, segundo o inventário que arrolava uma simples propriedade com 1 *porção de terras de cultura* e 1 moinho. A alta de preços do cativo, em meados da década de 1820, acentuada no decênio seguinte, pode ter conduzido a venda de cativos por parte dos proprietários que não puderam manter seus investimentos.

Como vimos argumentando até aqui, o 1º setor da riqueza de Furquim, dos mais pobres, esteve repleto de casos de prosperidade e instabilidade, mas também da manutenção do patamar mais baixo da estratificação social da região. Os casos citados anteriormente de pardos e crioulos que tiveram acesso a mão-de-obra escrava não escondem o fato de ser esse grupo social, via de regra, o mais desfavorecido do espaço rural furquiense. Dos 13 indivíduos pardos ou crioulos da amostra de 50 proprietários estudados, 10 estão entre os 26 mais pobres, classificados no 1º setor.

Com certeza, não foram raros exemplos como o de Francisco Correia dos Santos, pardo, que trabalhava como jornaleiro no instante da listagem de habitantes de 1821. Aliás, como descrito no capítulo anterior, os jornaleiros representaram significativo grupo ocupacional na freguesia de Furquim no período. Era casado com Graciana Maria, tinha 2 filhos e nunca contou com o trabalho cativo. Em 1837, faleceu. O inventário de seus bens

reunia 1 *sítio com terras de cultura*, moinho, monjolo, paiol, engenhoca, casas de vivenda e 1 égua. A unidade produtiva de Francisco Correa produzia café e milho, provavelmente para trocas feitas na região. Possuía somente 1 enxada e 1 foice, o que sugere que aos 46 anos de idade era, ainda, o próprio Francisco o responsável pelo sustento da família. Não é possível saber se Francisco Correa dos Santos abandonou a atividade de jornalista para se dedicar ao sítio da família, mas o fato é que ele não contava com o adicional do trabalho escravo e seus bens somavam apenas 692\$720 (seiscentos e noventa e dois mil e setecentos e vinte réis).

Antônio Francisco dos Santos também era pardo, casado e com dois filhos, em 1821. Não possuía escravos, mesmo 20 anos depois, quando realizado o inventário de seus bens. Com um monte-mor de 1:171\$400 (um conto e cento e setenta e um mil e quatrocentos réis) reunia 2 *pedaços de terra de cultura*, 1 morada de casas, 11 bois e 4 vacas. A criação e a agricultura eram as atividades que sustentavam a família. As formas e tachos de cobres presentes nas unidades produtivas sugerem o beneficiamento do milho para fabricação de farinha (esses instrumentos estão presentes em quase todos os inventários de pequenos e grandes proprietários), provavelmente levada a cabo pela e mulher e pelos filhos, já que, a presença de 1 machado, 1 enxada e 1 foice indica o trabalho solitário do próprio Antônio Francisco na lavoura.

2º setor

O tamanho dos plantéis de escravos, conforme estudamos no capítulo anterior, tem sugerido uma característica peculiar ao escravismo mineiro. A disseminação da pequena e média propriedade (1-5, 6-10) trouxe indagações a respeito do papel das unidades chamadas camponesas no cômputo geral da aquisição e reposição da população mancípia. No entanto, somente a contagem do número de escravos não torna possível a identificação da unidade

produtiva como escravista ou familiar, mas também outros elementos de análise como a tentativa de aproximação do seu funcionamento interior. A análise dos inventários do 2º setor de nossa amostra sugeriu que quanto maior a estrutura da unidade, maiores também são os indícios de que a propriedade é dependente do trabalho escravo. Além disso, percebemos que apesar dos valores da soma dos bens estipulados para essa categoria serem baixos (de 2 à 6 contos de réis), nota-se que esses proprietários já possuíam uma estrutura produtiva bem mais completa e calcada no trabalho escravo.

As propriedades eram constituídas por *fazendas* ou *terras de plantar* (*terras de cultura*) acompanhadas de benfeitorias. Diferente dos pequenos proprietários, aqui foi muito mais comum a posse de engenhos, moinhos, monjolos, paióis, casas de vivenda e em alguns casos senzalas para escravos. Todas as propriedades possuíam tachos de cobre, foices, enxadas, e machados para os escravos e em várias unidades produtivas aparecem o carro de boi e a tenda de ferreiro, mais comuns entre os grandes proprietários.

José de Souza Teixeira era lavrador, branco, casado e dono de 11 escravos em 1821. Cerca de cinco anos depois, na partilha de seus bens foram arrolados 6 escravos africanos e 7 crioulos, que provavelmente trabalhavam na propriedade bem estruturada que conseguiu construir. Ele tinha 1 *fazenda de cultura*, com paiol, senzala, engenho, moinho e monjolo. Havia armazenado em seu paiol 200 *alqueires de milho*, além do *canavial à corte*. O seu conjunto de 13 bois mais o *carro velho* eram provavelmente os responsáveis pelo transporte da produção beneficiada na própria fazenda. Havia também 10 cabeças de porcos engordadas para corte na região.

A posse de apenas 13 escravos por José de Souza Teixeira (4 deles tinham mais de 60 anos) não o coloca no padrão dos grandes fazendeiros, no olhar tradicional do escravismo

brasileiro. Somente quando penetramos na estrutura de sua propriedade é que percebemos a complexidade dos seus negócios e o caráter escravista de seu empreendimento.

A diversificação dos investimentos pode contribuir para a elucidação do perfil da aplicação do trabalho escravo. É o caso de José Caetano Ribeiro, tropeiro que investiu na agricultura entre os anos de 1821 e 1839 (ano da abertura do inventário). Ele possuía somente 4 escravos adultos, mas seu negócio misto exigia mão-de-obra complementar. Os cativos provavelmente trabalhavam na *fazenda com terra de cultura*, que era equipada com engenho, *casas de vivenda, tenda de ferreiro, paiol e outras benfeitorias*. A posse de 7 mulas e 7 cavalos sugere que José Caetano ainda atuava no transporte de mercadorias.

Ao analisar cada caso percebemos que o grande diferencial dos proprietários, em que o valor da fortuna os coloca no segundo setor, é a estrutura de suas unidades produtivas. Entre elas são mais evidentes os indícios de contato com o mercado, através do gado de tropa, do beneficiamento da produção, do tamanho das terras de culturas e do número de escravos. Outro sinal de que estamos tratando de um grupo acima dos camponeses e artesãos na estratificação social é o fato de somente 1 entre os 14 proprietários ser pardo.

Cipriano da Silva Ferreira constitui um exemplo incomum entre os descendentes de escravos que conseguiram aproveitar a expansão agrícola, diversificando os seus negócios para ascender socialmente. Apesar de identificado como lavrador nas listas de habitantes de 1821 e 1838, fora arrolado entre seus bens uma loja de fazenda seca, provavelmente estabelecida no arraial de Ponte Nova, distrito da freguesia de Furquim, onde morava com sua esposa. Ele chegou a ter 13 escravos, em 1838, e quando faleceu os cativos da propriedade somavam 8 crioulos. Tinha 37 alqueires de *terras de plantar* com paiol, monjolo, moinho, engenho de bois, 10 *bois de carro* e seu monte-mor alcançou a quantia de 4:502\$615 (quatro contos e quinhentos e dois mil e seiscentos e quinze réis).

No setor médio da riqueza de Furquim encontramos também um antigo membro da elite mineradora que passou por momentos conturbados de seus negócios com o definhamento dos veios auríferos. Albino José de Almeida Castro tinha 17 escravos em 1821. Ao final de sua vida legou uma pequena fortuna de 2: 380\$969 (dois contos e trezentos e oitenta mil e novecentos e sessenta e nove réis) que incluía 8 escravos crioulos (dois recém nascidos doentes), 2 tachos de cobre, 1 balança (instrumento da mineração), além de outros bens pessoais. A ausência da propriedade de terras⁵⁶ revela que a reorientação de sua atividade produtiva ainda não havia se completado em 1836. Os 6 escravos em condições de trabalhar poderiam ser remanescentes do passado minerador. O caso de Albino José ilustra a crise pela qual passou os antigos mineradores do termo de Mariana e demonstra que, como em outros casos aqui relatados, a agricultura era o caminho a ser trilhado por homens de todas as ocupações e origens: mineradores, comerciantes, tropeiros, sapateiros, ferreiros, ourives etc.

3º setor

A capacidade de acumulação de riqueza, de poder político e prestígio social pelo setor agropecuário abastecedor não é mais tabu na historiografia brasileira. Várias abordagens de caráter regional mostraram dinamismo deste setor, principalmente no final do século XVIII e início do século XIX. Em Minas Gerais, mesmo antes do decréscimo mais sensível da mineração, fazendeiros e comerciantes já se despontavam entre a elite prestigiada. Na primeira metade do oitocentos, tornou-se ainda mais consolidado esse perfil da elite mineira, fazendeiros escravistas que produziam alimentos, derivados de cana e criavam animais⁵⁷.

⁵⁶ A ausência de alguns bens nos inventários pode também indicar omissão por parte do inventariante para efeito da partilha ou uma divisão dos bens da família com a morte anterior cônjuge.

⁵⁷ Veja autores como: GRAÇA FILHO, 2002; ALMEIDA, 2001; LENHARO, 1979.

A extensa freguesia de Furquim estava repleta de exemplos de homens ricos que ampliaram e/ou consolidaram seus negócios com o surto da agropecuária comercial. Nossa amostra de inventários, baseada no cruzamento com as listas de habitantes, reuniu alguns casos que demonstraram bem o perfil da elite rural do termo de Mariana. O grande destaque do 3º setor da riqueza furquiense, aqui representado por 10 indivíduos, é a estabilidade dos negócios agrícolas, o perfil demográfico homogêneo dos proprietários e o investimento pesado, para os padrões da época, em mão-de-obra escrava.

Uma grande unidade produtiva da região em geral era denominada *fazenda*, além de ter sido comum também a posse de sesmarias inteiras. A propriedade completa possuía *tenda de ferro*, paiol, casas de vivenda, moinho, monjolo, senzala e engenho (sendo que o engenho de água era o mais sofisticado e o de maior valor). A produção das fazendas escravistas era baseada no plantio de alimentos como feijão, arroz, principalmente o milho, além de dois produtos de destaque na freguesia, o café e a cana. A criação para a comercialização de bovinos e suínos também fazia parte dos negócios. Além da grande presença de mulas, bestas, éguas, cavalos e *bois de carro* revelando que, em geral, as próprias fazendas eram responsáveis pelo transporte e comércio das mercadorias produzidas.

Mesmo que no tocante ao aprimoramento técnico não houvesse diferenças fundamentais entre pequenos camponeses e fazendeiros, a estrutura logística da propriedade, a utilização exclusiva do trabalho escravo e a diversificação produtiva marcaram a fazenda furquiense.

Caetano M. J. de Magalhães, branco, detentor de 21 africanos e 2 crioulos, em 1821, ampliou sua escravaria para 21 africanos e 11 crioulos cerca de treze anos depois. Sua riqueza foi avaliada em 14:191\$944 (quatorze contos e cento e noventa e um mil e novecentos e quarenta e quatro réis) e entre os bens continha 1 *fazenda na sesmaria*, engenho de água e de

bois, senzala, moinho, paiol, alambique, tenda de ferreiro, além de 20 foices, 20 enxadas, entre outros bens. O lavrador contava com uma importante criação de suínos e com animais de transporte. Eram 40 porcos, 10 bois de carro, 6 cavalos, 6 mulas e 9 bois avulsos. Além da criação de animais e da produção e beneficiamento de cana, a propriedade ainda contava com a plantação de milho, feijão, arroz, a fundição de ferro e com a tecelagem doméstica. No interstício entre a listagem nominal de habitantes e o inventário de seus bens Caetano J. M. Magalhães aumentou a escravaria e manteve, ao que tudo indica, estável os seus negócios através da diversificação.

José Caetano da Fonseca é um exemplo raro de ascensão espetacular no número de escravos. Em 1821 detinha a posse de 11 africanos e 6 crioulos, já no ano de 1836 eram 27 crioulos e 29 africanos em sua propriedade. Essa imensa escravaria, para os padrões mineiros, trabalhava em uma unidade produtiva completa com engenho de água e criação de 50 bovinos, 80 suínos, 10 cavalares e 10 muares. O lavrador ainda possuía 2 *sesmarias de terras virgens* e 1 morada de casas no arraial sede da freguesia de Furquim⁵⁸.

Para aqueles que tiveram recursos para investir, o segundo quartel do século XIX foi propício para o crescimento dos negócios. Perder escravos para um pequeno proprietário significava deixar de contar com o trabalho adicional, essencial para a sobrevivência familiar. Já para um grande escravista, as razões poderiam ser a realocação de recursos, o endividamento, o encarecimento das peças de reposição ou até mesmo a existência de um comércio intermo de cativos. Mesmo mantendo uma unidade produtiva completa e diversificada, Francisco Isidoro Pereira passou de 85 escravos em 1821 para 48 peças seis anos depois. O lavrador não deixou de ser um grande produtor escravista que cultivava e beneficiava a cana, além de plantar milho, arroz e café e criar bois, vacas e bestas.

⁵⁸ Possuía também 400 alqueires de milho plantados, além de 1 “canavial à corte”.

Dona Maria Rosa dos Anjos constitui o único caso, entre os grandes proprietários, em que os valores em escravos não correspondem à maior parcela dos bens inventariados. A lavradora, mesmo casada com Manoel José Ferreira, chefiava o domicílio desde 1821, quando foram listados 2 africanos sob sua posse. Encontramos o inventário de Maria Rosa datado de 1842 que listava 5 escravos africanos e 3 crioulos, *terras de cultura, cafezal*, 44 cavalos, 5 mulas, 13 vacas, além de 2 casas no arraial. O curioso é que os escravos da proprietária valiam em média 497\$500 (quatrocentos e noventa e sete mil e quinhentos réis), um valor altíssimo mesmo considerando a conjuntura de elevação do preço do cativo. Portanto, não foi baixo o seu investimento em escravos (3:980\$000), mas o que surpreendeu foram os valores incomuns em empréstimos e as dívidas ativas, (11:716.809) 58% da fortuna. Talvez a explicação esteja na ocupação do cônjuge, inventariante de Maria Rosa, ausente nas listagens de habitantes, poderia ser negociante, ou mesmo na especialização da proprietária no negócio usurário, mais comum nas áreas urbanas.

Como já apresentamos, a diversificação das atividades produtivas, tendo como principal suporte o empreendimento agrícola, foi nesse período a chave para a sobrevivência e para o sucesso na acumulação de bens. Em 1821, o comerciante Joaquim José de Oliveira, branco, casado, tinha 6 escravos africanos e 5 crioulos. Dez anos depois, o morador do arraial de Furquim aparece na lista nominativa de habitantes como lavrador, dono de 14 escravos africanos e 2 crioulos. No mesmo ano faleceu e o inventário de seus bens trazia a descrição de 13 africanos e 11 crioulos, *2 fazendas de terras de cultura, 2 terras minerais*, engenho, plantação de café e fumo, além de animais de tropa e 1 *loja de fazendas secas*.

A ascensão social e econômica de Joaquim José de Oliveira é demonstrada nas três fontes pesquisadas, através do aumento do número de escravos (tanto de africanos, sinal de contato com o mercado internacional de cativos, quanto de crioulos, resultado do comércio

interno) e da diversificação econômica, incluindo mineração, agricultura e comércio⁵⁹. No entanto, o que mais se destaca é a mudança da representação social do proprietário, antes comerciante, agora lavrador e capitão-mor no arraial sede da freguesia de Furquim. José Joaquim ainda tinha algumas pequenas dívidas ativas, provavelmente relacionadas ao negócio da loja de fazendas secas.

3.5 Distribuição e composição da riqueza em Mariana

No distrito sede do Termo de Mariana o perfil da composição da riqueza dos proprietários identificados na lista de habitantes de 1819 e nos inventários *post-mortem* guardava diferenças fundamentais com a freguesia de Furquim.

Os poucos homens abastados da cidade, comerciantes, mineradores remanescentes e fazendeiros absenteístas, concentravam mais de 90% da riqueza (ver tabela 3.13). Utilizando o mesmo critério delimitador da faixa de riqueza que o da análise de Furquim, 32 inventariados foram divididos em três faixas de riqueza. O setor intermediário foi representado apenas por 3 indivíduos, mostrando um importante sinal de concentração da riqueza, 19 proprietários foram classificados no primeiro setor e 10 foram classificados no terceiro setor (ver tabela II – anexo capítulo 3).

As tabelas que calculam a composição e concentração e composição da riqueza também repetem o modelo daquelas confeccionadas com os dados de Furquim. Enquanto em Furquim as dívidas ativas correspondiam a apenas 7% da riqueza inventariada, no distrito sede de Mariana este segmento abarcou parcela majoritária dos investimentos. Cerca de 38% do

⁵⁹ O significativo aumento de crioulos cativos em um curto espaço de tempo pode ser um importante indício de que o proprietário tenha adquirido esses escravos. Como já vimos no capítulo anterior, após 1831, o contato dos compradores mineiros com o tráfico internacional reduziu sensivelmente. Dessa forma, mesmo que não tenhamos base empírica para tal, não é forçoso inferir que esses proprietários passaram a recorrer a um oferta interna de almas cativas.

valor total dos bens dos 32 inventários pesquisados estavam concentrados em empréstimos informais. Ou seja, nesse período a cidade já havia deixado de figurar como grande centro minerador, realocando os recursos da classe proprietária para as atividades usurárias, agrícolas e comerciais (tabela 3.12).

Tabela 3.12**Porcentagem da composição da riqueza inventariada em cada setor. Mariana. 1819-1850.***

Setor	Escravos	Casa	Terras	Bens Agrícolas	Bens Pessoais	Ouro	Prata	Dinheiro	Dívidas Ativas	Total
1	26	24	6	1	15	1	2	20	5	100
2	19	39	0	0	14	1	1	7	19	100
3	25	10	9	7	3	1	1	4	40	100
Total	25	10	8	6	4	1	1	5	38	100

Fonte: 33 inventários *post mortem*. 1819-1850. ACSM.

* Porcentagem de participação de cada categoria em cada setor na horizontal

Tabela 3.13**Porcentagem da concentração da riqueza em cada categoria dos bens inventariados. Mariana 1819-1850***

Setor	Escravos	Casa	Terras	Bens Agrícolas	Bens Pessoais	Ouro	Prata	Dinheiro	Dívidas Ativas	Total
1	6	2	4	1	19	6	9	23	1	6
2	3	1	0	0	11	6	2	5	2	3
3	91	77	96	99	70	88	89	72	97	91
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: 33 inventários *post mortem*. 1819-1850. ACSM.

* Porcentagem de participação de cada setor em cada categoria na vertical

Em Mariana, 25% da riqueza estava investida em escravos e 18% em imóveis, de acordo com os dados do quadro 6. O perfil urbano e de tradicional centro minerador e religioso revela características particulares da freguesia da Sé. Apenas 8% dos bens eram constituídos por terras e 6% por bens agrícolas⁶⁰, concentrados no setor mais rico da população.

Ainda conforme o quadro 3.12, a forte presença, em comparação com os dados de Furquim, de bens pessoais, de ouro e de prata revela o quanto a distinção social, marcante na sociedade da mineração, ainda era valorizada. Apesar de, nesse momento, a agropecuária estar no centro dinâmico da economia, eram em antigos centros urbanos que a pompa e o valor deixavam a sua marca.

A maior liquidez detectada para Mariana (o item “Dinheiro” correspondeu a 5% da riqueza em Mariana, enquanto que, em Furquim, apenas 1%) pode ser entendida como reflexo do comércio local, da prestação de serviços e da presença das espórtulas eclesiásticas.

Os bens agrícolas, as terras, as dívidas ativas e os escravos foram os itens onde a concentração foi maior (tabela 3.13). Isto se explica pela restrição das oportunidades de enriquecimento aos moradores citadinos que em geral viviam de serviços, artesanato e do pequeno comércio de aguardente e outros produtos. Já os homens enriquecidos de Mariana, de família tradicional e, muitas vezes, antigos mineradores, dispensaram valorosos recursos para a área do comércio e da produção agrícola (tabela 3.12).

Na comparação dos dados da área urbana com o setor rural do termo de Mariana podem ser detectados indícios de que as oportunidades de ascensão econômica estiveram mais flexíveis para os homens e mulheres de Furquim, enquanto que, em Mariana, a pobreza

⁶⁰ Na categoria *Bens Agrícolas* foram reunidas as benfeitorias, os instrumentos de trabalho e os animais das propriedades dos fazendeiros e sitiantes moradores de Mariana.

provavelmente esteve mais presente. Corrobora essa hipótese, o perfil demográfico da população marianense nas listagens populacionais da primeira metade do século XIX, que mostraram, conforme descrito no capítulo anterior, a tendência de emigração e de pobreza das camadas mais simples.

Segundo Carla Almeida, desde a segunda metade do século XVIII, o montante médio da riqueza dos moradores das áreas urbanas de Minas Gerais (cidades, vilas e arraiais) era bem mais baixo do que dos habitantes do meio rural (ALMEIDA, 2001, p.65). No caso de nossa análise comparativa, é em Mariana que encontramos as maiores fortunas, porém, mais concentradas. Já a média do monte-mor do primeiro setor (os mais pobres) de Furquim foi de 1:020\$622 (um conto e vinte mil e seiscentos e vinte e dois réis) e de Mariana de 811\$909 (oitocentos e onze mil e novecentos e nove réis), demonstrando mais uma vez a tendência de concentração da pobreza no distrito sede do termo.

Nossa comparação da composição e concentração da riqueza nas duas localidades não pretende ser definitiva, uma vez que carecemos de critérios mais elaborados e de uma amostra mais representativa. No entanto, tal experiência permite notar em que níveis estão os graus de concentração da área rural, nosso principal foco de análise. Assim, apesar da dificuldade de acesso a mão-de-obra escrava e terras pelas camadas heterogêneas em Furquim, como já vimos, foi no campo que, pelo menos no período em tela, surgiram as maiores oportunidades de acumulação da população marianense.

Sendo assim, como viviam as *camadas heterogêneas* da *Leal Cidade de Mariana*? E como se orientavam os investimentos da classe proprietária, outrora marcada pela extração do ouro?

Entre as ocupações dos inventariados de nossa amostra estão as mais diversas profissões e atividades econômicas. Os mais pobres se dedicavam ao setor de serviços,

comércio e artesanato, os mais ricos à mineração, à agricultura, ao comércio e aos empréstimos. Eram padres (4), pintores (4), alfaiate, médico, boticários (2), advogado, militar, sacristão, mineiros, lavradores e comerciantes. Existiam ainda aqueles que, segundo a lista de habitantes de 1819, combinavam duas ou mais ocupações: mineiro e militar, lavrador e padre, lavrador e mineiro e lavrador, negociante e mineiro.

Em Mariana, ter escravos não significava que o proprietário se dedicasse a uma atividade lucrativa. Os cativos poderiam ter origem em heranças ou em aquisições feitas no passado minerador. Ilustrativo desse exemplo é a trajetória de Joana Jacinta de Freitas, uma das cinco pessoas da amostra que se declararam não ter ocupação, em 1819. Era viúva e morava com sua filha, alguns sobrinhos, além de 2 escravos africanos e 9 crioulos. A ausência da ocupação não parece ter sido uma falha na lista de habitantes ou estratégia para a isenção de imposto⁶¹. Em 1831, Dona Joana também não apresentava nenhuma ocupação e os sinais de empobrecimento já eram mais nítidos. Ela ainda morava com sua filha Isabel Clementina e dessa vez contava com apenas 3 escravos crioulos, todos com mais de 60 anos. A viúva faleceu em 1833 deixando apenas alguns pertences pessoais, além de 2 escravos velhos, 1 deles sem valor por estar doente. Seus bens não ultrapassaram a quantia de 187\$880 (cento e oitenta e sete mil e oitocentos e oitenta réis). O caso de Joana Jacinta exemplifica os processos de empobrecimento e falta de opção por que passaram várias famílias dos antigos centros mineradores. Viúva, sem um filho homem na família⁶², ela administrou até o fim uma herança,

⁶¹ Como vimos, no primeiro capítulo a lista nominativa de 1819 foi confeccionada com o objetivo de recolher um imposto extraordinário para a reconstrução de pontes no termo de Mariana.

⁶² No índice do livro de tombo de inventários do Arquivo da Casa Setecentista de Mariana encontramos Joana Jacinta Cláudia de Freitas, inventariante de Manoel Pereira Duarte. O Sargento Mor parece ter falecido em 1785, ano do nascimento de Isabel Clementina, de acordo com sua idade indicada na lista de habitantes, portanto única filha do casal.

que nem sabemos se foi construída diretamente com os dividendos da mineração, mas que decaiu junto com ela.

Dona Ana Pulquéria, também viúva, branca, era dona de 1 escravo africano velho (65 anos), em 1819. Cinco anos depois faleceu deixando apenas *1 casa na Rua Nova* e um montemor de 140\$400 (cento e quarenta mil e quatrocentos réis).

Também figura entre os mais pobres de nossa amostra o porteiro José Pereira de Malta, branco, casado, 73 anos em 1819. Tinha dois escravos africanos, provavelmente envolvidos no serviço doméstico. No entanto, dez anos depois, consta no inventário de seus bens que ele possuía somente *1 casa na Rua Nova* e bens de uso pessoal. Seus bens somaram 816\$980 (oitocentos e dezesseis mil e novecentos e oitenta réis). O período que estamos estudando se caracteriza pela restrição cada vez maior do acesso à mão-de-obra escrava que se tornou uma mercadoria ainda mais cara e concentrada na mão da classe proprietária. No entanto, o fato de José Pereira ter tido escravos, até pelo menos dez anos antes de seu falecimento, é um sinal de que um porteiro (que provavelmente entraria na categoria de *homem livre pobre* da urbe escravista) pôde ter, em determinadas situações e regiões, acesso ao trabalho cativo e, portanto, ser *pobre* e ao mesmo tempo *senhor*.

O artesanato foi uma das principais opções que homens e mulheres das *classes ínfimas* encontravam para sobreviver e conquistar ascensão social e econômica na cidade de Mariana. Tinham em comum o fato de não originarem de famílias tradicionais brancas, preferirem mão-de-obra africana, investirem em imóveis na própria cidade e buscarem reconhecimento social, através de patentes militares.

O pintor Francisco Xavier Carneiro, pardo, solteiro, morava com os seus dois escravos africanos (provavelmente ajudantes) em 1819. Na listagem de habitantes de 1831, ele aparece com a patente de tenente, porém, inválido e doente. Nessa ocasião foram listados no seu

domicílio, além de sua esposa, 4 escravos, todos africanos, dois dos quais identificados como pintores. Tudo indica que, mesmo doente, o Tenente Francisco Xavier ainda arrematava serviços, provavelmente realizados pelos seus escravos. Dez anos depois, por decorrência do falecimento do pintor foram arrolados os seus bens que somavam 1:251\$700 (um conto e duzentos e cinquenta e um mil e setecentos réis). Pela somatória de seus bens, Francisco Xavier Carneiro não figurava entre os mais ricos da cidade, no entanto, também não estava na camada de *homens livres pobres*, pois não sobrevivia com o trabalho de seu próprio braço, mas sim, o dos seus escravos, além de ter alcançado importante patente militar. Entre os seus bens estavam 2 casas na cidade de Mariana e dois escravos africanos.

Outro caso de aparente ascensão social e econômica é do alfaiate Francisco da Silva Castro. Pardo, casado com Antônia Clara, tinha 54 anos, em 1819, e contava com o trabalho de dois de seus filhos (também listados como alfaiates) e duas escravas africanas. Ao final de sua vida (ano de 1846) o alfaiate chegara a Sargento-Mor e deixava uma pequena fortuna de 2:239\$300 (dois contos e duzentos e trinta e nove mil e trezentos réis), entre seus bens estavam 1 casa na praça da cidade, 1 casa na travessa São Francisco, 1 escravo africano de alto valor (600\$000), dinheiro em espécie que somava 600\$000 e 377\$660 em dívidas ativas. Francisco Castro e seus familiares com certeza trabalhavam diretamente no serviço de alfaiate, porém, foi dessa forma e com o auxílio complementar da mão-de-obra cativa que ele conseguiu superar os momentos de dificuldades econômicas sofridas pela cidade nas primeiras décadas do século XIX.

A estratégia da classe proprietária de Mariana, abalada pelo esvaziamento dos veios auríferos, variou entre a correlação da mineração com outros investimentos (comércio, empréstimos e agricultura) ou a realocação radical do capital. Mesmo sendo pequena a nossa amostra de 10 proprietários, posicionados no terceiro setor da riqueza da cidade, ela nos

oferece um importante e variado panorama das possibilidades de investimento (ver tabela II – anexo capítulo 3). Esses *homens bons* da cidade de Mariana caracterizam-se pelo apreço a distinção social, pela dependência do trabalho escravo, mas, sobretudo, pela racionalidade da rearticulação dos seus bens e investimentos.

Francisco José de Melo, capitão mor, era mineiro, branco, solteiro e possuía 9 escravos africanos em 1819. Cerca de 7 anos depois, no inventário de seus bens foram arrolados 9 escravos africanos (todos com mais de 60 anos) e 5 crioulos. A idade avançada da maior parte de seus escravos e a ausência de terras minerais indicam que a mineração já não era mais o principal investimento do capitão. Os seus bens somaram a quantia de 6:520\$201 (seis contos e quinhentos e vinte mil e duzentos e um réis) sendo que 85% constituíam de dívidas ativas. Francisco José emprestava dinheiro a juros e este parece ter sido o caminho escolhido pelo antigo minerador para realocar os seus bens.

Diferente, mas ao que tudo indica, não menos garantidor de lucros, foi o caminho trilhado pelo Coronel Antônio Veloso de Miranda. Ele fora listado, em 1819, como *lavrador e mineiro* e tinha 6 escravos africanos e 8 crioulos. Apenas três anos depois, em decorrência de seu falecimento foram listados os seus bens que totalizaram 9: 262\$526 (nove contos e duzentos e sessenta e dois mil e quinhentos e vinte e seis réis). Eles reuniam *terras minerais* (2:000\$000); *uma sesmaria de terras na freguesia do Inficcionado com mata virgem e demais benfeitorias* (2:250\$000); *meia sesmarias de terras de cultura no mesmo local* (820\$000), benfeitorias agrícolas; 9 escravos africanos e 5 crioulos; além de uma morada de casas situada na cidade e bens pessoais. A correlação do investimento em agricultura e mineração, identificada na listagem de habitantes e no inventário é um grande exemplo dos casos em que a crise não gerou decadência, mas sim rearticulação dos investimentos. Outro detalhe na trajetória do Coronel Antônio Veloso é a propriedade de terras virgens e do crescimento no

número de escravos, o que indica que o investimento na agricultura estava em uma transição crescente.

O caso de Lucindo Pereira Passos é raro, não só pela provável ascensão social de um pardo, mas também pelo seu principal investimento que diferia dos setores mais tradicionais (mineração, agricultura e comércio). Os investimentos em imóveis na cidade também significaram uma opção segura aos proprietários de Mariana. Em 1819, o advogado Lucindo Pereira tinha 40 anos, era casado e possuía 3 escravos. Na lista nominal de habitantes de 1831 ele fora listado novamente como advogado, desta vez detendo 13 escravos. Entre os seus bens arrolados em 1850, estavam: 7 *casas de morada* e 1 *chácara* que foram avaliadas em 5:900\$000 ou 34% de toda a sua riqueza; 7 escravos africanos e 5 crioulos de alto valor que foram avaliados em 5:100\$000 ou 29% do valor de seus bens⁶³. Vale destacar a patente de capitão-mor, que representa a conquista de distinção e valor pelo advogado, e o fato da família ter formado dois filhos no Seminário.

O dinamismo do mercado regional por consequência do crescimento da agropecuária pode ser demonstrado pelo enriquecimento daqueles que se dedicaram ao comércio em Mariana. Um deles era José Ferreira de Oliveira, negociante, branco, solteiro, 36 anos e dono de 3 escravos, conforme a lista nominativa de habitantes de 1819. O inventário de seus bens foi aberto em 1845 quando sua fortuna chegava a 70:860\$098 (setenta contos e oitocentos e sessenta mil e noventa e oito réis). Uma proporção de 50,3% de toda a sua fortuna estava investida em dívidas ativas. Foi provavelmente através da distribuição de mercadorias ao

⁶³ A média do valor de seus escravos foi de 425\$000, coincidindo com o valor aproximado do cativo na época da abertura do processo (Ver BERGAD, 2004, p. 278). O restante dos bens estava dividido em bens pessoais, ouro, prata e dinheiro em espécie.

comércio local, da atividade usurária e do comércio de escravos que o inventariado conquistou a magnífica riqueza que desfrutava aos 52 anos⁶⁴.

Porém, o Capitão Mor José Ferreira de Oliveira, que morava em sua *morada de casas de vivenda situada na rua direita* (avaliada em 1:000\$000), também tinha significativo investimento na produção agropecuária. Ele possuía 26 escravos africanos e 21 crioulos (avaliados em 18:710\$000); *terras de cultura*; 1 *morada de casas com fazenda completa (fábrica de farinha de mandioca, cozinha, roda de fiar, senzala: 3:000\$000)*; engenho de água e outras benfeitorias; produção de milho, feijão, cana e café; 142 cabeças de porcos e 24 cabeças de boi.

Caso semelhante é o do homem mais rico de nossa amostra. O Sargento-Mor Manoel José de Carvalho que tinha apenas 8 escravos em 1819 e aparece cerca de vinte anos depois, no arrolamento de seus bens, com um patrimônio avaliado em 84: 444\$617 (oitenta e quatro contos e quatrocentos e quarenta e quatro mil e seiscentos e dezessete réis). Ele, que havia sido listado como *lavrador negociante e mineiro*, possuía uma fazenda completa com terras de cultura e benfeitorias, animais de corte e de transporte, terras minerais, imóveis na cidade, dívidas ativas, além de 6 escravos africanos e 54 crioulos⁶⁵.

Diferente do que já se pensou, as atividades agropecuárias e todo o circuito comercial que a cerca foi capaz de produzir acumulação e propiciar a distinção político-social. Esta é uma realidade que se aplica aos proprietários rurais que produziam alimentos, sobretudo os derivados da cana, em Furquim, e aos comerciantes grossistas de Mariana, como veremos no capítulo seguinte.

⁶⁴ Pelo menos dois daqueles que deviam quantias expressivas a José Ferreira de Oliveira foram identificados na lista nominal de habitantes: Joaquim Paes da Silva Tavares, comerciante em Mariana e a casa de comércio falida de Henrique Lebet, que devia nada menos que 7:300\$000. Voltaremos a esse no próximo capítulo, quando tratarmos do setor comercial.

⁶⁵ Também Voltaremos à trajetória de Manoel José de Carvalho no próximo capítulo.

Anexos – Capítulo 3

Tabela I

Participação de escravos africanos e crioulos, de animais e equipamentos de beneficiamento. Furquim. 1821-1850

Monte-Mor	Africanos	Crioulos	Bovinos	Suínos	Cavalares	Muares	ovinos	Tear	Engenho	Alambique
231.520	0	0	2	0	3	1	0	0	0	0
300.000	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
457.170	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
523.154	0	0	26	0	1	2	20	0	0	0
643.800	1	1	5	0	2	0	0	0	0	0
649.080	1	2	10	0	0	0	0	0	0	0
692.720	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
732.875	0	4	2	0	0	0	0	0	0	0
803.445	0	4	0	26	0	0	0	0	0	1
889.660	1	1	0	0	4	0	0	1	0	0
892.000	2	1	2	0	1	0	0	0	0	0
896.210	2	0	0	12	0	0	0	0	0	0
899.530	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
1.020.626	1	0	2	0	0	0	0	0	0	1
1.056.710	0	3	3	14	1	0	0	0	1	0
1.148.000	1	0	2	0	1	3	0	0	0	0
1.171.400	0	0	15	1	2	1	0	0	0	0
1.155.095	0	2	4	0	3	0	0	0	0	0
1.233.023	4	1	2	0	3	0	0	0	0	0
1.290.000	2	5	0	0	0	0	0	0	0	0
1.578.120	1	1	0	12	1	1	0	0	0	0
1.581.102	0	2	4	12	1	0	0	0	0	0
1.608.135	1	3	6	0	1	0	0	0	0	0
1.629.210	0	2	8	0	1	0	0	0	1	0
1.674.000	1	1	0	0	15	0	0	0	0	0
1.779.600	4	1	10	0	3	0	0	1	1	1
26.536.185	23	37	103	77	44	8	20	2	3	3

2.128.440	0	4	3	0	0	2	0	0	0	0
2.380.965	0	8	1	0	0	0	0	0	0	0
2.423.020	1	3	1	0	7	6	0	0	1	0
2.752.400	2	2	9	0	3	0	0	2	0	0
2.878.170	0	13	0	0	1	0	0	0	0	0
2.939.385	6	7	13	40	3	3	1	1	1	0
3.083.396	1	12	14	41	1	6	0	3	0	0
3.134.600	1	27	0	0	0	1	0	0	0	0
3.200.316	0	5	10	0	2	0	0	0	0	1
4.502.615	0	8	10	0	0	0	0	1	1	1
4.765.470	0	8	28	0	6	3	0	0	0	0
4.862.322	2	5	24	0	13	4	0	0	0	0
4.993.400	2	12	13	0	4	0	0	0	1	0
46.180.159	15	120	127	81	40	26	4	7	4	2
6.875.500	5	6	7	7	1	0	0	0	1	1
7.141.100	2	31	8	58	1	3	0	0	0	0
8.031.840	3	36	0	0	0	0	0	0	0	0
9.914.361	13	11	16	2	6	0	1	0	0	0
10.616.877	3	45	30	0	2	11	0	0	1	1
12.158.400	13	21	29	0	12	10	0	0	0	0
14.191.944	21	11	19	40	6	6	0	1	3	1
19.981.939	5	3	13	0	44	5	0	0	0	0
24.086.940	4	46	27	0	4	1	0	0	2	0
26.253.200	27	29	50	80	10	10	0	0	1	1
139.252.101	96	239	199	187	86	46	1	1	8	4
211.252.101	134	396	429	345	170	80	25	10	15	09

Fonte: 50 inventários *post mortem*. 1821-1850. Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

Tabela II
Composição da riqueza de todos os proprietários inventariados. Mariana 1819-1850.

Esc. Val	Casa	Terras	Bens Ag.	Bens Pes	Ouro	Prata	Dinheiro	Div. Ativas	Total
0	75.000	0	0	13.440	0	0	0	0	88.440
0	130.000	0	0	10.400	0	0	0	0	140.400
0	150.000	0	0	12.800	0	0	0	24.000	186.800
180.000	0	0	0	7.880	0	0	0	0	187.880
0	0	0	0	59.250	0	0	129.870	40.000	229.120
220.000	0	0	10.525	12.075	0	0	0	0	242.600
	100.000	0	92.000	78.705	2.750	15.000	4.250	0	292.705
38.400	140.000	0	0	159.910	0	0	0	35.000	373.310
175.000	360.000	0	0	64.710	0	0	0	0	599.710
0	450.000	0	0	42.045	0	0	196.385	128.550	816.980
40.000	0	0	0	811.908	0	102.000	0	0	953.908
0	400.000	0	0	55.000	0	0	0	547.600	1.002.600
0	600.000	0	0	345.629	0	33.200	87.962	0	1.066.791
600.000	600.000	0	0	51.700	0	0	0	0	1.251.700
850.000	300.000	0	0	0	94.687	23.100	0	0	1.267.787
0	0	0	0	117.770	9.750	45.180	1.352.000	0	1.524.700
200.000	0	0	0	158.945	10.925	32.760	1.308.942	0	1.711.572
936.000	460.000	150.000	0	174.280	0	0	0	0	1.720.280
880.000	120.000	700.000	0	69.005	0	0	0	0	1.769.005
4.119.400	3.885.000	850.000	102.525	2.245.452	118.112	251.240	3.079.409	775.150	15.426.288

600.000	600.000	0	0	61.640	0	0	600.000	377.660	2.239.300
590.000	1.100.000	0	0	428.430	26.250	50.400	0	636.787	2.831.867
500.000	1.880.000	0	0	746.000	93.600	0	0	754.434	3.974.034
1.690.000	3.580.000	0	0	1.236.070	119850	50.400	600.000	1.768.881	9.045.201
2.160.000	1.300.000	0	0	444.130	0	99.280	0	1.402.671	5.406.081
704.000	0	0	0	186.357	69.000	0	0	5.560.844	6.520.201
1.250.000	850.000	450.000	0	1.183.755	36.750	166.080	4.243.800	0	8.180.385
3.940.000	500.000	2.000.000	0	474.330	0	0	0	1.474.463	8.388.793
2.414.600	500.000	5.370.000	426.686	198.080	0	97.750	0	255.410	9.262.526
2.385.000	4.000.000	3.000.000	0	1.235.860	0	0	2.140	1.778.980	12.401.980
5.870.000	4.400.000	0	0	1.073.730	1.009.060	1.189.000	661.130	0	14.202.920
5.100.000	5.300.000	600.000	200.000	2.984.000	767.800	605.560	1.704.000		17.261.360
18.710.000	3.000.000	600.000	9.533.360	249.200	0	225.000	2.838.020	35.704.518	70.860.098
17.110.000	4.000.000	8.500.000	6.239.000	220.000	0	0	0	48.375.617	84.444.617
59.643.600	23.850.000	20.520.000	16.399.046	8.249.442	1.882.610	2.382.670	9.449.090	94.552.503	236.928.961
65.453.000	31.315.000	21.370.000	16.501.571	11.730.964	2.120.572	2.684.310	13.128.499	97.096.534	261.400.450

Fonte: 33 inventários *post mortem*. 1819-1850. Arquivo da Casa Setecentista de Mariana.

4- Engenho e Comércio: Riqueza e trabalho no Termo de Mariana

4.1 O Complexo canavieiro da freguesia de Furquim.

O diversificado conjunto de víveres produzido pela unidade produtiva típica do espaço rural mineiro servia tanto à auto-suficiência das propriedades, das famílias e dos escravos quanto ao comércio local. O milho e seus derivados, por exemplo, era um dos pilares da alimentação do mineiro, assim como servia de suprimento para viagens e tropas. A farinha e os doces também eram comercializados nas vilas. Segundo Saint Hilaire,

(...) todos os agricultores plantavam milho, não só porque sua farinha substitui o pão, como ainda porque ele é para os animais de carga, o que é para nós a aveia, e é empregado também para engordar as galinhas e sobretudo os porcos (SAINT HILAIRE, 1938, p. 205).

O feijão também fazia parte da dieta básica, sobretudo acompanhado de farinha e hortaliças. E ainda, segundo o viajante francês, arroz, galinhas e porcos completavam o pão de cada dia do mineiro, principalmente dos mais ricos (SAINT HILAIRE, 1938, p. 186-187).

Entre os inventários de proprietários da freguesia de Furquim no termo de Mariana apareciam também o café e o fumo como produtos cultivados em algumas unidades produtivas. Estavam na lista de produtos exportados pela província de Minas Gerais. O café, especificamente, representou uma importante produção da região de Ponte Nova, principalmente no período posterior a 1850.

Nenhum outro produto, no entanto, apresenta um destaque comparado ao alcançado pela produção de derivados da cana-de-açúcar em Furquim. Sempre aliada a outras atividades, a produção e/ou beneficiamento da cana apareceu em 20 das 50 unidades produtivas selecionadas na amostra da presente pesquisa. A importância dessa produção para a economia

é um reflexo local de uma realidade comum a várias outras regiões da província de Minas Gerais.

Desde o período colonial, o isolamento geográfico e a demanda dos núcleos urbanos forçaram o estabelecimento de engenhos em Minas Gerais. O dinamismo comercial interno gerado pela economia do ouro e posteriormente pela agropecuária tornou o negócio canavieiro lucrativo para sítios e fazendas, principalmente das localidades circundantes aos mais importantes núcleos urbanos (como é o caso de Furquim, próximo à Mariana). O alto consumo, pelos mineiros, da aguardente despertou a atenção dos administradores locais que fizeram do beneficiamento da cana-de-açúcar e do comércio da bebida, alvos de constante controle tributário.

Como parte das diversificadas fazendas e sítios de Minas Gerais, os engenhos entraram no período imperial com o mesmo ou o maior grau de atenção das autoridades. Em ofício do dia 16 de junho de 1836, por decorrência da lei de 8 de abril do mesmo ano, o governo provincial solicitou que os juizes de paz fizessem inventário de todas as fábricas de aguardente nos seus respectivos distritos. O objetivo era conhecer o universo de contribuintes sobre o qual iria incidir um novo tributo, estabelecido pela lei, ao setor canavieiro de Minas Gerais.

A análise detalhada dessa relação de engenhos resultou em uma minuciosa pesquisa apresentada por Marcelo Godoy. Segundo os dados trabalhados pelo autor, o setor canavieiro de Minas teve no século XIX, o maior número de engenhos, a maior produção estimada de aguardente e o maior número de escravos empregados em comparação com outras importantes províncias produtoras do Brasil. Em função do caráter local da comercialização dos derivados de cana em Minas, desde o período colonial, as exportações de açúcar e aguardente não superaram 2% e 1% da produção, respectivamente, no século XIX (GODOY, 2004, p. 552).

Outro aspecto destacado pela pesquisa de Godoy é a diferenciação regional existente na distribuição das unidades beneficiadoras da cana-de-açúcar. A região da Mineradora Central Oeste, onde se localizava parte do extenso município de Mariana, detinha 25,6% das fábricas, seguida pelas regiões Intermediária de Pitangui e Tamanduá 14,3% e Mineradora Central Leste 12%. As outras 14 regiões somadas não ultrapassavam a proporção de 48% dos engenhos mineiros (GODOY, 2004.B. p. 529).

Somente o município de Mariana tinha 293 engenhos, cerca de 15,3% de todos os engenhos mineiros e 63,5% das fábricas da região Mineradora Central Oeste. Por sua vez, segundo a tabela 4.1, o distrito sede da freguesia de Furquim unido ao distrito de Ponte Nova reunia 27,5% das unidades transformadoras da cana do município de Mariana.

Tabela 4.1

Engenhos de Cana e força motriz. Participação de Furquim no município de Mariana.

1836

Local	Água	Bois	S/ inform.	Total	%
Furquim (sede)	06	06	--	12	4
Ponte Nova	09	61	--	70	23,5
São Caetano	14	42	01	59	19,8
Mariana Total*	67	223	04	293	100

Fonte: Relação de Engenhos e Casas de negócios. 1836.APM.

* PAIVA e GODOY, 1992 p.38.

Da mesma forma que os dados da pesquisa de Marcelo Godoy mostraram a importância do setor canavieiro em Minas Gerais no século XIX, a tabela 4.1 indica a relevância das atividades engenharias na região analisada. Furquim e seus distritos superaram, inclusive, São Caetano, outra importante localidade do termo de Mariana produtora de cana nesse período.

Os indicadores regionais e micro-regionais sugerem que, de maneira geral, eram nas localidades que circundavam os centros urbanos importantes como Mariana, Ouro Preto, São João Del Rey, Minas Novas e Tamanduá é que se concentravam o cultivo de cana e o fabrico dos seus derivados. A relação do setor canavieiro com os fluxos comerciais regionais era direta e interdependente. Nas vendas, armazéns e lojas mistas das vilas e cidades era comercializada a aguardente levada das fazendas.

A relação da produção de aguardente com o comércio local pode ser ainda atestada pela resposta do Juiz de Paz do distrito de Ponte Nova ao presidente da província, em cumprimento a sua solicitação:

Em observância ao ofício de Vossa Excelência com o fecho de 16 de junho de p.p. em que me determina envie huma relação dos Engenhos deste Distrito em que se fabricar aguardente com declaração dos seus motores; e em segundo lugar huma dita das cazas em que se vender aguardente simples ou beneficiada com distinção de suas citações assim mais das loges de fazendas secas e cazas de Armazéns em que se vender espíritos importados com a declaração dos nomes de seus possuidores, e cada hum dos ditos estabelecimentos (...)⁶⁶

O objetivo das exigências do governo, cumpridas pelo juiz de paz, não era apenas de conhecer as fábricas de aguardente, mas também os estabelecimentos onde era vendida a bebida. Na relação das *casas de negócio* era comum a distinção das vendas entre *aguardente simples* ou *aguardente beneficiada*, mas o que ocorria de fato era a venda em todos os tipos de estabelecimentos. No distrito da Sé de Mariana tanto nos armazéns quanto nas lojas de líquidos importados também era comercializada a aguardente⁶⁷.

⁶⁶ Relação de Engenhos e casas de negócio – 1836. Arquivo Público Mineiro: SPPP 1/6 – Cx7- D3

⁶⁷ Relação de Engenhos e casas de negócio – 1836. Arquivo Público Mineiro: SPPP 1/6 – Cx5- D13

O caráter mercantil do setor canavieiro permitiu aos homens e mulheres que investiam no negócio acumulação suficiente para deter significativos contingentes de escravos e grandes porções de terras, além do prestígio social e político adquirido nas localidades.

Para penetrar no universo social e econômico dos engenheiros da freguesia utilizamos a metodologia experimentada por Clotilde Paiva e Marcelo Godoy da superposição das *Relações de Engenho* com as listas nominais de habitantes (GODOY, 2004 e PAIVA & GODOY, 1992). Ainda foi acrescentada a identificação de inventários de alguns donos de fábricas aguardenteiras, o que nos permitiu o alcance do perfil produtivo de suas fazendas.

Dos 82 engenhos arrolados pelos juizes de paz dos distritos que compõem a freguesia de Furquim, em 42 casos foram encontrados seus respectivos proprietários nas listas nominativas de 1838. A freqüente ocorrência de homônimos, as falhas na grafia, a omissão de dados e a mobilidade espacial (principalmente na região de fronteira) impossibilitaram uma abrangência maior da amostra. No entanto, pelos dados recolhidos, os 42 exemplos selecionados nos parecem representativos do universo das fazendas com engenho, por demonstrar um perfil diferenciado dos outros domicílios da freguesia.

Na comparação dos indicadores demográficos da população total da freguesia com os domicílios escravistas e domicílios com engenhos, percebe-se a tendência da concentração de escravos e indivíduos livres brancos nos domicílios de senhores de engenho. A tabela 4.2 traz o detalhamento dessa comparação.

Tabela 4.2

Comparação dos indicadores demográficos da população total, domicílios escravistas e domicílios com engenhos. Furquim (Ponte Nova) 1838.

Indicadores Demográficos	População total		Pop. Domicílios Escravistas		População domicílios Com engenhos*	
	Numero	%	Número	%	Número	%
Homens Livres	2033	31	621	17	181	15
Mulheres Livres	2049	32	718	19	139	11
Homens escravos	1451	23	1451	39	591	48
Mulheres escravas	906	14	906	25	323	26
População total	6439	100	3696	100	1234	100
Livres brancos	1068	26	811	61	184	57
Livres não brancos	3014	74	528	39	136	43
Total de Livres	4082	100	1339	100	320	100
Escravos Africanos	908	39	908	39	363	40
Esc. crioulos e mestiços	1449	61	1449	61	551	60
Total de escravos	2357	100	2357	100	914	100

Fonte: Listas nominativas de habitantes. Furquim e Ponte Nova. 1838. AHCMM. CEDEPLAR/UFMG e Relação de Engenhos e Casas de Negócio. 1836. APM.

*42 domicílios selecionados a partir do cruzamento das listas nominativas com a Relação de Engenhos.

Começamos pelo gênero da população livre e escrava nos universos comparados. Enquanto nos dados totais da população e nos domicílios escravistas existia ligeira maioria feminina entre os livres, nos domicílios com engenhos, os homens compunham parcela majoritária. Esses dados refletem a maior presença masculina entre os proprietários e entre agregados e funcionários das fazendas com engenhos, assunto abordado a diante.

Pode-se notar também a concentração de escravos nos domicílios chefiados por dono de engenho. Enquanto nos domicílios escravistas a proporção de cativos foi de 64%, no último

grupo esse dado alcançou 74%. Os homens escravos representavam 23% da população total, 39% dos domicílios escravistas e 48% dos moradores dos domicílios com engenhos. Havia assim, uma tendência à concentração de escravos homens nas grandes fazendas, importante sinal de apego ao comércio de cativos.

A tabela 4.2 ainda mostra a radical diferença proporcional de indivíduos brancos na comparação da população livre total (26%) com os habitantes dos domicílios escravistas (61%) e naqueles com engenhos (57%). Como salientamos no capítulo 2, o nível sócio-econômico acompanhava a cor do indivíduo. As famílias que se envolviam no negócio canavieiros estavam, via de regra, entre a elite branca da região. Dos 136 indivíduos livres não-brancos (pardos, crioulos e pretos), 64 eram agregados, funcionários das fazendas e 6 não tiveram a relação com o chefe especificada (veja tabela 4.7). Excetuando-se esses, restariam 67 indivíduos livres não-brancos, familiares dos chefes de domicílios, ou seja, apenas 30% dos familiares dos donos de engenho não eram brancos.

Vale lembrar ainda, pela tabela 4.2, que a proporção de escravos africanos e nascidos no Brasil se manteve a mesma nos três grupos populacionais analisados.

A importância do setor canavieiro para a organização econômica de Minas Gerais no século XIX pode ser atestada pela forte dependência da mão-de-obra escrava. Analisando as *Relações de Fábricas*, anexada a parte das listas nominativas distritais de 1831/1832, Marcelo Godoy pôde calcular a proporção estimada de escravos empregados na fabricação de derivados de cana: *O resultado geral desta justaposição de dados indica que 90% da força de trabalho cativa era alocada na elaboração de aguardente, rapadura e açúcar* (GODOY, pág. 533).

As fazendas canavieiras eram unidades produtivas diversificadas, porém, tudo indica que durante o período da safra da cana parte majoritária dos seus escravos estivessem

envolvidos com o beneficiamento do produto⁶⁸. Segundo Godoy, cerca de 1/3 do contingente mancipio da província de Minas Gerais estava dedicado ao trabalho com o cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar. O número total utilizado pelo autor é de 238 mil escravos para toda a província e de 85.075 para todos os engenhos de cana. Desses últimos, 31,5% estavam em fazendas da região Mineradora Central Oeste, proporção não superada por nenhuma outra região.

O apego ao trabalho cativo parece ter sido ainda mais forte em Furquim. Valendo-se apenas dos dados que temos sobre 42 donos de domicílios com engenhos, para o ano de 1838, cerca de 38% dos cativos da freguesia (ou 914) pertenciam a esses proprietários.

A tabela 4.3 foi construída para medir o grau de concentração de escravos entre os proprietários donos de engenhos. Em Furquim, predominavam as médias e grandes fazendas escravistas envolvidas com o negócio canavieiro.

Tabela 4.3
Distribuição da posse de escravos entre os domicílios com engenhos.
Furquim (Ponte Nova). 1838

Posse	Domicílios com engenhos	%	Número de escravos	%	Tamanho médio do plantel
0	2	5	0	0	0
1 – 5	5	12	16	2	3,2
6 – 10	8	19	67	7	8,3
11 – 20	14	33	205	22	14,6
21 – 30	2	5	55	6	27,6
31 +	11	26	571	63	51,8
Total	42	100	914	100	22,8

Fonte: Listas nominativas de habitantes. 1838.AHCMM. CEDEPLAR/UFMG. Relação de Engenho e Casas de Negócio. 1836. APM.

⁶⁸ Segundo Godoy, em parte das fazendas com cultivo e transformação de cana a fabricação dos derivados era atividade restrita a poucos meses do ano, em outro extremo, os engenhos com safra longa funcionavam durante quase todo o ano (GODOY, 2004 B. p. 533).

Dos 42 domicílios selecionados somente dois não possuíam escravos, enquanto que 5 deles não ultrapassaram a quantia de cinco cativos. Enquanto que, como vimos no capítulo 2, as posses maiores que 11 escravos correspondiam a não mais que 15% dos domicílios escravistas de Furquim, entre os donos de engenho essa proporção chegou a 64%.

Dessa forma, não é estranho que 91% de todos os escravos apareçam entre as fazendas com mais de 11 escravos. Além disso, 571 cativos, ou 63%, estavam presentes nos 11 domicílios que reuniam mais de 31 escravos. A dependência predominante do trabalho escravo e a concentração dos mesmos em médios e grandes plantéis foram as principais marcas das unidades canavieiras.

O número médio de escravos por engenho de cana em toda a província de Minas Gerais foi de 20,5. Na região Mineradora Central Oeste foi de 25,2 e entre os engenhos escravistas de Furquim a média foi de 22,8 cativos por domicílios.

A concentração de escravos nas fazendas canavieiras de Furquim atesta a importância da região como centro produtor, beneficiador e comercializador da cana-de-açúcar. Portanto, caracteriza o setor canavieiro como um dos principais meios de geração de riqueza e definidor das hierarquias locais.

É óbvio que nem todos os engenhos eram grandes unidades escravistas, como demonstra a própria tabela 4.3, e nem todos os proprietários eram membros da elite prestigiada. Porém, os indicadores demográficos e econômicos apontam para profundas semelhanças entre a característica dos donos de engenhos e a elite sócio-econômica da freguesia de Furquim, sobretudo pelos resultados do capítulo 2. A maior parte dos casos era de agricultores, homens, brancos, casados, donos de plantéis com mais de 11 escravos e com idade média de 52 anos.

A tabela 4.4 traça o perfil dos 42 chefes de domicílios identificados a partir do cruzamento da Relação de Engenhos de 1836 e das listas de habitantes de 1838.

Tabela 4.4
Ocupação e informações demográficas dos chefes de domicílios com engenhos.
Furquim (Ponte Nova). 1838

Ocupação	Homens	Mulheres	Branco	Pardos	Casados	Solteiros	Viúvos	Total
Agricultor	29	4	24	9	23	4	6	33
Carpinteiro	2	0	1	1	1	0	1	2
Tropeiro	5	1	2	4	4	1	1	6
Empregado	1	0	1	0	0	1	0	1
Totais	37	5	28	14	28	6	8	42

Fonte: Listas nominativas de habitantes. 1838.AHCMM.CEDEPLAR/UFMG. Relação de Engenho e Casas de Negócio. 1836. APM.

A maior parte deles era agricultores (33), brancos (28) e casados (28). Existiam ainda aqueles que, mesmo tendo a agricultura e o beneficiamento da cana como atividade econômica permanente em suas propriedades, foram listados com outras ocupações. Foram encontrados 2 carpinteiros e 6 tropeiros, dos quais 3 eram brancos e 5 eram pardos. Para esses, talvez a produção de derivados de cana tenha sido uma opção de diversificação de suas atividades econômicas, principalmente no caso dos tropeiros, profissão intimamente ligada à produção agropecuária e carpinteiros, atividade ligada à fabricação e manutenção de engenhos e enghocas⁶⁹.

A produção e o comércio, sobretudo da aguardente, atraiu não somente os membros da elite branca prestigiada, mas pequenos proprietários também viam no negócio oportunidade de enriquecimento. O tropeiro, pardo, Felício Pacheco foi listado entre os donos de engenho movidos por bois no ano de 1836. Dois anos mais tarde ele apareceu na lista nominativa de

⁶⁹ A ocorrência de 1 chefe de domicílio listado como “empregado” refere-se à fazenda do presidente da província Inácio de Melo e Souza, proprietária absenteísta.

Ponte Nova, dono de 4 escravos africanos adultos. Felício Pacheco contava ainda com o auxílio de 2 agregados, funcionários do sítio. A correlação da atividade de tropeiro com a agricultura de transformação pode ter sido um caminho promissor, pois, a julgar pela média de idade média dos grandes escravistas da região (52 anos), o tropeiro ainda teria um longo caminho a trilhar, a partir dos seus 32 anos.

José Rodrigues dos Reis conseguiu colher bons frutos dessa diversificação de investimentos. O tropeiro, pardo, dono de 1 engenho hidráulico manteve, pelo menos por 17 anos, um vasto plantel de escravos. Em 1821 tinha 59 cativos passando para 57, em 1838. Levando-se em conta que o valor do escravo nessa última data era bem mais alto, José Rodrigues estava, provavelmente, entre os homens mais ricos da região.

Dos dois donos de engenhos listados como carpinteiros, um deles era José Freitas Guimarães. Proprietário de um engenho de bois, ele tinha também 4 escravos africanos adultos. A mão-de-obra livre também esteve presente em sua propriedade que contava com 3 de seus filhos e 1 agregado, todos listados como carpinteiros. Tudo indica que o núcleo familiar, juntamente com escravos, além da agricultura, vivia da fabricação e da manutenção de equipamentos agrícolas, principalmente de engenhos. Nem todas as propriedades tinham o trabalhador capacitado para tais tarefas, abrindo um campo para atuação de sitiantes e agregados vizinhos às grandes fazendas.

Como demonstramos no capítulo 3, a diversificação econômica poderia oferecer oportunidades a uma camada intermediária da sociedade. Homens e mulheres que estavam entre os grupos mais pobres, dependendo da conjuntura, poderiam ter acesso à pequena posse de escravos. Porém, essa não era a característica principal dos donos de engenho da freguesia de Furquim. Esses proprietários estavam, via de regra, entre os maiores escravistas, configurando a verdadeira elite social, política e econômica da região. Pelo cabedal de suas

posses e a aproximação com os centros administrativos (Mariana e Ouro Preto) poderíamos inferir, inclusive, que eles fizessem parte da elite política da província.

A trajetória das maiores propriedades escravistas da freguesia, no segundo quartel do século XIX, demonstrou a estreita relação da riqueza, do poder e do prestígio com o investimento no negócio canavieiro. É o que revela a tabela I – anexo, capítulo 4 – que apresenta: o nome, o cargo ou patente militar, a cor, a localidade, a propriedade de escravos em diferentes datas, além da posse de engenhos e *seus motores*. Para a elaboração da tabela foram selecionados os 23 maiores proprietários de escravos da freguesia, considerando três conjuntos de listas de habitantes. Com exceção de 3 casos, todos os proprietários tinham mais que 30 escravos, o que os coloca no reduzido grupo de 5% de todos os domicílios escravistas da freguesia e 26% dos donos de engenho.

A relação do afortunamento com a transformação agro-industrial da cana é bastante nítida na tabela. Ou seja, 17 dos 23 maiores donos de escravos foram listados na relação de engenhos de 1836. E ainda, todos os proprietários de engenhos movidos por água (equipamento mais sofisticados) aparecem no quadro. Além disso, todos os donos de engenhos identificados com patentes militares ou cargo administrativo também foram arrolados. Isto indica que além de confirmar a relação engenho/riqueza, a pequena amostra selecionada é, de fato, representativa dos grandes escravista e homens de prestígio da região.

Em síntese conclusiva do perfil das atividades agro-açucareiras em Minas Gerais, sobretudo para o século XIX, Godoy afirma que

A destacada frequência de certas categorias sociais, como mulheres identificadas com o distintivo “dona”, homens com altas patentes na guarda nacional e clérigos, indicaram que a propriedade de engenhos em Minas estava reservada, ao menos no que se refere às grandes unidades, a indivíduos de elevados estratos sociais (GODOY, 2004. p. 562).

Homens poderosos, proprietários de vastas escravarias foram apontados por Andréa Lisly Gonçalves (GONÇALVES, 2004) e Francisco Andrade (ANDRADE, 1998) como os principais líderes políticos locais, os chamados potentados. Em 1831, estourou no distrito de Santa Rita do Turvo, termo de Mariana, uma sedição de caráter restauracionista liderado, entre outros, por militares de alta patente na guarda nacional, autoridades municipais e distritais, além de contar com a participação de homens pobres. O principal líder dos “vivas” a D. Pedro I era Manoel José Esteves de Lima, lavrador listado como proprietário de engenho no distrito de Ponte Nova⁷⁰.

A estreita relação do negócio canavieiro com a riqueza, a influência política e o prestígio social parecem se confirmar com a análise qualitativa de alguns donos de engenhos.

O desembargador, presidente da província de Minas Gerais, Manoel Inácio de Melo e Souza teve sua propriedade identificada em quatro situações. Durante o período abordado pela pesquisa ele foi o maior proprietário de escravos da freguesia. Em 1821 tinha 81 escravos, passou a 131, dez anos depois, e em 1838 tinha 90 cativos em seu domicílio. Melo e Souza possuía engenho movido por água em sua propriedade que era administrada por empregados. O crescimento do número de escravos no ano de 1831 deveu-se à forte inserção de africanos até o final da década de 1820.

Semelhante movimento de ampliação da escravaria em 1831 foi experimentado pelas propriedades de D. Teresa Perpétua de Jesus e o Capitão Mor João Carvalho de Sampaio. Esse último, dono de engenho hidráulico, também se manteve como um dos maiores escravistas da região, no segundo quartel do século XIX.

⁷⁰ Os acontecimentos de 1831 precederam um grande movimento, também de caráter restauracionista que atordoou a capital da província em 1833. A chamada *Revolta do Ano da Fumaça* e o perfil sócio-econômico dos envolvidos foram estudados de forma detalhada por Andréa Lisly Gonçalves. Ver GONÇALVES, 2004.

Entre os 17 anos de interstício das listas nominais de habitantes, alguns proprietários perderam escravos outros ganharam. É evidente que não é somente a posse de escravos e o número deles que define a riqueza. Porém, já sabemos que esse item era o de maior valor na distribuição dos bens dos proprietários de Furquim (veja o tópico 3.2). Entre os 23 grandes escravistas da tabela I – anexo, capítulo 4–, 8 não foram arrolados em mais de uma lista, 10 ganharam ou mantiveram o número de escravos e 6 deles perderam cativos. Levando-se em conta que o preço médio do escravo saudável passou de cerca de 150\$000 para 400\$000⁷¹ no período analisado percebe-se que as grandes unidades agropecuárias da região, sobretudo aquelas que se envolviam com o negócio canavieiro, tiveram forte potencial de acumulação. Pois, mesmo com o crescente peso da reprodução natural nos plantéis, os grandes proprietários é que tiveram possibilidade de recorrer à compra de cativos no mercado interno, no período de restrição do tráfico internacional.

As dificuldades de acesso à mão-de-obra escrava, por conta da alta dos preços, não parece ter afetado os fazendeiros de prestígio, mas sim aos setores intermediários e mais pobres da economia local⁷². Ainda de acordo com a tabela I – anexo, capítulo 4 –, mesmo aqueles que perderam em número de escravos não deixaram de figurar entre os grandes escravistas da região.

O caso mais emblemático é o do lavrador Antônio Martins Silva, proprietário de 10 escravos africanos e 46 crioulos no ano de 1821. Já na listagem de 1831 aparece com 7 africanos e 47 crioulos. O Juiz de paz de Furquim informou, em 1836, que o fazendeiro, agora listado como alferes, detinha “*engenho de agoas com lambique*”. Dois anos mais tarde, sua propriedade foi novamente listada, agora com 3 africanos e 47 crioulos. No ano de 1850, o

⁷¹ O aumento no preço do cativo entre 1831 e 1838 pode ser verificado em BERGAD, 2004, p. 245.

⁷² O processo de diminuição proporcional dos domicílios escravistas, identificado no capítulo 2, corrobora a hipótese da concentração da mão-de-obra cativa entre os médios e grandes proprietários.

dono da *Fazenda do Bom Retiro* faleceu deixando uma riqueza total de 24:086\$940. O que mais chama a atenção na trajetória do alferes é a impressionante manutenção de 50 escravos, na listagem dos bens inventariados.

A prosperidade dos negócios de Antônio Martins esteve intimamente ligada ao beneficiamento da cana. A *Fazenda do Bom Retiro* tinha 250 alqueires de terras de cultura que fornecia a cana para o beneficiamento. Entre as benfeitorias destacam-se: *engenho da cana movido por água com oito formas de purgar, moinho corrente, monjolo, engenho de serra e alambique*. A estrutura da propriedade se completava com *um paiol coberto de telhas*, para armazenar a produção, e *umas senzalas com uma pequena casa de sobrado*.

Pelo menos entre os 29 anos que separam a confecção das listas nominativas de habitantes de 1821 e a abertura do inventário dos bens do lavrador (1850), foi conservado um belo patrimônio advindo das atividades agropecuárias. Esse exemplo somado a outros casos de crescimentos e manutenção da escravaria revela a estabilidade e rentabilidade do negócio agrícola, na primeira metade do século XIX.

O investimento no negócio agrícola era o principal fim dos esforços dos homens e mulheres ricos da freguesia de Furquim. Embora em outras localidades mineiras, como a sede do município de Mariana, o comércio tenha sido um importante meio de enriquecimento, em Furquim, a atividade rural garantiu a continuidade e reprodução das fortunas. Nos três últimos casos analisados pela tabela I – anexo, capítulo 4 – foram identificados herdeiros de grandes escravistas do distrito de Ponte Nova. Em todos eles, mesmo quando houve divisão dos bens no processo de inventário, as famílias continuaram figurando entre os maiores donos de escravos na região.

Francisco Isidoro Pereira de Toledo, capitão mor, lavrador, dono de engenho em Ponte Nova, tinha 85 escravos em 1821. De acordo com o inventário de seus bens, 6 anos depois,

possuía 48 escravos e uma importante fortuna dividida entre terras, benfeitorias, animais etc⁷³. Dois de seus herdeiros foram encontrados na lista de habitantes de 1838. Ubaldo José Pereira, filho de Francisco Isidoro, era lavrador dono de 13 escravos e o alferes Nepomuceno Dias Bicalho, seu genro, também era lavrador dono de 24 escravos. A partilha parece ter dividido os bens, porém, o fato dos domicílios serem vizinhos pode sugerir que a propriedade permanecia unida. De qualquer forma, a soma dos escravos dos herdeiros chegou a 47 indivíduos e o motor gerador da riqueza da família continuava na atividade agrícola.

Caso semelhante ocorreu com os irmãos Manoel e Francisco Luís Borges que herdaram de Bento Luís Borges uma pequena fortuna, após o seu falecimento no ano de 1822. Cerca de 16 anos depois o primeiro apareceu listado como lavrador e dono de 29 escravos, enquanto que o segundo era detentor de apenas 6 crioulos. Os herdeiros e vizinhos, de acordo com a lista de habitantes, reuniam 35 escravos crioulos, plantel significativo e ainda maior do que aquele deixado por Bento Luís⁷⁴.

Em 1838, D. Ana Joaquina, herdeira e filha mais velha do casal Miguel Martins Chaves (tenente coronel e dono de engenho) e Ana Francisca Constança da Rocha, chefiava o domicílio/propriedade onde vivam os seus irmãos (entre eles Miguel Martins Chaves, o filho), 9 agregados e 46 escravos. O lavrador e tenente coronel havia falecido no ano de 1826 e legado, entre outros bens, 54 cativos. Embora não se saiba os destinos da riqueza da família, o fato é que, pelo menos os 12 anos que separaram o falecimento de Miguel Martins e a lista de habitantes não foram suficientes para dissipar sua fortuna construída em vida.

É bem verdade que o parco espaço de tempo abarcado pelas reconstituições e a lamentável ausência de dados para muitos proprietários não nos permitem fazer ilações

⁷³ O monte-mor do inventário de Francisco Isidoro Pereira somou 10:656\$877

⁷⁴ Bento Luís Borges deixou 28 escravos e uma fortuna avaliada em 3:140\$600.

definitivas sobre a evolução das fortunas e/ou heranças familiares. Porém, os indícios de estabilidade das fortunas, principalmente em escravos, sugerem restrita margem de oscilações da riqueza familiar. Homens de prestígio e sua gama de alianças sociais e familiares dominariam, pelo menos nessa área rural, a cena social, política e econômica.

Segundo Sheila de Castro Faria, os filhos dos afortunados da agricultura fluminense, no final do século XVIII, dificilmente conseguiam repetir o grau de riqueza de seus pais. A tese do *Pai taverneiro, filho barão e neto mendicante* refere-se ao enriquecimento de comerciantes que investiam no negócio agrícola, além de encaminhar seus filhos para casamentos em famílias da aristocracia rural. De acordo com a argumentação da autora, a segunda ou terceira geração das famílias de fazendeiros, ex-comerciantes bem sucedidos, não manteria a reprodução de suas riquezas (FARIA, 1998, p. 194).

Todavia, a estabilidade das atividades agropecuárias, pelo menos até meados do século XIX, e a cultura de preservação do patrimônio, através das estratégias de partilha e endogamia, podem ter garantido às famílias ricas mineiras a manutenção da fortuna no tempo. O estabelecimento de uma hierarquização social pautada na propriedade de terras e escravos, na endogamia e na busca por destaque social, através de cargos, patentes e honrarias foi destacado por Carla Almeida ao estudar o universo dos *homens bons* de Minas Gerais, nos fins do período colonial (ALMEIDA, 2002, p. 262).

Vale lembrar que a hierarquização social herdada dos tempos coloniais não impediu as possibilidades de mobilidade sócio-econômica, sobretudo nesse período de expansão agrícola e conseqüente ampliação das oportunidades. No entanto, talvez as maiores possibilidades de fluência estivessem entre as camadas heterogêneas (os setores mais pobres, pequenos escravistas e sitiantes).

Foram incomuns os casos em que indivíduos advindos de grupos sociais menos prestigiados conseguiram enriquecer e figurar entre os homens e mulheres de boa consideração. Destaca-se na tabela I – anexo, capítulo 4 – dois tropeiros presentes entre os maiores escravistas da freguesia, ambos donos de engenhos de água, um deles pardo, proprietário de mais de 50 escravos. Tudo indica que o período de explosão das atividades agropecuárias, sobretudo a canavieira, tenha favorecido a ascensão daqueles que se dedicavam às atividades de transporte e comércio. Um deles apareceu na lista de 1821 como proprietário de apenas 4 escravos. Em 1838, Antônio José de Souza Guimarães teve listado no seu domicílio 86 escravos, provavelmente trabalhadores da agricultura, parte da alocação de seus recursos, concentrados majoritariamente na atividade usurária. O enriquecimento do negociante foi confirmado no inventário de seus bens nos anos de 1852 que reunia a rara fortuna de 102:184\$131 (cento e dois contos e cento e oitenta e quatro mil e cento e trinta e um réis).

4.2 Trabalhadores Polivalentes

A diversificação produtiva e econômica das propriedades mineiras, já identificada ao longo da pesquisa, exigiu uma larga versatilidade no que diz respeito às habilidades dos trabalhadores. Nas fazendas, sítios, nas atividades manuais ou no comércio, homens e mulheres, livres ou escravos demonstravam polivalência no cotidiano do trabalho.

As listas de habitantes, na grande maioria das vezes, traziam somente a ocupação do chefe do domicílio. Escravos, familiares e agregados ligavam-se à atividade econômica atribuída ao chefe, dando ao item “ocupação” um significado maior do que uma simples

profissão e sim da referência garantidora da sobrevivência do domicílio⁷⁵. Isto se confirma para áreas rurais, como Furquim, onde a ocupação de lavrador foi majoritária entre os (as) chefes de domicílios. No entanto, somente a ocupação do chefe não indica todas as atividades desenvolvidas na unidade produtiva. Como vimos através da análise dos inventários, uma série de atividades era realizada no interior das propriedades: a criação de animais, a tecelagem, fiação, a forja de ferro, a cultura de hortaliças, a plantação de milho, feijão, arroz, café, cana, além da produção de farinha, rapadura, açúcar e aguardente.

No distrito sede da freguesia de Furquim, as listas de habitantes do ano de 1831 são mais completas. Elas trazem a ocupação de parte dos moradores livres e escravos dos domicílios.

A tabela 4.5 demonstra a porcentagem das ocupações mais comuns dos indivíduos, de acordo com o tipo de domicílio, classificado pela propriedade ou não de escravos.

Tabela 4.5

Porcentagem da ocupação dos trabalhadores livres e escravos em relação ao tamanho da posse de escravos somente no distrito sede da freguesia de Furquim. 1831*

Posse	Fiação/ Tecelagem	Lavrador	Trabalhador	Tropeiro/ transporte	Outros
Pop. livre					
0	55%	12%	5%	3%	25%
1 à 5	43%	21%	00%	5%	31%
6 +	37%	22%	00%	00%	43%
Pop. escrava					
1 à 5	34%	20%	20%	8%	18%
6 +	16%	16%	50%	00%	18%

Fonte: Listas nominativas de habitantes. 1838. AHCM. CEDEPLAR/UFMG. Relação de Engenho e Casas de Negócio. 1836. APM.

⁷⁵ Sobre a análise das listas de habitantes ver PAIVA, 1996 e GODOY, 2004

* Total de 573 escravos (500 com ocupação declarada) e 943 livres (689 com ocupação declarada)

Como se pode observar, os moradores livres estavam majoritariamente ocupados com ofício de fiar em quaisquer das categorias domiciliares, porém, é entre moradores de domicílios sem escravos que esse grupo ocupacional se destaca ainda mais. Semelhante aos dados apresentados para os chefes de domicílios (ver capítulo 2), aqui também nota-se que para os mais pobres, a coexistência da fiação e da agricultura foi a principal saída para a sobrevivência. Entre os domicílios dos proprietários de escravos foi maior a importância proporcional daqueles indivíduos identificados como lavradores, ao passo que diminuem as fiandeiras. Tropeiros e trabalhadores do transporte, como candeeiros e arrieiros, apareceram com mais frequência entre os não proprietários e donos de até 5 escravos. Os outros moradores dos domicílios furquienses estavam distribuídos entre uma enorme diversidade de ocupações.

Entre os escravos, ainda conforme a tabela 4.5, foi mais comum a ocorrência de fiandeiras para as pequenas propriedades, mostrando que nos domicílios mais simples era comum o emprego de escravos em atividades artesanais. Já entre os escravos de sítios e fazendas mais consolidados com 6 ou mais cativos, 50% foram identificados apenas como “trabalhador”. Essa categoria se aplica, provavelmente, a trabalhadores de unidades produtivas diversificadas, ou seja, ao indivíduo que não tinha função específica na lide agrícola. Exemplar é o caso da propriedade de Joaquim José de Oliveira que teve os seus 17 escravos listados como “trabalhador”. Ele era proprietário de terras minerais, terras de cultura, engenho, animais de corte e loja de fazenda seca, o que nos sugere que seus cativos poderiam estar ligados à variada gama de atividades que o negociante se envolvia.

Além de serem trabalhadores polivalentes, os escravos e livres se dedicavam a atividades que exigiam conhecimento e habilidade. Isto se aplica tanto às unidades familiares quanto às escravistas.

A escrava Domiciana era fiandeira, a escrava Maria era cozinheira e o escravo africano Manoel era arrieiro. Todos conviviam com os livres Amaro, também arrieiro, Isidora, também fiandeira e Dona Fortunata, costureira e esposa de Simão José de Farias, chefe do domicílio, listado em 1821 como lavrador e em 1831 como comerciante. A diminuta posse de cativos e a coincidência da ocupação entre esses e os membros do núcleo familiar revelam não somente a versatilidade do aproveitamento de trabalhadores, mas também a provável proximidade cotidiana. Simão José de Farias faleceu em 1833, quando foram arroladas as posses de animais e instrumentos da lide agrícola como machados, foices e enxadas, apesar de residir no arraial.

O viajante Saint Hilaire, a respeito de suas passagens por Minas Gerais mencionou repetidas vezes o fato de que escravos e pessoas livres se misturavam em locais públicos e no ambiente de trabalho: (...) *os habitantes dos campos aplicam-se à agricultura. Trabalham com seus negros e passam a vida nas plantações, no meio dos animais, e seus costumes tomam, necessariamente algo da rusticidade das ocupações*⁷⁶. Diferente dos proprietários da mineração que somente se dedicavam a fiscalizar o trabalho dos escravos, os mineiros da agropecuária foram elogiados pelo viajante *por não se envergonharem de trabalhar* e o fazerem lado a lado com seus cativos. Semelhante “brandura” na relação entre senhor e escravo foi detectada por Saint Hilaire em outras regiões em que predominavam as atividades agropecuárias voltadas para o abastecimento.

⁷⁶Apud. VERSIANI, Flávio Rabelo. *Os escravos que Saint Hilaire viu*. História econômica & História das empresas. N 3. V 1. p. 7-42. 2000.p. 16.

Citando casos de São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul e principalmente Minas Gerais, o viajante francês testemunhou estreita semelhança no cotidiano de livres e escravos, inclusive nas condições de moradia. Afirmou que as moradas dos proprietários eram *simples choupanas e casebres* muito semelhante às instalações de seus escravos⁷⁷.

Nas grandes fazendas dos ricos engenheiros da freguesia de Furquim, os escravos também se especializavam em atividades necessárias ao funcionamento logístico da propriedade. Como referido acima o presidente da província Manoel Inácio de Melo e Souza possuía 131 escravos em 1831. Alguns deles foram identificados com ocupações específicas, conforme a tabela 4.6.

Tabela 4.6
Ocupação dos escravos da propriedade de Manoel Inácio de Melo e Souza.
Furquim (sede). 1831.

Lavradores	Fiand. e rendeira	Trab.	Carpint.	Candeeiro e arrieiro	Costur	Alfaiate	Ferreiro	barbeiro
21	17	5	3	4	2	1	1	1

Fonte: Listas nominativas de habitantes. 1831. AHCMM. CEDEPLAR/UFMG. Relação de Engenho e Casas de Negócio. 1836. APM.

Dos escravos de Melo e Souza que tiveram a ocupação indicada, 21 eram lavradores. Esses e outros que não foram listados se envolviam na lavoura de diversos produtos e, provavelmente, no beneficiamento da cana também. Entre as outras ocupações listadas não aparecem empregados ou escravos com a especialidade ligada à transformação da cana. Segundo Marcelo Godoy, as unidades produtivas mistas se caracterizavam pela sazonalidade na fabricação de derivados de cana, sendo a maior parte do ano ocupado com o cultivo de outros produtos (GODOY, 2004. p. 06).

⁷⁷ Apud VERSIANI, 2000, p. 36.

Ainda de acordo com a tabela 4.6, 2 escravas eram rendeiras e 15 eram fiandeiras. Apesar das poucas informações sobre o caráter comercial ou doméstico dessa atividade, é sugestiva a hipótese de que se voltavam para atender a demanda de tecidos da própria fazenda. Os arrieiros e candeeiros listados eram escravos envolvidos com o transporte da produção. As outras atividades ocupadas por escravos estavam ligadas ao funcionamento da unidade produtiva, sobretudo, as de carpinteiro e ferreiro. Esses profissionais eram imprescindíveis para a manutenção de equipamentos como moinhos, monjolos e engenhos, além dos carros de transporte, ferraduras de animais, formas de purgar etc.

Na propriedade de Manoel Inácio de Melo e Souza todos os serviços eram realizados por escravos. Os trabalhadores livres agregados à fazenda eram administradores. Dessa forma, a mão-de-obra cativa era utilizada não somente em trabalhos mais rústicos, como já se pensou, mas em postos que exigiam habilidade e versatilidade. Porém, não eram raros os casos em que escravos e agregados das grandes fazendas conviviam realizando as mesmas tarefas. Na fazenda do já referido Antônio Martins Silva, dos seus 54 escravos, em 1831, 16 eram fiandeiras. No mesmo domicílio moravam 13 agregados, dos quais 6 também eram fiandeiras.

Os moradores livres dos domicílios furquienses eram, em sua maioria, filhos ou parentes dos chefes. Em 1838, apenas 12,8% da população livre de Furquim eram agregados dos domicílios. Além disso, a agregação parece ter sido mais comum para as grandes unidades produtivas, onde se exigia a presença de empregados. Se considerarmos, como já foi visto, que os donos de engenho eram os mais ricos e maiores escravistas da região poderemos analisar a participação da agregação nessas unidades. A tabela 4.7 informa alguns dados demográficos da relação dos indivíduos livres com os chefes de domicílios.

Tabela 4.7**Relação das pessoas livres nos domicílios com engenhos. Furquim (Ponte Nova). 1838**

Relação	Homens	Mulheres	Brancos	Não Brancos	Casados	Solteiros	Viúvos	Total	%
Chefes	38	04	28	14	28	06	08	42	13
Cônjuges do chefe	00	28	19	09	28	00	00	28	09
Filhos do chefe	81	68	105	44	03	145	00	149	46
Agregados (as)	58	35	29	64	23	67	03	93	29
Sem Informação	04	05	03	06	00	09	00	09	03
Total	181	139	184	131	76	233	11	321	100

Fonte: Listas nominativas de habitantes. 1838. AHCMM. CEDEPLAR/UFMG. Relação de Engenho e Casas de Negócio. 1836. APM.

Diferente da participação na totalidade dos domicílios, aqui os agregados correspondem a 29% da população livre. É óbvio que os 92 agregados (média de 2,2) nem se aproximava da quantidade de escravos (914, média de 22,8), pois, as unidades engenheiras eram quase todas escravistas (somente 2 não possuíam escravos). Porém, a destacada proporção de agregados entre os livres revela que não era entre as chamadas unidades camponesas que a agregação tinha importância, mas sim em propriedades escravistas, onde os mesmos complementavam o trabalho escravo, e não o inverso.

Ainda de acordo com a tabela 4.7, a maior parte dos agregados era de homens (62%), não brancos (69%) e solteiros (73%). Para muitos desses homens que ainda não havia formado família e que não tinham acesso a terra, trabalhar a jornal ou viver agregado a uma grande fazenda eram as alternativas de sobrevivência. Muitas vezes, sobretudo para ex-escravos e seus descendentes, essa condição representava uma aproximação tênue com o cativo. Por

isso, o casamento, o acesso a um pedaço de terra e ao trabalho cativo eram os maiores objetivos da *arraia miúda* do mundo rural mineiro.

Coincidem com a realidade dos agregados de Furquim, os dados apresentados por Iraci Del Nero da Costa ao pesquisar as diferenças entre proprietários e não-proprietários de escravos. Cerca de 90% dos agregados estavam na segunda categoria, nos dados de Minas Gerais para o início do século XIX. Ou seja, além de não deterem escravos eles eram majoritariamente pardos, pretos, crioulos, homens e solteiros (COSTA, 1992, p. 63).

Os agregados eram indivíduos pobres, dependentes dos grandes proprietários e trabalhavam no funcionamento da unidade produtiva, ou seja, em geral estavam ligados a serviços manuais, transporte e administração das fazendas. A atividade mais comum entre os agregados era a de tropeiro, como nas propriedades de Germano Ribeiro, Joaquim Gomes Barreto, Manoel Gonçalves da Cunha e Joaquim Rodrigues dos Reis, todos donos de fazendas escravistas com engenhos. Na lista nominativa de 1838, outras ocupações foram comuns aos agregados: ferreiro, ourives, carpinteiro, feitor, lavrador, fiandeira, rendeira e cozinheira.

Dessa forma, o emprego do trabalhador agregado em uma variada gama de tarefas nas fazendas, a versatilidade exigida do trabalhador livre das unidades familiares e o trabalho polivalente dos escravos correspondem à diversificação típica das unidades produtivas mineiras⁷⁸.

A diversificação das fazendas e sítios mineiros esteve relacionada à dinamização do mercado interno no período de crescimento das atividades agrícolas do sudeste do Brasil. Zephyr Frank, ao analisar a distribuição da riqueza em São João e São José Del Rei, atribuiu à dinamização do mercado interno, no início do período imperial, e à difusão de uma rede de

⁷⁸ A hipótese da relação da diversificação produtiva com a versatilidade de trabalhadores livres e escravos foi apresentada por mim em artigo para o II Simpósio Escravidão e mestiçagem: Histórias Comparadas. Ver ANDRADE, 2006.

crédito informal, a diminuição da importância das atividades de subsistência e aumento da participação na economia de mercado em Minas Gerais (FRANK, 2005).

A principal hipótese do autor é de que parte do Sudeste brasileiro teve capacidade substancial para o crescimento econômico e acumulação de capital sem o recurso à inovação tecnológica ou maior ao incremento de capital⁷⁹. Como isto se daria? Segundo Frank, as oportunidades ofertadas pelo mercado e pela rede de créditos podem ter estimulado as unidades produtivas, familiares ou escravistas, a alocarem seus bens mais eficientemente e explorado o trabalho de um número maior de seus membros (FRANK, 2004.p. 246). Sendo assim, a dinâmica da organização do trabalho, seja ele escravo ou livre estaria fortemente adaptada às exigências de versatilização e habilidade, de modo que a mão-de-obra fosse aproveitada ao máximo pela unidade produtiva.

4.3 O comércio local em dois espaços: Urbano e Rural

A abordagem da atual pesquisa situada na identificação da estratificação social bem como na definição dos setores camponeses e escravistas esbarrou em diversos momentos no setor do comércio, tributário da economia de abastecimento em Minas Gerais no século XIX. A agropecuária, base econômica da região do Termo de Mariana, foi capaz de gerar um circuito comercial disseminado pelas estradas, arraiais e centros urbanos. O mercado de gêneros alimentícios, bebidas, importados, produtos da transformação industrial doméstica e do crédito serviu como pólo de interligação e interdependência de parte significativa da população: roceiros, fazendeiros, artesãos, vendeiros e ricos negociantes. Dessa forma, torna-

⁷⁹ Tal afirmação acompanha o debate teórico acerca da natureza do crescimento econômico e industrial na Europa e nos Estados Unidos nos séculos XVIII e XIX. Eles estariam mais ligados à dinâmica do mercado e organização da mão-de-obra do que às inovações tecnológicas.

se imperativa a análise da inserção econômica e social daqueles homens e mulheres que de alguma forma mercanciaram pelas ruas, estrada e praças da região.

A atividade comercial em Minas Gerais, sobretudo no século XVIII quando os principais povoados mineiros se formaram em torno da mineração, tem sido alvo de diversas abordagens. As pesquisas mostram que desde os primórdios da ocupação, o comércio volante e fixo de produtos importados e da terra esteve disseminado nas Gerais.

A intensa circulação de mercadorias nos centros urbanos da mineração, a diversificação produtiva e econômica de Minas Gerais propiciou, ao longo do século XVIII, forte acumulação por parte de negociantes. Os grandes comerciantes, apesar da resistência da elite nobiliárquica local, conseguiram inserir-se no universo dos *homens bons* e de prestígio da capitania.

Além da capacidade de acumulação, chama a atenção no setor comercial de Minas o alto número de estabelecimentos e a capilaridade de seu alcance. Essa característica fez do comércio alvo da coroa portuguesa no tocante à tributação e à disseminação da presença metropolitana. Esse ponto foi destacado por Júnia Furtado:

(...) a política tributária não seria somente para aumentar a arrecadação da coroa. O controle exercido sobre comerciantes, ambulantes, lojas e vendas era também forma de reprodução do poder e da interiorização da metrópole na colônia (FURTADO, 1999. p. 201).

No alvorecer dos oitocentos a agropecuária despontava como campo dinâmico da economia mineira e o crescimento do setor trazia consigo forte aumento da circulação de mercadorias e conseqüente prosperidade do setor comercial. Segundo Afonso Graça Filho, em estudo sobre São João Del Rey no século XIX, a agricultura de abastecimento subsidiou o afortunamento de grandes comerciantes naquela cidade, que ao mesmo tempo financiavam a produção. A praça sanjoanense funcionava como centro atacadista, financeiro, usurário e

intermediário dos negócios interprovinciais, sobretudo com a corte do Rio de Janeiro. O ideal nobiliárquico também esteve presente entre os homens que se destacavam no comércio local. Títulos, honrarias, patentes militares e a busca de prestígio social marcaram a elite mercante local (GRAÇA FILHO, 2002).

Diamantina, Ouro Preto, Tamanduá, Sabará e Mariana são exemplos de outras praças mercantis importantes. Elas recebiam, mas também enviavam para outras regiões (tanto dentro quanto fora da província) diversas mercadorias da agropecuária e do setor têxtil local.

As Casas de Negócio, no entanto, não se resumiam àquelas empreendidas pelos grandes lojistas, armazeneiros e vendeiros dos centros urbanos. Havia ranchos e vendas na beira das estradas que atendiam às tropas de viagem, além da movimentação comercial dos arraiais circundados por fazendas e roças produtoras.

De acordo com os mapas das Relações de Casas de Negócio de 1836 havia 6596 estabelecimentos em Minas Gerais. Os dados apresentados por Marcelo Godoy estimam um número de 9,1 estabelecimentos por mil habitantes. A região Mineradora Central Oeste possuía 30% de todos esses empreendimentos e uma média de 11,8 negócios por mil habitantes. A diversificada rede urbana da região e a produção de alimentos, principalmente de aguardente, explicam o vigoroso mercado local (GODOY, 2004, p. 321).

Os distritos que compunham o imenso território pertencente ao termo de Mariana, ainda em meados de 1830, detinham parte considerável do comércio fixo da província. Cerca de 11,5% das casas comerciais foram listados nesta região⁸⁰ (PAIVA e GODOY, 1992). Se considerarmos os dados de Godoy para a região Mineradora Central Oeste, essa proporção

⁸⁰ Os dados que consideram a divisão regional por município foram apresentados em pesquisa anterior de GODOY e PAIVA em artigo do ano de 1992. Na ocasião foram registrados 4531 Casas de Negócio (GODOY e PAIVA, 1992, p. 38). Já nos dados apresentados na tese de doutorado de Marcelo Godoy esse número passou para 5039 registrados e 6596 estimados.

chega a 35,3%. Como adiantamos no tópico 4.1, essa concentração de estabelecimentos comerciais parece está relacionada com a vocação dos distritos que compõem o município para a produção e o consumo de aguardente.

Os juizes de paz dos distritos de Furquim e Ponte Nova listaram 16% das casas comerciais do município (ou 84, tabela 4.8). A maior parte delas correspondia por pequenos estabelecimentos especializados na venda de aguardente. Caso semelhante ocorria com o distrito da cidade de Mariana, porção urbana do termo, onde o comércio era mais movimentado e gerava mais riqueza (possuía sozinho 18% - ou 94, tabela 4.8 - das casas comerciais do município), porém também tinha a maior parcela dos seus estabelecimentos dedicados ao comércio aguardenteiro.

A tabela 4.8 mostra a participação dos tipos de estabelecimentos em cada distrito abordado pela pesquisa.

Tabela 4.8

Relação das Vendas e Casas de Negócios. Furquim, Ponte Nova e Mariana. 1836.

Estabelecimento	Furquim*	Ponte Nova	Mariana
Espíritos importados e da terra	07	19	33
Fazendas seca	01	15	16
Aguardente simples	28	14	45
Total	36	48	94

Fonte: Relação de Engenhos e Casas de Negócio. Furquim e Mariana. 1836. APM.

* Arraial sede da freguesia

Em geral, os estabelecimentos que comercializavam os gêneros importados e da terra (gêneros alimentícios e bebidas produzidos na região) era o comércio de “molhados” ou armazéns e vendas. Os produtos vendidos eram *líquidos, comestíveis e o que não se veste, como azeite, o vinho, tintas, carne seca, pólvora e milho*. Enquanto que as lojas de fazendas

secas vendiam *tecidos, bem como artigos de vestuário, livros, instrumentos musicais, utensílios domésticos, peças em metal, louças, especiarias, objetos de armarinho, papelaria, etc* (GRAÇA FILHO, 2002.p. 61-62).

A divisão apontada acima, porém, não corresponde à exata alocação dos produtos comercializados. Embora a tipificação tenha sido esboçada pelos juízes de paz nas Relações de Casas de Negócio, o próprio documento informa a diversificação dos empreendimentos. As lojas de fazendas secas também repassavam aguardente e todo tipo de víveres locais e importados. Das 15 lojas listadas em Ponte Nova, apenas uma delas vendia somente fazendas secas. O estabelecimento de Cypriano Ferreira da Silva, por exemplo, comercializava *molhados do paiz, importados e fazendas secas*. As vendas e os armazéns, esse último em maior diversidade, traziam todo o tipo de produtos. Em síntese dos dados compilados das casas comerciais de toda a província de Minas Gérias, Godoy também identificou uma diversificação de mercadorias em todos os tipos de estabelecimentos (GODOY, 2004, p. 325).

Júnia Furtado, abordando o comércio nas Minas Gerais setecentistas, sugeriu que *a maior diferenciação entre lojas e as vendas parece ter sido pela magnitude e localização do estabelecimento comercial e nem tanto pelos estoques que vendia* (FURTADO, 1998, p. 240). Para a autora, as lojas estariam localizadas dentro do perímetro urbano, atendiam no atacado e no varejo e tinham como proprietários a elite do comércio local. Já as vendas estariam nos morros e pertenceriam a pobres comerciantes.

Na primeira metade do século XIX, em São João Del Rey, os donos de armazéns e lojas compunham a diminuta e enriquecida elite mercantil (GRAÇA FILHO, 2002, p. 64). Os dados referentes à riqueza dos comerciantes, cotejados para Mariana, analisados a diante, apresentam a mesma tendência.

Por hora, cabe registrar os dados da tabela 4.8. Unindo os dados dos arraiais de Furquim e Ponte Nova, havia na freguesia 16 lojas de fazendas secas, 42 vendas de aguardente e 26 armazéns de espíritos importados e da terra. Em Mariana foram listadas 16 lojas de fazendas secas, 45 vendas de aguardente simples e 33 armazéns de espíritos importados e da terra. Entre estes aparecem as vendas de estrada, como o estabelecimento de Francisco da Silva Dutra, em Furquim, que *tem negocio a beirada da estrada. Agoa Ardente simples e espíritos enportados*⁸¹.

A compreensão do funcionamento do comércio, suas nuances, de acordo com a localização (urbano e rural) e sua contribuição para a estratificação social exigem análise atenta do perfil sócio-demográfico e econômico dos proprietários negociantes.

As características do setor comercial de Furquim guardaram diferenças especiais àquelas encontradas para Mariana. Na primeira localidade, o comércio nem sempre era atividade nuclear nos negócios do proprietário e os estabelecimentos dos arraiais funcionavam como uma extensão da produção das fazendas e sítios da região. A semelhança dos indicadores demográficos dos negociantes com os setores mais pobres da sociedade indicam restrita e concentrada oportunidade de acumulação.

Já para o caso de Mariana, a maior parte dos comerciantes provavelmente vivia somente, ou principalmente, do comércio. Aqui o setor parece ter tido uma importância muito maior, funcionando, não apenas como centro de trocas da produção regional, mas também como centro atacadista e usurário. Destaca-se para Mariana a ocorrência de uma elite que enriquecia através das trocas, empréstimos e vendas a prazo.

Para alcançarmos o perfil demo-econômico desses homens e mulheres recorreremos à metodologia experimentada no tópico 4.1, onde foram identificados os donos de engenhos nas

⁸¹ Relação de Engenhos e Casas de Negócio. Furquim. Código 6107. SPPP/6 – D44

listas nominais de habitantes. A mesma documentação foi utilizada para selecionar os donos de estabelecimentos comerciais nas duas localidades comparadas⁸².

Em Furquim, dos 84 estabelecimentos foram encontrados 39 proprietários na lista nominal de habitantes de 1838. Já para Mariana foi utilizada a lista nominativa de 1831, mais completa⁸³, e encontrados 46 dos 94 negociantes relacionados pelo juiz de paz.

As tabelas 4.9 e 4.10 relacionam a ocupação com os indicadores demográficos dos comerciantes.

Tabela 4.9
Ocupação e indicadores demográficos dos chefes de domicílios donos de Casas de negócio. Furquim (Ponte Nova) 1838.

Ocupação	Homens	Mulheres	Branco	Não branco	Casados	Solteiros	Viúvo	Total
Artesanato	7	2	1	8	5	2	1	9
Comércio	18	0	4	14	11	5	3	18
Agricultura	11	0	4	7	8	2	1	11
Militar	1	0	1	0	1	0	0	1
Total	37	2	10	29	25	9	5	39

Fonte: Listas nominativas de habitantes. 1838. AHCMM, CEDEPLAR/UFMG. Relação de Engenho e Casas de Negócio. 1836. APM.

*39 chefes de domicílios selecionados a partir do cruzamento das listas de habitantes com a Relação de Casas de negócio.

⁸² Sobre a metodologia de trabalho do cruzamento das Relações de Casas de Negócio de 1836 (que acompanham as Relações de Engenhos) com listas nominativas ver GODOY, 2004. B.

⁸³ A lista nominativa do distrito de Mariana no ano de 1838 omitia importantes informações como a cor, o estado conjugal e a ocupação de muitos indivíduos. Como não há lista de habitantes de Ponte Nova para o ano de 1831 decidimos comparar as localidades em datas diferentes: Mariana, 1831 e Furquim, 1838. Apesar da distância de 7 anos, as nuances encontradas estão relacionadas à natureza diferenciada dos povoados (urbano e rural).

Tabela 4.10
Ocupação e indicadores demográficos dos chefes de domicílios donos de Casas de
negócio. Mariana. 1831.*

Ocupação	Homens	Mulheres	Branços	Não brancos	Casados	Solteiros	Viúvo	Total
Artesanato**	5	1	0	6	2	4	0	6
Comércio	28	5	20	13	16	13	4	33
Agricultura	3	0	2	1	2	1	0	3
Autônomos***	3	0	2	1	3	0	0	3
Faiscador	1	0	0	1	0	1	0	1
Total	40	06	24	22	23	19	4	46

Fonte: Listas nominativas de habitantes. 1831. APM. CEDEPLAR/UFMG. Relação de Engenho e Casas de Negócio. 1836. APM.

* 46 domicílios selecionados a partir do cruzamento das listas de habitantes com a Relação das Casas de negócio (1836)

** 5 alfaiates

*** Alcaide, Juiz de Paz e Meirinho.

A maioria absoluta de homens no comércio foi comum à Furquim e Mariana. Entre os comerciantes selecionados de Furquim, havia 2 mulheres e em Mariana, eram 6. A presença feminina, sobretudo em Mariana, foi mais recorrente no comércio de aguardente. Considerando a Relação de Casas de Negócio, entre os donos de vendas havia 9 mulheres e 36 homens, enquanto que somente uma armazeneira fora registrada (D. Rosa Maria de Sena). A pequena participação numérica não parece indicar uma herança da presença feminina no comércio durante o setecentos. Tanto em Furquim quanto em Mariana a presença mais destacada de mulheres estava na fiação e tecelagem (veja capítulo 2).

Em Furquim, por volta de 37% dos chefes de domicílios eram brancos na década de 1830. A presença majoritária de não brancos, sobretudo pardos, foi comum a toda região Mineradora Central Oeste. Na abordagem do setor comercial da freguesia, essa realidade é ainda mais destacada. Somente 10, ou 26% dos chefes de domicílios selecionados eram

brancos. Pardos e crioulos dominaram o cenário dos negócios nos povoados de Furquim (somavam 29, ou 74%).

O fato acima talvez se explique pela característica eventual e precária dos negócios. Como foi salientado nos capítulos 2 e 3, pardos e crioulos representavam a parcela mais pobre da população. Muitos deles viam no pequeno comércio, no artesanato e na lavra de pequenas roças a oportunidade de garantir a sobrevivência. Mais da metade dos donos de casas de negócio não tinham no comércio a sua principal atividade econômica, de acordo com a lista de habitantes de 1838. Segundo a tabela 4.9, dos 39 chefes de domicílios, 9 eram artesãos e 11 lavradores. Os arraiais das áreas rurais do Termo de Mariana não experimentavam o mesmo vigor que os centros urbanos, por isso, para os comerciantes mais simples era necessário conjugar a venda de aguardente e “molhados” com outra ocupação. Mesmo assim, uns poucos donos de lojas e armazéns destacaram-se na freguesia, principalmente no arraial de Ponte Nova, centro de trocas das mercadorias produzidas nas fazendas e sítios vizinhos.

Mariana era um centro comercial importante da região. Além centralizar a administração do município e do bispado havia um importante conjunto de casas de negócio, muitas delas de ricos proprietários.

Alguns indícios como o perfil demográfico e ocupacional da população, estudados no capítulo 2, sugerem que nas primeiras décadas do século XIX a cidade passou por estagnação econômica, decorrida da crise do ouro, no entanto, parece ter sido através do comércio que a cidade se reergueu. Nas Relações de Casas de Negócio de 1836, como já mencionado, aparecem 16 lojas de fazendas secas, 33 armazéns e 45 vendas. Quase vinte anos haviam se passado quando da visita de Saint Hilaire a cidade. Na ocasião, o viajante destacou a redução das lavras de ouro e o fechamento do seminário por falta de recursos. Para completar o quadro desolador da economia local, concluiu o capítulo a respeito da cidade da seguinte forma: *O*

comércio dessa cidade limita-se ao consumo interno; existem poucas lojas, e apenas dois ou três comerciantes ricos (SAINT HILAIRE, 1938, p. 152).

A descrição de Saint Hilaire não corresponde ao quadro denunciado pelas Relações de Casas de Negócio e as listas de habitantes. Em 1819 foram listados 49 chefes de domicílios como comerciantes, em 1831 foram registrados 60 e na Relação de 1836, os negociantes somaram 94. Mesmo que a estagnação econômica tenha atingido a cidade, Mariana não se transformou numa “vila de domingo” e mostrou fôlego nas atividades comerciais nas décadas de 1830 e 1840⁸⁴.

Diferente de Furquim, em Mariana havia uma maior especialização na dedicação ao comércio. De acordo com a tabela 4.10, 33 dos 46 chefes de domicílios selecionados foram listados como comerciantes. Os 3 homens listados na categoria de autônomos conjugavam a atividade burocrática com o comércio. Destaca-se também a ocorrência de 5 alfaiates, artesãos que também se ligavam à atividade comercial.

Tudo indica que não foi apenas o caráter eventual versus uma maior especialização que diferenciaram a área rural do centro urbano, no tocante ao comércio. Enquanto que em Furquim, apenas 26% (10) dos comerciantes eram brancos, em Mariana essa proporção foi de 52% (24), (tabela 4.9 e 4.10). Esse é um importante sinal de que o comércio era a atividade com maior capacidade de acumulação e concentrava a elite da cidade. Isto porque, de acordo com a lista de habitantes de 1831, somente 27% dos chefes de domicílios eram brancos, sendo que mais de 3/4 deles eram proprietários de escravos, ou seja, esses constituíam de fato a elite

⁸⁴ É óbvio que o vigor do comércio de Mariana é relativo. Graça Filho detectou 195 licenças municipais concedidas a comerciantes em São João Del Rey em 1832. Esse número contrasta com os dados de PAIVA e GODOY que encontraram 105 casas de comércio para 11 distritos do termo de São João Del Rey. Mesmo que não possamos usar as mesmas licenças para comparar com Mariana, o fato é que o comércio da cidade não se aproximava da característica de grande centro atacadista e financeiro de São João.

marianense e para boa parte deles a atividade comercial conformou a principal fonte de recursos.

Além disso, o acesso à propriedade de escravos também foi diferente dependendo da localidade. Em Furquim 47% dos chefes selecionados tinham escravos, enquanto que em Mariana essa proporção chegou a 75%. O dado revela mais um indício da maior capacidade de acumulação entre os comerciantes marianenses. Porém, foi comum às duas localidades o predomínio da pequena propriedade de escravos. Em Furquim, somente 3 chefes de domicílios comerciantes tinham 11 ou mais escravos, já em Mariana eram 4 aqueles que superaram a quantia de uma dezena de cativos⁸⁵.

Em pesquisa sobre o perfil dos comerciantes de toda a província de Minas Gerais, Godoy notou que 60,4% dos fogos chefiados por donos de casas de negócio não tinham mais que 3 escravos. A maior participação dos escravos aparece naquelas unidades onde o comércio não era a principal atividade econômica (GODOY, 2004, p.290). O autor ainda comenta que parte dos comerciantes adquiria escravos para serem empregados em outras atividades, como a agropecuária, haja vista a diminuta demanda de mão-de-obra nas atividades comerciais (GODOY, 2004 p. 286). No entanto, somente adiante, quando os inventários de negociantes estiverem sob foco, é que se poderá alcançar inferências sobre tal aspecto do perfil dos indivíduos analisados.

Os trabalhadores livres do comércio em geral foram listados como agregados. O percentual de agregação no comércio em Furquim esteve próximo daquele registrado em toda a Freguesia no ano de 1838, 12,8% da população livre. Cerca de 14% da população livre dos domicílios selecionados era de agregados. Já em Mariana 39% dos livres chefiados por

⁸⁵ As tabelas IV e V – anexo, capítulo 4 – apresentam a distribuição da propriedade de escravos em Furquim e Mariana.

comerciantes eram agregados⁸⁶. Essa alta participação de agregados pode ser explicada pelo dinamismo do setor comercial de Mariana no período ou pela restrição de acesso ao tráfico de cativos, ou seja, Mariana apresentava uma grande demanda de mão-de-obra livre para trabalhar nas casas de negócio.

Assim como em Furquim, em Mariana predominou a ocorrência de mestiços e solteiros, entre os agregados, parcela mais pobre da população. Já no tocante ao gênero foram arrolados, em Furquim, 10 homens e 13 mulheres e em Mariana 37 homens e 37 mulheres⁸⁷. Destacou-se a presença feminina muito mais como funcionária das casas de negócio do que entre os proprietários. Elas se dedicavam a atividades como a fiação, a tecelagem, a costura (as costureiras eram trabalhadoras imprescindíveis nas lojas de fazendas) e também no atendimento aos clientes. Os agregados homens também se aplicavam em vários tipos de serviços. O mais importante deles era o de caixeiro, homem de confiança do negociante responsável pelas finanças e administração da casa. Aparecia também a figura do cobrador, do tropeiro, do sapateiro e do alfaiate.

4.4 Entre a taverna e o grosso trato: Comércio e riqueza no termo de Mariana

O setor comercial tinha influência distinta na estratificação social dependendo do espaço. Nas áreas rurais predominou a tendência de empreendimentos que representavam uma extensão nas unidades agrícolas. Já no centro urbano do termo de Mariana, empreendimentos de grande monta foram comuns e o acesso a bens agrícolas ocorreu por consequência da acumulação do setor mercantil.

⁸⁶ Ver tabelas da relação das pessoas livres nos domicílios com casas de negócio em Mariana e em Furquim. Anexo capítulo 4 - tabela VI e VII.

⁸⁷ Ver tabelas da relação das pessoas livres nos domicílios com casas de negócio em Mariana e em Furquim. Anexo capítulo 4 - tabelas VI e VII.

Em Furquim, pequenos artesãos e lavradores investiam no setor. Para o caso dos lavradores, ter uma casa comercial servia para repassar a produção sem depender de atravessadores. Como citado no capítulo 3, muitas fazendas possuíam suas próprias tropas de bestas, cavalos e bois de carro, responsáveis pelo transporte das mercadorias até os arraiais e centros urbanos. Era comum também que fazendeiros e sitiante estabelecessem pontos de vendas ao longo das estradas com intuito de comercializar parte da sua produção. Ao mesmo tempo, ofereciam e cobravam pelo acesso a instalações de hospedagem e alimentação para os animais. A complementaridade entre fazenda, rancho e venda foi destacado por Godoy (GODOY, 2004, p. 303) e Lenharo (LENHARO, 1979, p. 77).

A análise da composição dos bens de comerciantes de Furquim revelou profunda predominância dos investimentos em bens agrícolas e em escravos. Além disso, os comerciantes não estavam entre os homens mais ricos. Os grandes fazendeiros, produtores de alimentos, criadores de animais e aguardenteiros, provavelmente estavam ligados ao comércio com centros urbanos mais longínquos. Nos pequenos arraiais da freguesia pequenos lavradores escravistas estabeleciam pontos de comércio com o objetivo de repassar o excedente da lide.

Nove dos comerciantes listados nas Relações de Casas de Negócio de Furquim, mais um outro empreendedor, foram selecionados para análise detalhada dos seus investimentos. No caso deles foi possível encontrar o inventário que revelou algumas características dos proprietários⁸⁸.

A tabela VIII – anexo, capítulo 4 – relaciona esses proprietários, a ocupação de cada um, conforme a lista de habitantes, a cor, o tipo de estabelecimento comercial e a composição da riqueza inventariada, em valores absolutos e porcentagem.

⁸⁸ A seleção dos comerciantes a partir do cruzamento das Relações de Casas de Negócio com os inventários *post-mortem* respeitou o limite do recorte temporal da pesquisa (1850), excetuando o caso de Antônio José de Souza Guimarães (inventário de 1852).

O negociante Antônio José de Souza Guimarães foi uma exceção na vida econômica da Freguesia de Furquim. Ele não fora listado entre os donos de Casas de Negócio de 1836, porém na lista de habitantes de 1821 havia aparecido como comerciante, dono de 4 escravos e morador do arraial do florescente distrito de Ponte Nova. Em 1852, por decorrência de sua morte, seus bens foram inventariados, somando a impressionante quantia de 94:822\$990.

O perfil da riqueza do alferes difere dos comerciantes furquienses. Além do grande valor total, a proporção de dívidas também foi incomum. Cerca de 41% da riqueza estava investida em empréstimos e vendas à prazo. Ele ainda possuía terras e casas em várias localidades, além de um plantel de 83 escravos; desses, 38 eram africanos. O número de escravos impressiona, sobretudo porque estamos tratando de um período posterior ao encerramento do tráfico internacional em que os preços médios de cativos em Minas Gerais superavam 500\$000 (BERGAD, 2004, p. 245).

Parte da explicação para o afortunamento de Souza Guimarães talvez estivesse justamente no seu incomum acúmulos de almas cativas. O negociante intermediava o comércio de escravos desde pelo menos 30 anos antes da abertura do seu inventário. Na década de 1820 foram registradas algumas passagens pela Polícia da Corte do Rio de Janeiro, objetivando a aquisição de passaporte ou despacho de escravos para Minas Gerais⁸⁹. O acúmulo de dívidas ativas podem também resultar do repasse de cativos aos fazendeiros locais, além dos empréstimos feitos a roceiros e fazendeiros cobrando juros. Assim ocorreu com o fazendeiro Pedro José Domingues que devia 1:167\$574, resultado da soma do valor inicial da dívida com o *prêmio* da mesma de 2% ao mês.

⁸⁹ Veja tabela 4.11 a diante, sobre a participação dos comerciantes de Mariana no tráfico de escravos. Sobre os códices do Arquivo Nacional consultados, ver texto sobre a elaboração de banco de dados (FRAGOSO, 2000)

Apesar de incomum, a trajetória do pequeno comerciante mestiço que virou traficante de cativos e fazendeiro não nos parece surpreendente que tenham ocorrido em uma região de grandes proprietários escravistas. De alguma forma, os grandes produtores de alimentos e aguardenteiros, comprovadamente os mais ricos da região que havia compreendido a freguesia de Furquim, adquiriam escravos no mercado (seja ele interno ou por importação) que era controlado por negociantes de grosso trato.

Ainda assim, mesmo que a fortuna de Souza Guimarães seja justificável pela conjuntura de dinamismo da agropecuária, sobretudo na primeira metade do século XIX, o perfil geral do comércio das áreas rurais do termo de Mariana foi o de pequenos empreendimentos que não provocaram enriquecimento. De acordo com a tabela VIII – anexo, capítulo 4 –, a riqueza dos demais comerciantes não superou oito contos de réis. Diante de tamanha discrepância dos bens de Antônio José de Souza Guimarães quando comparado aos demais selecionados, percebe-se que, em Furquim, a acumulação esteve mais ligada à produção agropecuária do que às práticas comerciais. Além disso, a predominância do elemento pardo entre os negociantes também indica que a atividade estava ligada, predominantemente, às camadas mais pobres da localidade.

Diferentemente do primeiro caso analisado e das riquezas dos comerciantes do centro urbano de Mariana, os investimentos em dívidas ativas não ocuparam significativos valores em Furquim. Na soma dos bens dos comerciantes, 51% da riqueza estava concentrada em escravos, 28% em bens agrícolas (terras, benfeitorias e produção excedente), 4% em animais, 8% em imóveis urbanos (moradas de casas no arraial), 6% em bens pessoais e apenas 3% em dívidas ativas. Não foram arroladas mercadorias dos estabelecimentos, sinal de que não representavam valores expressivos, o que comprovaria o caráter diminuto dos empreendimentos.

Portanto, a atividade comercial representou um complemento à verdadeira base da sobrevivência desses indivíduos, a atividade agrícola, tendo sido, o estabelecimento, uma extensão da roça.

O inventário de José Francisco Pereira do Monte foi aberto em 1845. Na ocasião, o negociante deixou 19 escravos, 89 alqueires de terras de milho, além de animais de benfeitorias e uma morada de casas no arraial de Ponte Nova. Apesar de todos os sinais de se tratar de um lavrador, em 1836 ele fora listado na Relação de Casas de Negócio do distrito de Ponte Nova onde comercializava *drogas, molhados, importados e fazendas secas*. Além disso, no ano de 1838 ele também havia sido identificado, na lista de habitantes do mesmo distrito, como negociante.

Apesar de aparecer como proprietário de um *negócio da terra e importados*, Manoel Joaquim Pinheiro era lavrador, conforme a lista de habitantes do distrito de Furquim, em 1838. O inventário de seus bens também não deixa dúvidas. Era dono de um sítio com terras para cultura, além de moinho, animais e 10 escravos. Assim como acontecia com Francisco Pereira, Manoel Joaquim era um fazendeiro de médio porte que estabelecia negócio no arraial mais próximo de sua propriedade.

Já Antônio Brum da Silveira comercializava *molhados da terra* e fora listado em 1838 como lavrador. Dono de uma pequena venda, ele possuía uma morada de casas no arraial de Ponte Nova, além de roças de milho e moinho. Tinha apenas 2 escravos, um dos quais com 50 anos e de baixo valor, e sua riqueza somava apenas 1:611\$840, em 1849. O caso de Antônio Brum da Silveira representa ainda mais o caráter complementar da venda no ciclo econômico de pequenos lavradores da região.

Por outro lado, a existência de pequenos roceiros envolvidos com o comércio é um indício de que a reprodução das unidades familiares não se resumia à subsistência. Nos

arraiais e nas estradas esses homens e mulheres experimentavam contato com circuitos ainda maiores realizando trocas que garantiam a sobrevivência e uma possível prosperidade. O crédito informal também funcionava como oportunidade de investimento e alocação de recursos por parte do lavrador. Mesmo que entre os comerciantes selecionados pela amostra, de uma forma geral, tenha sido tímido o investimento nos empréstimos, eles ocorriam propiciando a formação de um circuito mercantil local.

Antônio José de Souza Guimarães, já citado, tinha 38:871\$190 investido em dívidas ativas, resultado do crédito dado a 137 pessoas, uma média de 283\$729. Suas transações não eram pequenas se comparadas com aquelas arroladas no inventário de Maria Rosa dos Anjos, listada como lavradora, em 1821, embora não possuísse bens agrícolas no momento do seu falecimento. A viúva tinha 11:716\$809 investidos no crédito informal. Eram 95 devedores, portanto, uma média de 123\$334⁹⁰.

Ainda menores foram os repasses feitos pelo lavrador e comerciante, José Joaquim de Oliveira, inventariado em 1830. Nesse caso, os empréstimos somaram 1:563\$979 e o total de devedores foi de 127 pessoas, resultando em um valor médio de 12\$314. O perfil das pessoas que recorriam aos empréstimos era o de pequenos roceiros e vendeiros não escravistas. Dezoito deles foram detectados na lista de habitantes de 1821 (11 lavradores, 3 comerciantes, 1 mineiro, 1 alfaiate, 1 fiandeira e 1 seleiro), sendo que apenas 3 deles tinham escravos, enquanto que 12 eram pardos.

Dessa forma, os setores sociais mais simples da sociedade que não contavam com o trabalho escravo, assim como aqueles pequenos e médios escravistas estavam inseridos em uma incipiente rede de crédito. Está claro que estes dados somente sugerem alguns

⁹⁰ O inventário de Maria Rosa dos Anjos está incluído na amostra de Furquim analisada no capítulo 3. Códice 21 Auto 563 1º ofício, 1842. Arquivo da Casa Setecentista de Mariana.

apontamentos, pois a amostra de dados disponíveis para a região é insuficiente. Porém, os estudos de Zephyr Frank para São João Del Rey e São José sugerem que, na primeira metade do século XIX, uma disseminada rede de crédito informal pode ter propiciado às unidades produtivas (muitas delas familiares) a alocação mais eficiente de seus recursos e gerado crescimento econômico (FRANK, 2004, p. 245).

Na vila e sede do termo de Mariana concentravam os grandes negociantes que monopolizavam o comércio atacado de produtos da terra (como a aguardente) e importados (como fazendas secas, ferramentas e escravos). A atividade comercial, diferente de Furquim, representou o principal investimento tanto para pequenos vendeiros (algumas vezes articulado com ofícios como o de alfaiate, ferreiro e carpinteiro) quanto para os grandes negociantes. Esses últimos, pelo menos no período abordado pela pesquisa, enriqueceram através do comércio e se mantiveram como negociantes, mesmo investindo em terras e escravos.

Respeitando o limite do recorte temporal da pesquisa (1850) foram rastreados inventários de 9 comerciantes listados na Relação de Casas de Negócio do distrito de Mariana. Todos os inventários encontrados são de armazeneiros ou lojistas, com exceção de José Ferreira de Oliveira, identificado a partir da lista de habitantes. A tabela IX – anexo, capítulo 4 – traz a ocupação, títulos ou patentes militares, a cor, o tipo de estabelecimento, além do detalhamento da riqueza dos comerciantes.

Em 1831, todos os indivíduos selecionados foram arrolados na lista de habitantes como negociantes. Os donos de lojas e armazéns estavam entre a elite branca da região (somente 2 eram pardos). Outra característica que os difere dos comerciantes de Furquim era a forte acumulação possibilitada pelos negócios. Provavelmente esses negociantes de Mariana também estavam entre a elite nobiliárquica e política da região e, pela dimensão de suas

posses, compunham o mais alto extrato econômico, mesmo se comparados aos fazendeiros, produtores de cana ou pecuaristas.

O cotejamento da composição dos bens dos comerciantes marianenses também indicou característica diferenciada daquelas encontradas para Furquim. As dívidas ativas, decorrentes de empréstimos a juros, de vendas de mercadorias no atacado e do comércio de escravos, representaram parte majoritária dos investimentos. O capital usurário correspondeu por 52% da soma dos bens dos indivíduos selecionados, chegando a alcançar 84%, no caso do armazeneiro José Alexandre Ramos. Somente um inventário não possuía dívidas ativas.

Outra categoria que aparece são as mercadorias, arroladas no inventário entre os *bens móveis*. Os expressivos estoques de alguns comerciantes mostraram a diversidade e a dimensão atacadista dos empreendimentos. As mercadorias perfaziam por 4% da riqueza dos nove inventariados. Alguns homens de negócio esterilizavam parte da riqueza em casas localizadas na própria cidade de Mariana. Em 7 casos foram arrolados mais de um imóvel urbano, entre os bens inventariados. Essa categoria representava 7% da riqueza total (tabela IX – anexo, capítulo 4).

O capital produtivo também teve importância nos investimentos dos negociantes. Somente 2 deles não possuíam bens agrícolas (terras, benfeitorias e animais) e em 5 casos, dos nove selecionados, o capital revertido em escravos foi superior ao valor das dívidas ativas. Ainda assim, se agruparmos os bens agrícolas e escravos eles somariam 35%, proporção bem inferior aos 63% alcançados pelo agrupamento das dívidas ativas, mercadorias e imóveis urbanos (tabela IX – anexo, capítulo 4).

Afonso Graça Filho encontrou tendência semelhante para os comerciantes de grosso trato da praça de São João Del Rey.

(...) os investimentos de capitais nas atividades produtivas (terras, lavouras, animais e escravos) era inferior ao esterilizado em imóveis urbanos, apólices ou dívidas ativas. Resulta disso, que os negociantes de grosso trato não eram fazendeiros e nem aplicaram a maior parte de seus capitais nas atividades do campo ou em escravos (GRAÇA FILHO, 2002, p. 89).

É necessário advertir que não se pode considerar irrelevantes os valores destinados ao capital produtivo. De fato, esses investimentos não eram pequenos entre alguns grandes negociantes de Mariana e tão pouco de São João Del Rey⁹¹. Além do mais, os investimentos em fazendas e escravos trazia a estabilidade que o comércio não oferecia e ainda possibilitava a produção de parte das mercadorias revendidas no mercado local.

A participação majoritária de dívidas ativas nos investimentos dos comerciantes inventariados revela que mesmo ao final da vida não havia tendência de conversão do capital acumulado no comércio para bens agrícolas. Ou seja, o pressuposto de um ideal aristocratizante que transmutava o negociante em fazendeiro, advindo do desejo de inserção social restringido pela imagem negativa do comerciante, desde os tempos coloniais, não parece se concretizar em Mariana⁹².

Graça Filho também apresenta inferências semelhantes a respeito da possível conversão do grande comerciante em fazendeiro, como manifestação de um ideal *aristocratizante, que sacrifica o lucro mercantil em prol do status de senhor de homens e terras*. Segundo o autor, em São João Del Rey, *estas atividades são exercidas*

⁹¹ Graça Filho apresenta a composição da riqueza de 31 negociantes grossistas da praça de São João Del Rey, dos quais 19 possuíam imóveis rurais (GRAÇA FILHO, 2002, p. 86-88)

⁹² Segundo Júnia Furtado, em Minas Gerais, no século XVIII, as atividades mercantis estiveram associadas a imagem negativa decorrente do envolvimento do comerciante com o contrabando, pela relação tradicional dos cristãos novos com a mercancia e pelo ideal de nobreza que definia a distinção pela distância do trabalho manual (ou seja, ter escravos). Conforme os dados da autora 61,1 % dos comerciantes deixaram *bens de raiz* (terras minerais, terras de cultura e ranchos). *Dessa forma, diversificavam seus investimentos e partilhavam dos valores que identificavam a elite proprietária colonial* (FURTADO, 1998, p. 246).

concomitantemente e a busca de um ideal de vida aristocrática pelos negociantes é mais bem simbolizada pelo status social do controle do crédito e títulos nobiliárquicos ou militares (GRAÇA FILHO, 2002. p. 89).⁹³

Dos nove indivíduos selecionados em Mariana, somente o armazeneiro José Joaquim Anastácio e o lojista Torquato Claudiano não possuíam patentes na Guarda Nacional. Dessa forma, também para Mariana, a atividade comercial não impediu o alcance do status social, seja pelo controle do crédito ou pela aquisição de títulos.

O rastreamento dos comerciantes marianenses nos códices da Polícia da Corte do Rio de Janeiro revelou que um dos seus investimentos era o comércio de escravos. A tabela 4.11 descreve as passagens de alguns deles e o número de escravos registrados.

Tabela 4.11

Participação dos comerciantes marianenses no tráfico de escravos. 1817-1832.

Nome	Comércio*	1817-1820	1821-1825	1826-1832
Manoel José de Carvalho	Loja		56	80
Honório José Ferreira Armondes	Armazém	44	134	36
José Alexandre Ramos	Armazém		8	8
José Ferreira de Oliveira	Loja		18	6
Manoel José de Magalhães Barros	Loja			21
Antônio José de Souza Guimarães			10	51

Fonte: Passaportes e Remessa de escravos. Polícia da Corte. Códices: 421 e 424. Arquivo Nacional.

* Tipo de estabelecimento em 1836.

⁹³ Graça Filho faz referência à tese de *arcaísmo como projeto* de João Fragoso e Manolo Florentino que detectaram na elite mercantil carioca, da primeira metade do século XIX, uma tendência à conversão do capital mercantil em direção ao capital produtivo (FRAGOSO e FLORENTINO, 2001. p. 221-237).

Entre 1817 e 1832 mesmo que em anos alternados, foram identificados diversos registros de comerciantes de Mariana, sendo que Manoel José de Carvalho e Honório José Ferreira Armondes foram os mais assíduos. A primeira conclusão que esses achados nos fornecem é que o comércio de Mariana não estava restrito aos circuitos locais. Mesmo que ainda não se possa mensurar todos os elementos desse contato, de alguma forma a produção local também alcançava o principal centro da economia brasileira e por outro lado demandava escravos e manufaturados. Infelizmente, somente com os cruzamentos feitos, não se pode calcular a medida da entrada de africanos na região. No entanto, já podemos afirmar que essa inserção existiu e que era feita pela elite de negociantes locais.

Alguns indícios apontam para uma continuidade da operação no mercado de escravos, mesmo após a restrição legal de 1831. Honório José Ferreira Armondes registrou escravos na Polícia da Corte por 12 vezes entre os anos de 1817 e 1828. Todas essas remessas de cativos somaram 214 peças. Os três escravos listados em seu domicílio em 1831 faziam trabalho doméstico ou serviam em sua Loja localizada na cidade. No ano de 1845 a abertura de seu inventário mostrou que o negociante detinha 22 escravos, suas terras eram de pequeno valor e correspondiam por *uma parte de terras com água e engenho*. Como não foram arrolados instrumentos da lide agrícola e apenas 1 besta, pode-se inferir que nem todos os seus escravos (valiam em média 556\$000) estivessem aplicados na lavoura e poderiam, dessa forma, representar possíveis peças a serem revendidas na região.

O mesmo parece ter ocorrido com José Alexandre Ramos, armazeneiro com 2 passagens pelos registros de escravos na Corte. Em 1831 somente 2 cativos foram listados em seu domicílio e no inventário de seus bens, foram arrolados 12 escravos, 5 dos quais africanos. O curioso é que o dono da terceira maior fortuna inventariada de Mariana não possuía bens agrícolas (considerando confiáveis o arrolamento de bens no inventário) e se dedicava

basicamente ao comércio de mercadorias no atacado, ao crédito informal e, provavelmente, à venda de cativos (seja ela de escravos novos ou não). Ao final de sua vida o negociante não havia convertido sua riqueza em terras e/ou fazendas, contrastando com o abandono do comércio descrito por Sheila de Castro Faria, para a Capitania da Paraíba do Sul no final do século XVIII.

Segundo Faria, os núcleos urbanos coloniais representavam passagem transitória na vida do comerciante que logo se transmutava em senhor de terras e de escravos.

(...) percebe-se o abandono do comércio e a transformação de seus titulares em grandes senhores de terras e escravos, mudança significativa de status social, embora desvantajosa, financeiramente. Núcleos urbanos coloniais tornaram-se o lugar por excelência do comércio e, por isto mesmo, lugar de passagem. A transitoriedade delineava a vivência urbana nos núcleos interioranos, que se explicam e funcionam pelo mundo rural a sua volta (FARIA, 1998. p. 165-166)

O gozo do prestígio social, advindo do domínio rural, descrito por Sheila Faria, também não parece ter convencido o homem mais rico de Mariana no final da década de 1830. Manoel José de Carvalho, um dos grandes comerciantes da região, viveu até a sua morte na cidade e mesmo investindo em atividades agrícolas não abandonou a mercancia. Provavelmente, ele e outros comerciantes faziam parte de famílias enraizadas na cidade e que no passado haviam sido engajadas na mineração. Talvez Mariana, por ter sido um centro econômico de dimensão regional não teria funcionado como zona de atração de muitos aventureiros e o comércio tenha sido dominado por antigos mineradores e/ou fazendeiros⁹⁴.

⁹⁴ Alguns casos são curiosos como o do capitão-mor Francisco José de Melo, antigo mineiro de prestígio na cidade, que ao fim da vida (1826) deixou 85% de seus bens revertidos em dívidas ativas, a maior parte delas resultado de empréstimos a juros (6:520\$201). A maioria de seus devedores fazia parte da rede social a qual pertencia: capitães, sargentos, tenentes e alferes da Guarda Nacional, além de membros de famílias tradicionais. Esse inventário consta na amostra analisada no capítulo 3. Códice 154, Auto 3238, Ano 1826. Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

Manoel José de Carvalho foi listado em 1819 como *lavrador, mineiro e negociante*. Na ocasião foram listados apenas 5 escravos em seu domicílio. Durante a década de 1820 até o ano de 1832 foram identificados 9 passagens do comerciante no registro de escravos na Polícia da Corte do Rio de Janeiro. As remessas de cativos somaram 136 peças em 11 anos. Na lista nominativa do distrito de Mariana em 1831, encontrou-se novamente o domicílio de Manoel José, dessa vez identificado como lavrador e comerciante, além de trazer o título de Sargento-Mor. Esse possuía também 13 cativos, dos quais 9 eram africanos.

Já em 1836 o seu nome aparece listado nas Relações de Casas de Negócio, como proprietário de Loja de Fazendas Secas. Apenas 3 anos mais tarde, por decorrência de seu falecimento, foram inventariados todos os seus bens que somaram 89:970\$867. Além de 3 casas situadas na cidade, terras minerais em Antônio Pereira, o sargento-mor possuía também uma fazenda completa (no valor de 6:500\$000) com engenho, moinho, plantação de milho, feijão, cana, arroz e criação de gado bovino e suíno. Cerca de 19% de seus bens estavam investidos em 60 escravos, dos quais 6 eram africanos e 54 eram crioulos. Possuía mais de 5 contos investidos em mercadorias do estabelecimento comercial e 55% de toda a riqueza destinada às dívidas ativas (Ver tabela IX, anexo capítulo 4).

A presença de grandes valores em dívidas ativas foi freqüente entre os maiores comerciantes de Mariana, repetindo em escala menor a tendência encontrada por Graça Filho entre os inventariados de São João Del Rey. O controle social e político dos grandes afortunados locais e a restrição do numerário em Minas Gerais estão na base para a explicação de tal fenômeno⁹⁵.

⁹⁵ A identificação da praça mercantil de São João como centro financeiro e a defesa de que o capital do setor de abastecimento (mercado interno) esteve na base da estruturação bancária na província são contribuições fundamentais da pesquisa levada a cabo por Graça Filho. *Esse aspecto ainda é pouco explorado pela historiografia mineira, onde o surgimento da estrutura bancária é, em geral, atribuído*

Em Mariana, grandes comerciantes emprestavam pequenas quantias a juros ou faziam vendas a prazo nos estabelecimentos comerciais. Porém, o que mais chama a atenção na composição das dívidas ativas é aparecimento de comerciantes de menor porte.

Entre os 15 devedores de Manoel José de Carvalho, identificados na lista de habitantes, estão 9 comerciantes, 1 mineiro, 1 advogado, 1 escrivão, 1 lavrador, 1 sapateiro e 1 carpinteiro. Todos eles eram brancos e proprietários de escravos. As dívidas dos comerciantes decorriam da compra de mercadorias no atacado para serem revendidas nas pequenas vendas da cidade. O universo de 15 pessoas é muito pequeno diante dos mais de 200 devedores dos negociantes. A dificuldade de identificação dos devedores nas listagens de habitantes do termo de Mariana pode decorrer da mobilidade espacial da população mais pobre ou pelo fato de Manoel José de Carvalho também ter atuado em outras regiões.

Os pequenos e médios empreendedores locais dependiam do fornecimento de mercadoria e do crédito por parte dos negociantes grossistas. No inventário dos bens do Capitão-Mor José Ferreira de Oliveira, em 1845, foi arrolado o valor de 35:704\$518 em dívidas ativas. Desses, 7:300\$000 pertencem à *dívida da casa falida de Henrique Lebet*. Henrique Lebet havia sido listado, em 1838, como negociante na cidade de Mariana.

O mesmo ocorreu com Torquato Claudiano de Moraes, dono de Loja de Fazenda Seca, que faleceu em 1843. Dois anos mais tarde, no arrolamento das dívidas ativas do também lojista Honório José Ferreira Armondes, a casa do já falecido Torquato aparecia com uma dívida de 2:857\$000. Seja através de transações avultadas ou de pequenos empréstimos, o fato é que os grandes negociantes funcionavam como verdadeiros financiadores da economia local.

às instalações da cafeicultura na província. Sub-repticiamente, existe a recusa de se atribuir capacidade de acumulação de excedentes na economia de abastecimento, num nível suficiente para gerar um setor financeiro importante (GRAÇA FILHO, 2002. p. 72)

Nunca é demais lembrar que a movimentação comercial e creditícia de Mariana não contava com o mesmo nível de complexidade e acumulação que a praça de São João Del Rey. Por outro lado, ainda está por fazer um estudo comparativo, incluindo as conexões, de outras praças mercantis de cidades mineiras no século XIX. O estudo que apresentamos é preliminar, assim como as inferências emergidas da análise. Ainda são necessários estudos que busquem aspectos como as conexões que existiam entre as diversas praças mineiras, os grandes fazendeiros escravistas da agropecuária e outras regiões do Brasil. Além do mais, a própria posição dos comerciantes na estratificação e no domínio político regional também merece atenção na medida em que se considera o mercado interno dinâmico e com capacidade de acumulação.

Anexos - Capítulo 4

Tabela I

Grandes proprietários escravistas de Furquim e sua relação com o beneficiamento da cana-de-açúcar. (1821-1850).

Nome	Cargo/patente	Ocupação	Cor	Localidade	1821*	1831	1836	1838	Observações
D. Teresa Perpétua de Jesus		Lavradora	Branca	Furquim (sede)	14 africanos 21 crioulos/p	26 africanos 36 crioulos/p		10 africanos 14 crioulos/p	Aparece como viúva em 1821 e 1831
Manoel Inácio de Melo e Souza	Desembargador/ Presidente da Província	Lavrador	Branco	Furquim (sede)	17 africanos 64 crioulos/p	52 africanos 79 crioulos/p	Engenho de água	28 africanos 62 crioulos/p	Fazenda administrada por empregados
João Carvalho de Sampaio	Capitão-Mor	Lavrador	Branco	Furquim (sede)	42 africanos 23 crioulos	82 africanos 31 crioulos/p	Engenho de água	64 africanos 26 crioulos/p	
Manoel Martins da Silva Braga	Capitão-Mor/ juiz	Lavrador	Branco	S. Gonçalo do Ubá		14 africanos 26 crioulos/p	Engenho de água	13 africanos 33 crioulos/p	Foi listado em 1838 como <i>lavrador e juiz</i>
Antônio Martins da Silva	Alferes	Lavrador	Branco	S. Gonçalo do Ubá	10 africanos 46 crioulos/p	7 africanos 47 crioulos/p	Engenho de água	3 africanos 47 crioulos/p	Inventário de 1850: M.Mor: 24:086\$940. Possuía 50 escravos
Antônio José da Cunha Vilela	Alferes	Lavrador	Branco	Furquim (sede)	19 africanos 16 crioulos/p		Engenho de bois	19 africanos 16 crioulos	
Joaquim José do Espírito Santo	Padre	Padre	Branco	Furquim (sede)	21 africanos 29 crioulos/p				
José Rodrigues dos Reis		Tropeiro	Pardo	Ponte Nova	13 africanos 46 crioulos/p		Engenho de água	10 africanos 47 crioulos/p	Inventário de 1846. M.Mor: 5:376\$900
Antônio Vieira de Souza		Lavrador	Branco	Ponte Nova				17 africanos 17 crioulos/p	
José Caetano da Fonseca	Alferes	Lavrador	Branco	Ponte Nova	11 africanos 6 crioulos/p		Engenho de água	22 africanos 29 crioulos	Inventário de 1838: M.Mor: 26:253\$200 Possuía 56 escravos
Joaquim Rodrigues Milagres	Capitão-Mor	Lavrador	Branco	Ponte Nova			Engenho de água	21 africanos 13 crioulos/p	
João do Monte da Fonseca	Alferes	Lavrador	Branco	Ponte Nova			Engenho de água	9 africanos 24 crioulos/p	

Nome	Cargo/patente	Ocupação	Cor	Localidade	1821	1831	1836	1838	Observações
Joaquim Gomes Barreto	Capitão-Mor	Tropeiro	Branco	Ponte Nova			Engenho de água	19 africanos 5 crioulos/p	Agregados tropeiros em seu domicílio.
D. Maria Bárbara de Sousa e Castro		Lavradora	Branca	Ponte Nova			Engenho de água	18 africanos 37 crioulos/p	
Antônio José de Sousa Guimarães	Alferes	Negociante	Branco	Ponte Nova	3 africanos 1 crioulo			43 africanos 43 crioulos/p	Possuía bens agrícolas e dívidas ativas. Monte-mor (1852):102:184\$131
D. Teresa Marcelina de São Joaquim		Lavradora	Branca	Ponte Nova			Engenho de bois	17 africanos 10 crioulos/p	
Caetano da Silva Brandão		Lavrador	Branco	Ponte Nova	5 africanos 3 crioulos/p		Engenho de bois	10 africanos 18 crioulos/p	Possui 17 agregados na fazenda. 1838.
D. Ana Francisca do Monte		Lavradora	Branca	Ponte Nova	7 africanos 20 crioulos/p		Engenho de bois	6 africanos 45 crioulos/p	Aparece como tropeira parda em 1838.
José Luis da Silva Viana		Lavrador	Branco	Ponte Nova			Engenho de bois	21 africanos 11 crioulos	1 dos filhos é tropeiro
Manoel José Coelho	Capitão-Mor	Lavrador	Branco	Ponte Nova	13 africanos 9 crioulos			12 africanos 23 crioulos/p	Dados de 1838 do inventário. M.Mor: 12:478\$400
Francisco Isidoro Pereira de Toledo e filhos**	Capitão-Mor	Lavrador	Branco	Ponte Nova	12 africanos 63 crioulos		Engenho de bois	4 africanos 33 crioulos/p	Inventário de 1827: M.Mor: 10:656\$877 Possuía 48 escravos
Bento Luís Borges e filhos***		Lavrador	Branco	Ponte Nova	1 africano 27 crioulos/p			35 crioulos/p	Inventário de 1822: M.Mor: 3:140\$600 Possuía 28 escravos
Miguel Martins Chaves e seus herdeiros****	Tenente coronel	Lavrador	Branco	Ponte Nova	9 africanos 45 crioulos/p		Engenho de bois	47 crioulos	Inventário de 1826: M.Mor: 8:031\$840

Fonte: Listas nominativas de habitantes, 1812/1831/1838. AHCMM e APM. CEDEPLAR/UFMG. Relação de Engenhos. 1836. APM.

* crioulos/p = escravos crioulos ou pardos

** Em 1838 aparecem os herdeiros de Isidoro Pereira, falecido em 1827: Ubaldo José Pereira e João Nepomuceno Dias Bicalho (genro)

*** Em 1838 aparecem os herdeiros de Bento Luís, falecido em 1822: Manoel Luís Borges e Francisco Luís Borges.

**** Em 1838 aparecem os herdeiros de Miguel Martins, falecido em 1826: D. Ana Joaquina e Miguel Martins C

Tabela II

Comparação dos indicadores demográficos da população total, domicílios escravistas e domicílios com Casas de Negócio. Furquim (Ponte Nova) 1838.

Indicadores Demográficos	População total		Pop. Domicílios Escravistas		Pop. domicílios Com negociantes*	
	Numero	%	Número	%	Número	%
Homens Livres	2033	31	621	17	83	35
Mulheres Livres	2049	32	718	19	76	31
Homens escravos	1451	23	1451	39	53	22
Mulheres escravas	906	14	906	25	30	12
População total	6439	100	3696	100	242	100
Livres brancos	1068	26	811	61	27	18
Livres não brancos	3014	74	528	39	122	82
Total de Livres	4082	100	1339	100	159	100
Escravos Africanos	908	39	908	39	33	40
Esc. crioulos e mestiços	1449	61	1449	61	50	60
Total de escravos	2357	100	2357	100	83	100

Fonte: Listas nominativas de habitantes. 1838. APM. Banco de Dados CEDEPLAR/UFMG. Relação de Engenho e Casas de Negócio. APM. 1836.

*39 domicílios selecionados a partir do cruzamento com a Relação de Casas de negócio

Tabela III

Comparação dos indicadores demográficos da população total, domicílios escravistas e domicílios com Casas de Negócio. Mariana. 1831

Indicadores Demográficos	População total		Pop. Domicílios Escravistas		Pop. Domicílios de negociantes*	
	Numero	%	Número	%	Número	%
Homens Livres	925	31	448	25	97	34
Mulheres Livres	1188	40	485	27	87	30
Homens escravos	521	18	521	29	1966	23
Mulheres escravas	333	11	333	19	38	13
População total	2967	100	1787	100	288	100
Livres brancos	631	30	468	50	67	37
Livres não brancos	1486	60	465	50	114	63
Total de Livres	2117	100	933	100	181	100
Escravos Africanos	389	46	389	46	54	52
Esc. crioulos e mestiços	465	54	465	54	50	48
Total de escravos	854	100	854	100	104	100

Fonte: Listas nominativas de habitantes. 1831.APM. CEDEPLAR/UFMG. Relação de Engenho e Casas de Negócio. APM. 1836.

* 46 domicílios selecionados a partir do cruzamento das listas de habitantes com a Relação de Casas de negócio (1836).

Tabela IV

**Distribuição da posse de escravos entre os domicílios com Casas de Negócio.
Furquim (Ponte Nova). 1838**

Posse	Domicílios com engenhos	%	Número de escravos	%
0	21	53	0	0
1	5	13	5	6
2 – 5	8	21	21	26
6 – 10	2	5	15	18
11 +	3	8	41	50
Total	39	100	83	100

Fonte: Listas nominativas de habitantes. 1838. APM. CEDEPLAR/UFMG. Relação de Engenho e Casas de Negócio. 1836.

Tabela V

**Distribuição da posse de escravos entre os domicílios com Casas de Negócio.
Mariana. 1831.**

Posse	Domicílios com engenhos	%	Número de escravos	%
0	16	35	0	0
1	11	24	11	11
2 – 5	13	28	32	31
6 – 10	02	4	12	12
11 +	04	9	49	46
Total	46	100	104	100

Fonte: Listas nominativas de habitantes. 1838. APM. CEDEPLAR/UFMG. Relação de Engenho e Casas de Negócio. 1836.

Tabela VI
Relação das pessoas livres nos domicílios com Casas de negócio.
Furquim (Ponte Nova). 1838

Relação	Homens	Mulheres	Brancos	Não Brancos	Casados	Solteiros	Viúvos	Total	%
Chefes	37	2	10	29	25	9	5	39	25
Cônjuges do chefe	0	25	4	21	25	0	0	25	16
Filhos do chefe	32	34	11	54	1	64	0	65	41
Agregados (as)	10	13	2	21	2	21	0	23	14
Sem Informação	4	3	0	7	0	7	0	7	4
Total	83	76	27	132	53	101	5	159	100

Fonte: Listas nominativas de habitantes. 1838. APM. CEDEPLAR/UFMG. Relação de Engenho e Casas de Negócio. APM. 1836.

Tabela VII
Relação das pessoas livres nos domicílios com Casas de negócio.
Mariana. 1831.

Relação	Homens	Mulheres	Brancos	Não Brancos	Casados	Solteiros	Viúvos	Total	%
Chefes	40	6	24	22	21	21	4	46	25
Cônjuges do chefe	0	21	09	12	21	0	0	21	11
Filhos do chefe	23	23	29	17	0	46	0	46	25
Agregados (as)	37	37	19	55	2	70	2	74	39
Total	100	87	81	106	44	137	6	187	100

Fonte: Listas nominativas de habitantes. 1831. APM. CEDEPLAR/UFMG. Relação de Engenho e Casas de Negócio. APM. 1836

Tabela VIII

Fortuna e investimento de 10 comerciantes selecionados de Furquim (Ponte Nova)*

Ano	Nome	Ocupação	Cor	Estab.**	Imóvel	Imóvel	Bens	Animais	Escravos	Dividas	Dívidas	Total
					Rural	Urbano	Pessoais			Ativas	Passivas	
		1838		1836	%	%	%	%	%	%	%	%
1852	Antônio	Negociante	Pardo		13:510.000	3:550.000	124.800	1:537.000	37:230.000	38:871.190		94:822.990
***	José S. Guimarães				14	4	0	2	39	41		100
1846	José Francisco P. do Monte	Negociante	Pardo	Drogas, Molhados, Importados, Faz. Secas	2:054.000	800.000	374.670	93.000	4:930.000			8:251.670
					25	10	5	1	59	0		100
1840	Manoel Joaquim Pinheiro	Lavrador	Branco	Negócio da terra e importados	1:020.000		74.200	74.000	2:900.000	366.610		4:634.810
					23	0	2	2	65	8		100
1843	Joaquim José de Santana	Lavrador	Pardo	Molhados do país	1:165.229		38.175	25.000	1:100.000	37.206		2:365.610
					49	0	2	1	46	2		100
1843	Lizardo Coelho Barbosa	Lavrador	Branco	Aguardente Simples e Esp. importados	1:026.000		82.280	55.000	680.000			1:843.280
					56	0	4	3	37	0		100
1845	Joaquim	Lavrador	Pardo	Fazendas	322.000	160.000	167.500	262.000	710.000		200.640	1:651.500

	Moreira de Faria			Secas	20	10	10	16	44	0		100
1849	Antônio Brum da Silveira	Lavrador	Pardo	Molhados da terra	300.000	134.000	123.840	204.000	850.000			1:611.840
					19	8	8	13	52	0		100
1841	Francisco Antônio Nascimento	Negociante	Pardo	Fazendas Secas, Molhados da terra e importados		300.000	428.171		400.000			1:128.171
					0	27	38	0	35	0		0
1845	José Mariano Ferreira	Tropeiro	Pardo	Negócio de Aguardente Simples	490.000		89.480	200.000		298.560		1:078.040
					45	0	8	19	0	28		100
1853	Basílio Lopes de Jesus	Ferreiro	Pardo	Molhados do país e Importados		480.000	98.910					578.910
						83	17	0	0	0	0	100
****	TOTAL				6:377.229	1:874.000	1:477.226	913.000	11:570.000	702.376		22:913.831
	%				28	8	6	4	51	3		100

Fonte: Inventários *post mortem*. ACSM.

* Comerciantes selecionados a partir do cruzamento da Relação de Casas de Negócio com os inventários *post-mortem*. 1836-1853

** Estabelecimentos e produtos comercializados pelo proprietário

*** Antônio José de Souza Guimarães dono da maior fortuna encontrada para a região. Listado como negociante em 1821 não aparece nas Relações de Casas de Negócio.

**** Soma das riquezas inventariadas, excetuando o inventário de Antônio José de Souza Guimarães.

Tabela IX
Fortuna e investimento de 10 comerciantes selecionados de Mariana.*

Ano	Nome	Ocupação/ Título 1831	Cor	Estab.** 1836	Bens Agrícolas %	Imóvel Urbano %	Bens Pessoais %	Mercad. *** %	Escravos %	Dividas Ativas %	Dinheiro %	Total %
1839	Manoel José de Carvalho	Lavrador e Negociante/ Sargento- Mor	Branco	Loja de Fazendas Secas	1:4739.000 16	4:000.000 4	220.000 0	5:526.250 6	17:110.000 19	48:375.617 55	 0	89:970.867 100
1845	José Ferreira de Oliveira	Negociante/ Capitão- Mor	Branco	****	10:133.360 14	3:000.000 4	474.200 0	 0	18:710.000 27	35:704.518 51	2:838.020 4	70:860.098 100
1847	José Alexandre Ramos	Negociante Sargento- Mor	Branco	Armazém	 0	1:710.000 3	 0	3:369.001 5	3:520.000 6	5:1919.440 84	1:069.190 2	61:587.631 100
1845	Honório José Ferreira Harmondes	Negociante/ Coronel	Branco	Loja de Fazendas Secas e	700.000 3	3:400.000 13	103.810 0	519.320 2	12:250.000 49	8:257.000 33	 0	25:230.130 100
1843	Torquato Claudio	Negociante	Branco	Loja de Fazendas	3:020.000 3	5:500.000 13	1:847.160 0	2:300.544 2	2:820.000 49	8:350.935 33	 0	23:838.639 100

	De Moraes			Secas e Armazéns	13	23	8	10	12	34	0	100
1843	Manoel José de M. Barroso	Negociante/ Capitão- Mor	Branco	Loja de Fazendas Secas	6:574.000 29	2:335.000 10	423.680 2	0	10:690.000 49	2:297.000 10	0	22:319.680 100
1839	José M. de Queiroz	Negociante/ Capitão- Mor	Branco	****	2:000.000 24	500.000 6	474.330 6	0	3:940.000 46	1:474.463 18	0	8:388.793 100
1847	José Joaquim Anastácio	Lavrador e Negociante	Pardo	Armazém	659.600 14	500.000 11	32.280 1	0	2:890.000 63	528.440 11	0	4:609.720 100
1851	Antônio da Silva Lessa	Juiz de Paz/ Alferes	Pardo	Armazém	0	2:000.000 71	65.000 2	0	750.000 27	0	0	2:815.000 100
	TOTAL				37:825.960	22:945.000	3:640.460	11:714.115	72:680.000	156::907.413	3:907.210	309:620.158
	%				12	7	1	4	23	52	1	100

Fonte: Inventários *post mortem*. ACSM.

*Comerciantes selecionados a partir do cruzamento da Relação de Casas de Negócio com os inventários *post-mortem*. 1836-1851.

**Tipo de estabelecimento comercial listado na Relação de Casas de Negócio.

*** Mercadorias listadas nos inventários, vendidas nos estabelecimentos dos comerciantes.

**** Negociantes selecionados a partir do cruzamento das listas de habitantes com os inventários *post-mortem* que não foram listados nas Relações de Casas de Negócio.

Conclusão

Nas últimas três décadas, a formação social e econômica do Brasil escravista tem passado por significativas transformações no tocante a sua abordagem pela historiografia. A descoberta de uma pujante economia interna e de uma vida social que não se resumia ao espelho da metrópole colonial tem superado as antigas e tradicionais visões do passado brasileiro.

Essas novas constatações provocaram inúmeras inquietações que buscaram e buscam desvendar esse “novo passado” para compreender as raízes da sociedade brasileira contemporânea. Uma importante janela se abre, por exemplo, quando constata-se que a hierarquia social do Brasil escravista não foi dominada somente pelos barões e coronéis do campo que exportavam para o mercado europeu, mas também por negociantes, banqueiros e fazendeiros locais que lucravam com a circulação interna de mercadorias.

Por outro lado, a visão de uma sociedade bipolar, onde senhores dominavam e escravos eram dominados também já não encontra respaldo. Emerge não somente o escravo como agente social mas também uma “nova gente”, os livres desprovidos da mão-de-obra escrava mas não alheios às relações sociais e comerciais. Como bem lembrou Iraci Del Nero da Costa

Trata-se de fato, de um grupo fundamental na formação de nossa população e do povo brasileiro. Excluídos que estavam da propriedade de escravos quase se viram excluídos de nossa própria história (COSTA, 1992, p. 69).

Dessa forma, é no embalo das indagações provocadas pelas novas interpretações emergentes na historiografia brasileira que as pesquisas regionais e de temas específicos têm trazido sua contribuição. A microanálise, além de reduzir a escala de observação aproximando a abordagem histórica do vivido, também permite avaliar a representatividade da amostragem

regional ou local em relação ao macro-conjunto (GRAÇA FILHO, 2002, p. 22), atendendo a uma das principais exigências desse novo contexto das investigações históricas no Brasil: a de possuir uma robusta e variada base documental. A pesquisa que agora concluímos teve como objetivo lançar contribuição às discussões que desdobram dessa conjuntura historiográfica.

A estratificação social em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX foi muito mais complexa do que a relação bipolar senhor/escravo poderia explicar. Mesmo no período de auge da mineração havia uma grande massa de artesãos, pequenos vendeiros, e roceiros vivendo na cidade e no campo que não estavam no cativeiro e nem eram donos da mercadoria cativa. Essa parcela da população no decorrer do setecentos e da centúria seguinte cresceu e ocupou, sobretudo, os campos das Gerais – terras devolutas nunca antes exploradas.

Na região do termo de Mariana foi perceptível todo o movimento de recursos econômicos e da própria população que abandonava a mineração e dedicava-se a agropecuária. A vila sede do termo sofreu certo esvaziamento enquanto nas áreas rurais floresciam roças e fazendas habitadas por escravos, homens livres pobres, além de grandes e médios proprietários.

A disseminação da pequena posse de escravos entre os roceiros, pequenos comerciantes e artesãos da região (realidade comum a toda capitania/província de Minas no século XIX) tornou ainda mais complexa a reconstituição da estratificação social e econômica. Na área compreendida pela freguesia de Furquim, localizada a leste de Mariana, nosso principal foco de análise, eram desenvolvidas atividades agropecuárias por unidades familiares e/ou escravistas.

Em Furquim, as principais oportunidades de sucesso econômico e de acesso a mão-de-obra escrava estavam nas atividades agrícolas. A presente pesquisa identificou também que além da agricultura, o artesanato e o pequeno comércio eram praticados pelos setores mais

pobres da sociedade. Esse grupo, em geral composto por brancos, negros e mestiços, oscilava entre a exclusão e a diminuta posse de escravos.

Dessa forma, nossos esforços concentraram-se em discutir a definição de um campesinato mineiro, a problemática da utilização do trabalho cativo e a inserção desse grupo na estratificação social e econômica. As pesquisas não trouxeram a tona uma classificação estática para o camponês ou para os setores mais pobres da população. Percebemos que na economia mineira oitocentista não era apenas o número de escravos que definia se uma unidade produtiva era escravista ou camponesa, mas sim o papel e o peso do cativo no trabalho da propriedade. Mesmo em posses consideradas pequenas, os escravos poderiam compor a maioria dos braços da lide. Por outro lado, essa mesma posse diminuta poderia se formar por escravos de baixo valor que tinham participação restrita na reprodução da unidade produtiva.

Aliás, mais importante que a definição da unidade camponesa como aquela cujo trabalho cativo é, no máximo, complemento ao trabalho do núcleo familiar, é a constatação de que o limite dessa em relação à unidade escravista era fluído e indistinto, ou seja, oscilava dependendo da característica da propriedade, do perfil dos cativos e até mesmo dos atributos regionais.

Outra contribuição alcançada pela pesquisa é a identificação de que eram as médias e grandes propriedades da região que concentravam a maior parte dos cativos – inclusive aqueles oriundos do tráfico –, mantinham contato com circuitos comerciais longínquos e possuíam escravos bem mais valorizados do que aqueles de pequenos escravistas. Dessa forma, o argumento de que o chamado *Senhor/Camponês* era responsável por parte significativa tanto das entradas de africanos quanto do mercado abastecedor alimentício não se sustentou.

Referimo-nos aqui às afirmações contidas na obra *O Arcaísmo como projeto* de João Fragoso e Manolo Floreintino e, sobretudo, no segundo capítulo de *Homens de Grossa Aventura* de João Fragoso. Nessa última, o autor inclui Minas Gerais no *mosaico das formas não capitalistas de produção* – não envolvidas diretamente com o sistema agro-exportador – que constituiriam um mercado interno. Mesmo que a presente pesquisa não tenha revelado o perfil predominantemente camponês da economia mineira, sugerido pelo autor, ainda assim Minas poderia ser incluída no referido *mosaico das formas não capitalistas* por assemelhar-se à produção escravista de alimentos e aguardente do interior fluminense.

O espaço rural de Furquim foi marcado pelo predomínio econômico de grandes fazendeiros escravistas produtores e comercializadores de alimentos, principalmente os derivados da cana-de-açúcar. Esse grupo social, diferente dos pequenos sitiantes e artesãos, se destacou pela estabilidade dos negócios, além do domínio do prestígio social e político da região. Assim, apesar do período estudado ter se caracterizado pela ampliação das oportunidades econômicas no campo, a atribuição de traços “democráticos” à economia mineira oitocentista não se aplicaria em um ambiente em que a produção e a circulação de mercadorias foi capaz de gerar uma significativa hierarquização social.

Conflui para essas conclusões o fato de ter existido na região, principalmente na vila sede do termo de Mariana, ricos comerciantes grossistas. Eram homens de prestígio responsáveis pela circulação de mercadorias, pelo comércio de cativos, pelo crédito pessoal e pelo financiamento dos empreendimentos locais. Valem como respaldo às inferências demarcadas, os estudos de Carla Almeida para as comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes em fins do período colonial, os de Afonso Graça Filho para São João Del Rey, entre 1831 e 1889, além da pesquisa de Francisco Andrade, que abordou especificamente o universo rural de Mariana na primeira metade do século XIX.

Os estudos que discutem o perfil social, econômico e demográfico de Minas Gerais no século XIX trouxeram importantes descobertas para o entendimento do interior do Brasil, sobretudo no Centro-Sul. No entanto, essas abordagens estão longe de terem saturado as possibilidades de investigação histórica. Nesse sentido, é que os novos estudos micro-regionais tem um papel fundamental de jogar luz sobre diversos aspectos dos oitocentos. Ainda merecem atenção, por exemplo, temas como a inserção política e cultural dos setores menos favorecidos da população livre como os roceiros e os artesãos, mas também o papel de fazendeiros e grandes negociantes nos rumos da política provincial e nacional.

Fontes e bibliografia

Fontes manuscritas

AHCSM, *Inventários post mortem*, 1º e 2º ofícios, 1819-1850.

AHCMM, código 727, *Relação de habitantes do distrito da cidade de Mariana*. 1819.

AHCMM, código 663, *Relação de habitantes da Freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte do Furquim do Termo da Cidade de Mariana*. 1821.

APM, MPP 03 DD.20, *Lista nominativa do Distrito da Capela de Conceição do Turvo*. 1831

APM, SP PP 1,10 cx. 17 D.10, *Lista nominativa do Distrito de São Gonçalo do Ubá*.1831

APM, SP PP 1,10 cx 17 D. SP PP 1,10 cx 17 D.11, *Lista nominativa do Distrito de Furquim*

APM, Código 6107. SPPP/6 – D44. *Relação de Engenhos e Casas de Negócio. Furquim*.1836.

APM, Código 6115 SPPP 1/6 – Cx7- D3. *Relação de Engenhos e Casas de Negócios. Ponte Nova*.1836.

APM, Código 6110 SPPP SPPP 1/6 – Cx5- D13. *Relação de Engenhos e Casas de Negócios. Mariana*. 1836.

Arquivo Nacional, Códices: 421 e 424. *Passaportes e Remessa de escravos. Polícia da Corte*. 1817-1832.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. *Duas visões do comportamento camponês*. IN.: Estudos econômicos. S. Paulo. V. 20. n 2. Maio-agosto . 1990. p.305-322.

ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho *Homens ricos, homens bons: Produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822*. Tese de doutorado Niterói. ICHF/UFF. 2001.

ALMEIDA, Carla Maria C.. *Minas Gerais de 1750- 1850: bases da economia e tentativa de periodização*. LPH- Revista de História, Mariana: UFOP, n.5, 1995.

ALMEIDA, Carla Maria C. *Demografia e laços de parentesco na população escrava mineira: Mariana 1750-1850*.São Paulo. População e família. Vol. 1, n.1. jan/jun. 1998. P. 235-260

- ALMEIDA, Carla M. de Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana 1750-1850*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói. ICHF/UFF, 1994.
- ANDRADE, Francisco Eduardo. *Roceiros e fazendeiros: hierarquia na agricultura de Mariana da primeira metade do século XIX*. In. LPH- Revista de História, Mariana: UFOP, n.7, 1997.
- ANDRADE, Francisco Eduardo. *Trabalhos de escravos na paróquia de Catas Altas do Mato Dentro, nas Gerais, 1822*. LPH- Revista de História da UFOP. Mariana. n.6 1996.
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A enxada complexa: Roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte. Dissertação de mestrado. FAFICH. UFMG, 1995.
- ANDRADE, Francisco Eduardo. *Poder local e herança colonial em Mariana: Faces da Revolta do ano da Fumaça (1833)*. In.: Termo de Mariana: História e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.
- ANDRADE, Leandro Braga. *Trabalho livre e trabalho escravo em três distritos de Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. II Simpósio Escravidão e mestiçagem: Histórias comparadas. Belo Horizonte. 2006.
- ANDRADE, Leandro Braga. *Escravidão e campesinato na economia de Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Monografia de bacharelado. Departamento de História. UFOP. Mariana. 2005
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial. Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. Ed. Annablume. FAPESP. São Paulo. 2001
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte. Ed. Sterb 1971.
- BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. São Paulo EDUSC. 2004
- BERGAD, Laird W. *Depois do Boom: Aspectos demográficos e econômicos da escravidão em Mariana. 1750-1808*. Estudos econômicos. São Paulo. Set-dez de 1994. p. 495-525.
- BOTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento marxista*. Ed. Jorge Zahar Editor. RJ. 1981.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis. Ed. Vozes, 1979.
- _____. *Escravo ou camponês*. São Paulo. Brasiliense: 1987.

- CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Ed. Nueva Visión. Buenos Aires. 1974.
- COSTA, Iraci Del Nero. *Arraia-miúda. Um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. MGSP Editores. São Paulo. 1992.
- COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970.
- DA MATA, Sérgio. *Chão de Deus. Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil, Séculos XVIII-XIX*. Ed. WVB. Berlim. 2002.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento. Fortuna e Família no cotidiano colonial*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1998.
- FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1995.
- FRAGOSO, João Luíz Ribeiro e FLORENTINO, Manolo Garcia. *O Arcaísmo como Projeto-mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. 1790- 1840*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001.
- _____. e FERREIRA, Roberto Guedes. *Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425, despachos de escravos e passaportes da Intendência da polícia da corte, 1819- 1833*. p. 239-278. In.: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues ...[et ali] (org). "História Quantitativa e serial." ANPUH-MG. Goiânia. 2001.
- _____. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRANK, Zephyr. *Wealth Holding in Southeastern Brazil, 1825- 1860*. Hispanic American Historical Review. 2005. p. 223-257.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Ed. Nacional. São Paulo, 1982.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831 – 1888)*. Editora Annablume. São Paulo. 2002.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *Fontes para a história do comércio de Minas Gerais: São João Del Rei (1831-1888)*. In.: BOTELHO, Tarcísio R. *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia. Anpuh-MG. 2001.p. 189-184.

GODOY, Marcelo Magalhães. *Fazendas diversificadas, escravos polivalentes – Caracterização sócio-demográfica e ocupacional dos trabalhadores cativos em unidades produtivas com atividades agroaçucareiras de Minas Gerais no século XIX*. Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP. Caxambu-MG. 2004.

GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio. Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. Tese de doutoramento. São Paulo. FFLCH/USP, 2004 B.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional Brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835*. Relatório de pesquisa pós-doutorado. São Paulo FFLCH/USP.2004.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *Algumas Perspectivas da Historiografia sobre Minas Gerais séculos XVIII e XIX*. In.: *Termo de Mariana: História e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. *Agricultura e caminhos de Minas (1700/1750)*. Revista do Departamento de História, FAFICH/UFMG, n. 2 Belo Horizonte. 1988.

GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, *Agricultura e escravidão em Minas Gerais*. In.: Revista do Departamento de História, FAFICH/UFMG, n. 2 Belo Horizonte. 1986.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo. Ed. Símbolo.1979.

LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In.: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: Novas perspectivas*. São Paulo, Ed. UNESP, 1992.

LIBBY, Douglas Cole. *O tráfico negreiro e as populações escravas das Minas Gerais. 1720-c. 1850*. Meeting of the Latin American Studies Association. San Juan, Puerto Rico. 2006.

_____ e BOTELHO, Tarcísio R. *Filhos de Deus: Batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810*. Varia História, n. 31, janeiro de 2004. Belo Horizonte. Editora UFMG. P.69-96.

_____ e GRAÇA FILHO, Afonso A. *Reconstruindo a liberdade: Alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850*. *Varia História*, n. 30, julho de 2003. Belo Horizonte. Editora UFMG. p.112-149.

_____. *Minas na mira dos brasilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergad*. In.:BOTELHO, Tarcísio R. *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia. Anpuh-MG. 2001.

_____. e GRIMALDI, Márcia. *Economia e estabilidade: economia e comportamento demográfico num regime escravista*. Minas Gerais no século XIX. Papéis avulsos. Rio de Janeiro: N. 7, p. 26-43. dez. 1988.

_____. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais século XIX*. São Paulo. Brasiliense: 1988.

MAGALHÃES, Sônia Maria. *A mesa de Mariana, produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850)*. Annablume. São Paulo. 2004.

MARCONDES, Renato Leite. *O Evolver demográfico e econômico nos espaços fluminenses (1780-1840)*. *Estudos Econômicos*. São Paulo. V. 25. N. 2. Maio- Agosto. 1995. p. 235/270.

MARCONDES, Renato Leite e COSTA, Iraci Del Nero. *Racionalidade Econômica e escravidão brasileiro*. *Estudos de História*. Franca. V. 9, n. 1, p. 249-256, 2002

MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o tráfico de escravos no século XIX outra vez*. In.: SZMRECÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (orgs) *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: HUCITEC,1996. P.99-130.

_____. *Minas Gerais e o apego à escravidão numa economia não exportadora*. *Estudos Econômicos*. São Paulo 1983.

_____. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. (Mimeo) CEDPLAR/UFMG.1980

MARTINS, Maria do Carmo S. *Anotações sobre a organização administrativa da província de Minas Gerais*. In.: VI Seminário sobre a economia mineira. CEDEPLAR. Belo Horizonte. 1992.

- MARIUTTI, Eduardo Barros. *Mercado Interno Colonial e Grau de Autonomia: Críticas às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino*. São Paulo. Estudos Econômicos. vol. 31. N. 2 2002. p. 369-393.
- MATTOS, Hebe Maria. *Campesinato e escravidão*. In.: Escritos sobre História e Educação – Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares. Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1999. p. 331-350.
- MATTOS, Hebe Maria. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo. Brasiliense, 1987.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial (1777/1808)*. São Paulo; Hucitec, 1985.
- PAIVA, Clotilde. *População e economias Minas Gerais do século XIX*. . Tese doutorado. USP. São Paulo. 1996
- PAIVA, Clotilde e GODOY, Marcelo M. e RODARTE, M. M. Sampaio. *Negociantes e tropeiros em um território de contrastes, o setor comercial de Minas Gerais no século XIX*. Anais do V Encontro Brasileiro de História Econômica e 6ª conferência Internacional de história das Empresas – ABPHE, CD- ROOM, Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG,2003.
- PAIVA, Clotilde. A e GODOY. Marcelo M. *Engenhos e Casa de Negócios nas Minas oitocentistas*. In.: VI Seminário sobre a economia mineira. CEDEPLAR. Belo Horizonte. 1992.
- PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Da 23ª ed. De 1994. São Paulo. Brasiliense, 1999.
- PRIORI, Ângelo. *História Regional e local: métodos e fontes*. Pós História. Assis, v2. p. 181-187. 1994.
- SAINT HILAIRE, Auguste . *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Cia Editora Nacional. São Paulo. 1838.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Roceiros e escravos: Alimentando o Brasil nos fins do período colonial*. In. : Escravos, roceiros e rebeldes. São Paulo. EDUSC. 2001.
- SLENES, Robert W. A. *Os múltiplos de porcos e diamantes: E economia Escrava de Minas Gerais no século XIX*. Estudos Econômicos. São Paulo. V. 18, n. 3. p. 449- 495. Set.-dez. 1988.

VERSIANI, Flávio Rabelo. *Os escravos que Saint Hilaire viu*. História econômica & História das empresas. N 3. V 1.2000. p. 7-42.

VERSIANI, Flávio Rabelo e VERGOLINO, José Raimundo de Oliveira. *Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1777-1887*. Estudos econômicos. V. 33. N. 2, p. 353-393. São Paulo. 2003.